Oi S.A. – Em Recuperação Judicial
CNPJ/ME Nº 76.535.764/0001-43
NIRE 3330029520-8
Companhia Aberta

Proposta da Administração ("Proposta") a ser submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 30 de abril de 2020, às 11h00, na sede da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial ("Companhia" e "Assembleia", respectivamente), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM nº 481/09").

Senhores Acionistas,

A administração da Companhia vem apresentar aos seus Acionistas sua proposta sobre as matérias constantes da Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 30 de abril de 2020, às 11h00, na sede da Companhia, objeto do Edital de Convocação apresentado no **Anexo I** à presente Proposta, conforme a seguir:

I. Em Assembleia Geral Ordinária:

(i) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019:

A administração da Companhia propõe que os Acionistas apreciem as contas dos Administradores e as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, e, após atenta consideração, aprovem os referidos documentos, que foram publicados no jornal Valor Econômico, nas edições dos dias 28, 29 e 30/03/2020, página C11, e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, na edição do dia 30/03/2020, Parte V, página 118, e estão disponíveis para consulta no site da Companhia e da CVM, nos termos da Instrução CVM nº 481/09, juntamente com o parecer do Conselho Fiscal, o parecer dos auditores independentes, o formulário das demonstrações financeiras padronizadas ("DFP") e os comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, este último presente no **Anexo II** desta Proposta.

(ii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019:

A administração da Companhia propõe que seja consignada a apuração de prejuízo no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 e aprovado o registro do prejuízo na conta de prejuízos acumulados.

Apesar do artigo 9º, parágrafo único, inciso II da Instrução CVM nº 481/09 exigir a apresentação da proposta de destinação do lucro líquido do exercício contendo as informações indicadas em seu Anexo 9-1-II, a Companhia se valerá da faculdade prevista do OFÍCIO-CIRCULAR CVM/SEP nº 02/2020, item 3.4.2, (a), que dispensa a apresentação de tais informações em função da apuração de prejuízo pela Companhia.

(iii) Fixar a verba global anual da remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia:

A administração da Companhia propõe para o exercício social em curso um valor global anual de Remuneração para os Administradores e membros do Conselho Fiscal no valor total de R$ 79.137.665,70 (setenta e nove milhões, cento e trinta e sete mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e setenta centavos), sendo:

(i) para o Conselho de Administração, o valor de até R$ 8.249.008,80 (oito milhões, duzentos e quarenta e nove mil, oito reais e oitenta centavos) considerando apenas honorários e respectivos encargos sociais;

(ii) para a Diretoria Estatutária, o valor total de até R$ 69.610.656,90 (sessenta e nove milhões, seiscentos e dez mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e noventa centavos), distribuído da seguinte forma:

a) o valor de até R$ 38.413.403,70 (trinta e oito milhões, quatrocentos e treze mil e quatrocentos e três reais e setenta centavos) como parcela recorrente do pacote de remuneração dos diretores estatutários. Esta parcela recorrente engloba as seguintes componentes: remuneração fixa, bônus executivo, incentivos de longo prazo, retenção executiva, benefícios e respectivos encargos sociais; e

b) o valor de até R$ 31.197.253,20 (trinta e um milhões, cento e noventa e sete mil e duzentos e cinquenta e três reais e vinte centavos), para parcelas extraordinárias relativas a verbas rescisórias e respectivos encargos sociais já pagos em função da saída do Diretor Presidente.

(iii) para o Conselho Fiscal, o valor mínimo previsto no §3º do artigo 162 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404").

Os valores acima destacados representam os limites máximos previstos para o ano de 2020, ressaltando-se que as políticas de remuneração e ações correspondentes necessárias em resposta aos planos de contingência de crise não se encontram refletidas nos respectivos valores.

Os valores globais anuais de remuneração propostos acima incluem todos os encargos sociais cujo pagamento seja de responsabilidade da Companhia.

Para fins de comparação, a Companhia informa que o valor global anual aqui proposto para o Conselho de Administração é 43,8 % (quarenta e três vírgula oito por cento) menor e para a Diretoria 58,2% (cinquenta e oito vírgula dois por cento) maior do que

o valor global anual aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2019 ("AGOE 2019"), em função dos seguintes fatos: a) não implementação do plano de incentivos de longo prazo para o Conselho de Administração; b) desligamento do Diretor Presidente da Companhia, em conformidade ao Termo de Transição aprovado pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, no âmbito do processo de Recuperação Judicial das empresas Oi.

A Companhia esclarece, ainda, que o pacote de remuneração da Diretoria prevista no item (ii), a) acima é 12,7% (doze vírgula sete por cento) menor em relação ao valor aprovado pela AGOE 2019, que contemplava estes mesmos componentes, ou seja, em bases comparáveis. Já a parcela extraordinária prevista no item (ii), b) acima não estava contemplada na verba global aprovada na AGOE 2019, não sendo, portanto, comparável com o ano anterior.

Para maiores informações, ver **Anexo III** desta Proposta.

(iv) Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes:

A Administração da Companhia propõe que sejam eleitos, com mandato unificado até a data da Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2021, a chapa integrada pelos seguintes membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, cujos currículos estão disponíveis no **Anexo IV** à presente Proposta, nos termos do artigo 10, inciso I da Instrução CVM nº 481/09:

EFETIVOS	SUPLENTES
Pedro Wagner Pereira Coelho	Patrícia Valente Stierli
Alvaro Bandeira	Wiliam da Cruz Leal
Daniela Maluf Pfeiffer	Luiz Fernando Nogueira

A Companhia solicita que o Acionista que desejar indicar uma chapa alternativa para concorrer às vagas de membro do Conselho Fiscal informe a Companhia a este respeito, por escrito, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da data da realização da Assembleia, conforme o disposto nos §2º a §4º do artigo 25 do Estatuto Social da Companhia. A Companhia dará a estes candidatos a mesma transparência conferida aos candidatos indicados pela Administração.

II. Em Assembleia Geral Extraordinária:

(v) Ratificar a eleição para o Conselho de Administração, em complementação de mandato, de membros ocupantes de cargos do Conselho de Administração nomeados na forma prevista no artigo 150 da Lei nº 6.404/76, em Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 04 e 13 de março de 2020:

A Companhia propõe a ratificação da eleição da Sra. Claudia Quintella Woods e do Sr. Armando Lins Netto como membros do Conselho de Administração, eleitos na forma do artigo 150 da Lei nº 6.404/76, em razão da vacância de cargos, em reuniões do

Conselho de Administração realizadas em 04 e 13 de março de 2020, respectivamente. Caso aprovada a matéria, a Sra. Claudia Quintella Woods e o Sr. Armando Lins Netto ocuparão o cargo em complementação ao mandato estabelecido no item 6.1 da ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 17 de setembro de 2018. Os currículos da Sra. Claudia Quintella Woods e do Sr. Armando Lins Netto estão disponíveis no **Anexo IV** à presente Proposta, nos termos do artigo 10, inciso I da Instrução CVM nº 481/09.

Importante ressaltar que a eficácia da posse do Sr. Armando Lins Netto está condicionada à avaliação prévia da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, acerca da incidência ou não das hipóteses previstas na Resolução nº 101, de 04.02.1999, que aprovou o Regulamento para Apuração de Controle em Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações.

(vi) Rerratificar a remuneração global da administração aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2019:

O montante da remuneração global da administração e membros do Conselho Fiscal da Companhia aprovado na AGOE 2019 foi de R$ 59.887.547,20 (cinquenta e nove milhões, oitocentos e oitenta e sete mil, quinhentos e quarenta e sete reais, e vinte centavos) para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Contudo, este valor demonstrou-se insuficiente, em razão de circunstâncias imprevisíveis ou ainda não definidas na data da AGOE 2019, quais sejam:

(a) o desligamento do Diretor de Finanças e Relações com Investidores, que ensejou o correspondente pagamento de verbas rescisórias e respectivos encargos sociais resultantes do desligamento, pagos em conformidade ao Termo de Transição aprovado pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, no âmbito do processo de Recuperação Judicial das empresas Oi; e

(b) a contratação de novos membros para a Diretoria Estatutária.

Por sua vez, o montante global utilizado para o Conselho de Administração foi menor do que o aprovado em AGOE 2019, principalmente em razão da não implementação do plano de incentivos de longo prazo e do menor número de conselheiros remunerados ao longo do ano em relação ao inicialmente previsto.

A tabela abaixo mostra a diferença entre os valores aprovados para cada um dos órgãos da administração e os efetivamente utilizados:

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal[1]	Total
Valores aprovados na AGOE 2019	R$ 14.675.267,20	R$ 43.993.668,00	R$ 1.218.612,00	**R$ 59.887.547,20**

Valores praticados em 2019	R$ 7.682.763,08	R$ 55.722.090,84	R$ 1.054.090,20	**R$ 64.458.944,12**

[1] O valor dispendido para os membros do Conselho Fiscal varia em função do valor dispendido aos membros da Diretoria, conforme §3º do artigo 162 da Lei nº 6.404.

Propõe-se, assim, a rerratificação da remuneração global da Administração e membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, aprovada na AGOE 2019, de R$ 59.887.547,20 (cinquenta e nove milhões, oitocentos e oitenta e sete mil, quinhentos e quarenta e sete reais, e vinte centavos) para R$ 64.458.944,12 (sessenta e quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, novecentos e quarenta e quatro reais e doze centavos). A diferença de R$ 4.571.396,60 (quatro milhões, quinhentos e setenta e um mil, trezentos e noventa e seis reais e sessenta centavos) está relacionada aos eventos mencionados acima.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2020.

Conselho de Administração
Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

ÍNDICE

ANEXO I – Edital de Convocação 7

ANEXO II – Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia 9

ANEXO III – Informações sobre a remuneração dos Administradores 69

ANEXO IV – Informações sobre os candidatos indicados ao Conselho Fiscal e Conselho de Administração 101

ANEXO I
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Oi S.A. – Em Recuperação Judicial
CNPJ/ME: 76.535.764/0001-43
NIRE 33 3 0029520-8
COMPANHIA ABERTA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

O Conselho de Administração da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial ("Companhia") convoca os Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se no dia 30 de abril de 2020, às 11h00, na sede social da Companhia, à Rua do Lavradio nº 71, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias:

Em Assembleia Geral Ordinária:

(i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019;

(ii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019;

(iii) Fixar a verba global anual da remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia; e

(iv) Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes;

Em Assembleia Geral Extraordinária:

(v) Ratificar a eleição para o Conselho de Administração, em complementação de mandato, de membros ocupantes de cargos do Conselho de Administração nomeados na forma prevista no artigo 150 da Lei nº 6.404/76, em Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 04 e 13 de março de 2020; e

(vi) Rerratificar a remuneração global da administração aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2019.

INSTRUÇÕES GERAIS:

1. A documentação e as informações relativas às matérias que serão deliberadas na Assembleia estão à disposição na sede da Companhia, no Manual de Participação dos Acionistas, na página de Relações com Investidores da Companhia (www.oi.com.br/ri), assim como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) na forma da Instrução CVM 481/09, e na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (http://www.b3.br/), para exame pelos senhores Acionistas.

2. Solicita-se ao Acionista que desejar participar pessoalmente da Assembleia ou ser representado por procurador proceder ao depósito dos seguintes documentos, na Rua Humberto de Campos n.º 425, 5º andar, Leblon, na Cidade do Rio de Janeiro – RJ, das 9h às 12h e das 14h às 18h, no prazo de até 2 (dois) dias úteis antecedentes à realização da Assembleia, aos cuidados da Gerência Societário e M&A: (i) quando Pessoa Jurídica: cópias autenticadas do Instrumento de Constituição ou Estatuto Social ou Contrato Social, ata de eleição de Conselho de Administração (quando houver) e ata de eleição de Diretoria que contenham a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia; (ii) quando Pessoa Física: cópias autenticadas do documento de identidade e CPF do Acionista; e (iii) quando Fundo de Investimento: cópias do regulamento do Fundo e cópia autenticada do Estatuto Social ou Contrato Social do administrador do Fundo, bem como ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia. Além dos documentos indicados em (i), (ii) e (iii), conforme o caso, quando o Acionista for representado por procurador, deverá encaminhar juntamente com tais documentos o respectivo mandato, com poderes especiais, bem como as cópias autenticadas do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação, além do documento de identidade e CPF do procurador presente. A medida destina-se a conferir celeridade ao processo de cadastramento dos Acionistas presentes à Assembleia. Os titulares de ações preferenciais terão direito a voto em todas as matérias sujeitas à deliberação e constantes da Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ora convocada, conforme parágrafo 3º do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia e parágrafo 1º do artigo 111 da Lei 6.404/76, e votarão em conjunto com as ações ordinárias.

3. O Acionista participante de Custódia Fungível de Ações Nominativas das Bolsas de Valores que desejar participar desta Assembleia deverá apresentar extrato emitido com data de até 2 (dois) dias úteis antecedentes à sua realização, contendo a respectiva participação acionária, fornecida pelo órgão custodiante.

4. Com o objetivo de facilitar e incentivar a participação dos seus Acionistas nesta Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") e, atendendo as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), em especial a Instrução CVM nº 481/09, alterada pelas Instruções CVM nº 561/15 e 570/15, a Companhia possibilitará a participação e o exercício do voto a distância, permitindo que seus Acionistas enviem, por meio de seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, Boletim de Voto a Distância, conforme disponibilizado pela Companhia no seu site de Relações com Investidores, bem como no site da CVM e da B3, juntamente com os demais documentos a serem discutidos na AGOE, observadas as orientações constantes do Boletim de Voto a Distância.

5. Por fim, considerando a pandemia de COVID-19 (Coronavírus) e os reflexos excepcionais que dela podem advir, a Companhia poderá analisar e implementar medidas para facilitar a participação de seus acionistas na Assembleia.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2020.

Eleazar de Carvalho Filho
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO II
COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

(Item 10 do Formulário de Referência)

10.1. Comentários dos diretores sobre:

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia entende que a Companhia e suas subsidiárias diretas e indiretas ("Grupo Oi") apresentam condições financeiras e patrimoniais suficientes para oferecer um leque de produtos de comunicações integrado que inclui telefonia fixa, móvel, transmissão de dados (inclusive banda larga), serviços de internet e ISP, TV paga, e outros serviços, para clientes residenciais, empresas de pequeno, médio e grande porte, e órgãos governamentais.

Como é de conhecimento do mercado, em junho de 2016, a Companhia e alguma de suas subsidiárias integrais, diretas e indiretas, Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel"), Telemar Norte Leste S.A. – Em Recuperação Judicial ("Telemar"), Copart 4 Participações S.A. – Em Recuperação Judicial ("Copart 4")[1], Copart 5 Participações S.A. – Em Recuperação Judicial ("Copart 5")[2], Portugal Telecom International Finance B.V. – Em Recuperação Judicial ("PTIF") e Oi Brasil Holdings Cooperatief U.A. – Em Recuperação Judicial ("Oi Holanda") (em conjunto com a Companhia, as "Recuperandas" ou as "Empresas Oi") protocolaram pedido de recuperação judicial, perante a Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e pelos órgãos societários competentes ("Recuperação Judicial"). Ao longo de 2017, a Companhia manteve negociações com seus credores até que no final de 2017 conseguiu aprovar em Assembleia Geral de Credores o Plano de Recuperação Judicial das Empresas Oi ("Plano" ou "PRJ"), com prazo de vigência de 2 (dois) anos, conforme previsto na Lei n º 11.101/2005, tendo sido proferida decisão judicial pelo juízo da Recuperação Judicial aprovando o PRJ em 8 de fevereiro de 2018, cuja publicação ocorreu em 5 de fevereiro de 2018 ("Homologação do Plano"). Ao longo deste período, as Empresas Oi implementaram as condições do Plano.

Em 6 de dezembro de 2019, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que as Empresas Oi protocolaram perante o Juízo da Recuperação Judicial petição requerendo que a supervisão judicial das Empresas Oi não seja encerrada quando a Homologação do Plano completa 2 (dois) anos. A medida de não-encerramento da supervisão judicial não traz mudanças para a situação atual das Empresas Oi e não tem impacto quanto ao cumprimento do Plano em vigor, nem em relação a créditos correntes e sobre eventuais novos recursos que vierem a ser acessados pelas Empresas Oi. Vale destacar que a continuidade de supervisão judicial ao fim do período de 2 (dois) anos é uma medida natural que tem sido aplicada na maior parte dos processos de recuperação judicial.

Em 28 de fevereiro de 2020, a Companhia divulgou Fato Relevante informando aos acionistas e ao mercado em geral que, em 28 de fevereiro de 2020, as Empresas Oi protocolaram perante o Juízo da Recuperação Judicial, uma petição expondo seu interesse em levar para a deliberação de uma nova assembleia geral de credores ("Nova AGC"), um aditamento ao Plano objetivando alcançar maior flexibilidade operacional e financeira para continuar seu projeto de investimento e o cumprimento de seu Plano Estratégico de Transformação ("Plano Estratégico").

Em linha com o disposto acima, em 6 de março de 2020, a Companhia divulgou Fato Relevante aos acionistas, credores da Recuperação Judicial e ao mercado em geral informando que o Juízo

[1] Empresa incorporada pela Telemar em janeiro de 2019.
[2] Empresa incorporada pela Oi em março de 2019.

da Recuperação Judicial proferiu decisão, nessa mesma data, deferindo o pedido da Companhia para a realização de Nova AGC para deliberação acerca de um aditamento ao Plano, estabelecendo que:

(i) as Empresas Oi apresentem em juízo, no prazo de 180 dias contados da publicação da decisão, a proposta de aditamento ao PRJ; e
(ii) o Administrador Judicial organize a Nova AGC, que deverá ocorrer no prazo de 60 dias contados da apresentação da proposta de aditamento ao PRJ.

Nesse sentido, tendo em vista que a decisão acima foi publicada em 11 de março de 2020, a Companhia deverá apresentar ao juízo o aditamento ao PRJ até 8 de setembro de 2020, tendo a Nova AGC previsão de ocorrer em 6 de novembro de 2020.

A proposta de aditamento ao PRJ terá o objetivo de dar maior flexibilidade ao mesmo, com a criação de uma estrutura societária e operacional mais eficiente, visando à maximização do valor da Companhia em benefício de todos os seus *stakeholders*. Este movimento está completamente alinhado ao Plano Estratégico, que vem sendo implementado com transparência.

A liquidez geral da Companhia, medida pela soma dos ativos circulantes e não circulantes menos a soma do passivo circulante e do não circulante era positivo em R$17.797 milhões em 31 de dezembro de 2019 (positivo em R$22.896 milhões em 31 de dezembro de 2018 e negativo em R$13.513 milhões em 31 de dezembro de 2017).

b) estrutura de capital

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, era de (i) R$32.538,9 milhões, representado por 5.796.477.760 ações ordinárias e 157.727.241 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, em 31 de dezembro de 2019.

Destaca-se que:

Em 5 de março de 2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou as condições de um aumento de capital da Companhia, mediante a capitalização de créditos dos *Bondholders* Qualificados, com a emissão de ações ordinárias e de bônus de subscrição, que seriam atribuídos aos subscritores das ações objeto do aumento de capital ("Aumento de Capital – Capitalização de Créditos"), na forma prevista no Plano.

Em 20 de julho de 2018, após verificar o resultado da apuração das subscrições de novas ações ordinárias pelos acionistas da Companhia por meio do exercício do seu direito de preferência e pelos titulares de Créditos Quirografários dos *Bondholders* Qualificados, mediante a capitalização dos seus respectivos créditos, o Conselho de Administração homologou parcialmente o Aumento de Capital – Capitalização de Créditos, com a emissão de 1.514.299.603 novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$7,00 por ação, totalizando R$10.600.097.221,00. Na mesma reunião, o Conselho de Administração homologou a emissão de 116.480.467 bônus de subscrição como vantagem adicional aos subscritores das ações objeto do Aumento de Capital – Capitalização de Créditos ("Bônus de Subscrição"), sendo 5.197 entregues aos acionistas que exerceram seus respectivos direitos de preferência e o remanescente aos "*Bondholders"* Qualificados.

Em 27 de julho de 2018, com o encerramento do procedimento de liquidação dos "*Bondholders"* Qualificados, a Companhia procedeu ao registro dos impactos contábeis adicionais, das operações descritas acima, com a consequente redução do resultado do exercício no montante aproximado de R$31 milhões, a redução do passivo financeiro de aproximadamente R$21 milhões e a redução da reserva de capital – "*Senior Notes*" Qualificados conversíveis mandatoriamente em ações e outros de aproximadamente R$10 milhões.

Os Bônus de Subscrição puderam ser exercidos, a exclusivo critério de seus titulares até o dia 2 de janeiro de 2019, inclusive. Em decorrência dos Bônus de Subscrição exercidos durante esse

período, a Companhia emitiu 116.189.340 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Os Bônus de Subscrição não exercidos no prazo, e os *American Depositary Warrants* representativos de Bônus de Subscrição não exercidos até 26 de dezembro de 2018expiraram e deixaram de poder ser exercidos.

Em 26 de outubro de 2018, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital da Companhia no valor de R$4.000.000.000,00, mediante a emissão privada de 3.225.806.451 novas ações ordinárias, na forma da Cláusula 6 do Plano, o qual foi concluído em 25 de janeiro de 2019 ("Aumento de Capital – Novos Recursos").

Também no dia 25 de janeiro de 2019, em estrito cumprimento ao Plano e ao *Subscription and Commitment Agreement*, celebrado entre a Companhia e certos investidores e administradoras de fundos de investimentos ("Investidores *Backstoppers*") em 19 de dezembro de 2017 (conforme aditado, o "Contrato de Compromisso"), foram subscritas e integralizadas mais 272.148.705 ações ordinárias emitidas pela Companhia, nominativas e sem valor nominal ("Ações do Compromisso"), ao preço de emissão de R$1,24 por ação, sob a forma de *American Depositary Shares*, que foram entregues aos Investidores *Backstoppers* que optaram por receber em ações seu prêmio de compromisso, na forma prevista na Cláusula 6.1.1.3 do Plano e no Contrato de Compromisso.

Em decorrência do Aumento de Capital – Capitalização de Créditos, do exercício dos Bônus de Subscrição, da conclusão e homologação do Aumento de Capital – Novos Recursos e da emissão das Ações do Compromisso, o capital social da Companhia passou a ser de R$32.538.937.370,00, representado por 5.954.205.001 ações, sendo 5.796.477.760 ações ordinárias e 157.727.241 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Em regra, as ações preferenciais não têm direito a voto, sendo asseguradas prioridades no recebimento de dividendo mínimo e não cumulativo de 6% ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social pelo número total de ações da Companhia, ou de 3% ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações da Companhia, o que for maior. Entretanto, a partir da Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2017, os titulares de ações preferenciais passaram a ter direito a voto em todas as matérias sujeitas à deliberação dos acionistas, conforme parágrafo 3º do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia e parágrafo 1º do artigo 111 da Lei 6.404/76, e votarão em conjunto com as ações ordinárias.

A estrutura de capital da Companhia, em termos de percentual de capital próprio e de capital de terceiros era a seguinte: em 31 de dezembro de 2019, 25% de capital próprio e 75% de capital de terceiros, em 31 de dezembro de 2018, 35% de capital próprio e 65% de capital de terceiros e em 31 de dezembro de 2017, -20% de capital próprio e 120% de capital de terceiros.

Não há previsão estatutária para o resgate de ações de emissão da Companhia além daquelas legalmente previstas, podendo este, portanto, ocorrer nos termos do artigo 44 da Lei das Sociedades por Ações. Finalmente, é importante esclarecer que a Companhia administra sua estrutura de capital de acordo com melhores práticas de mercado e o objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado do grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

Os indicadores comumente utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital são: Dívida Bruta sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos, depreciações e amortizações e outros resultados não usuais), Dívida liquida (Dívida bruta menos o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses e índice de cobertura de juros.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia concluiu em 31 de julho de 2018, a reestruturação da dívida financeira com a implementação dos termos e condições aplicáveis previstos no PRJ, conforme comunicado ao mercado divulgado pela Oi nessa mesma data.

Os vencimentos das dívidas e os eventos de pagamento foram estruturados com base na expectativa de geração futura de caixa da Companhia, de modo que esta fosse capaz de cumprir com todas as obrigações.

De acordo com o Plano, a Companhia poderia, caso necessário, contratar dívidas adicionais no valor de até R$4,5 bilhões, dos quais R$2,5 bilhões foram contratados em dezembro 2019. Caso os R$2 bilhões adicionais sejam realizados, a Companhia buscará condições atrativas para viabilizar a capitalização dos recursos necessários à consecução das atividades do Grupo Oi.

A relação EBITDA / Serviço da Dívida foi 5,53 em 31 de dezembro de 2019, em comparação com 4.490,43 em 31 de dezembro de 2018. O indicador Dívida Líquida / EBITDA foi 2,65 em 31 de dezembro de 2019, em comparação com 2,03 em 31 de dezembro de 2018.

Em milhões de Reais	2019	2018	2017[1]
Dívida de Curto Prazo	326	673	54.620
Dívida de Longo Prazo	17.900	15.777	
Dívida Total	18.227	16.450	54.620
EBITDA	6.015	5.851	6.244
Caixa e Disponibilidade	2.266	4.587	7.000
Serviço da Dívida	1.088	1	N/A
Dívida Líquida / EBITDA	2,65	2,03	N/A
EBITDA / Serviço da Dívida	5,53	4.490,03	N/A

[1] Em 2017, os *ratios* de Dívida Líquida/ EBITDA e EBITDA/ Serviço da Dívida não eram aplicáveis (N/A) dado que as obrigações da Companhia relativas aos vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, estavam sendo negociados com os credores no âmbito do plano de recuperação judicial.

Para efeitos de apuração dos índices financeiros deverão ser adotadas as seguintes definições e critérios:

- Serviço da Dívida: somatório dos juros da Dívida Total pagos nos quatro últimos e consecutivos trimestres fiscais. Estão excluídas deste cálculo as variações cambiais e monetárias sobre dívidas e caixa e, por fim, as despesas oriundas de provisões (que não tiveram impacto no fluxo de caixa, mas apenas registro contábil).

- Dívida Líquida: Dívida Total menos a soma das Disponibilidades.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A principal fonte de recursos da Companhia é o fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais de operações continuadas. O fluxo de caixa utilizado nas atividades operacionais relacionadas as operações continuadas, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, foi de R$2.347 milhões, o fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais em 2018 foi de R$2.863 milhões e o fluxo de caixa gerado em 2017 foi de R$4.402milhões.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que a Companhia pode utilizar para eventuais coberturas de deficiências de liquidez são as mesmas mencionadas no item "d", ou seja, de acordo com as limitações da Lei nº 11.101/2005 e demais leis a que está sujeita a Companhia, bem como observando-se as disposições do Plano aplicáveis a cada caso:

- fluxo de caixa oriundo de atividades operacionais;
- empréstimos de curto e longo prazos;
- venda de ativos; e
- emissão de títulos de dívida nos mercados de capitais nacional e internacional.

Conforme mencionado do item "d", a principal fonte de recursos da Companhia é o fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais de operações continuadas. O fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, 2017 e de 2016 foram de R$2.347 milhões, R$2.863 milhões e R$4.402 milhões, respectivamente.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições.

A Companhia, em suas atividades comerciais normais, se utiliza de captações no mercado de capitais, empréstimos bilaterais e linhas de crédito junto ao BNDES e Agências de Crédito à Exportação ("ECAs") para financiar seu plano de investimentos, refinanciamento de dívida e capital de giro. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 não houve captação e o total consolidado de amortizações de principal e juros foi de R$12 milhões e R$923 milhões, respectivamente. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, não houve captação de recursos, não houve amortização de principal e o total consolidado de juros foi de R$1,3 milhão. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, não houve captação de recursos e o total consolidado de amortizações de principal e juros foi de R$659 mil e R$1,4 milhão, respectivamente.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 a dívida consolidada da Companhia era de R$18.227 milhões, R$16.450 milhões e R$54.620 milhões, respectivamente. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, as despesas financeiras da Companhia totalizavam R$8.772 milhões, das quais R$1.618 milhões correspondem a juros sobre empréstimos com terceiros e juros sobre debêntures. O aumento do nível do endividamento da Companhia guarda relação com a provisão de juros mensais das dívidas em moeda nacional e moeda estrangeira, a apropriação do ajuste a valor presente, bem como do impacto da variação cambial de 2019, principalmente a variação Real x Dólar, sobre a parcela das dívidas atreladas a esta moeda. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia retornou ao *business as usual* do ponto de vista contábil, com despesas financeiras que consistem principalmente em juros sobre empréstimos e outros passivos, variações monetárias e cambiais, impostos sobre operações financeiras entre outras, quando aplicáveis. Vale ressaltar que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, foram contabilizados os ganhos relativos à reestruturação da dívida, a saber, as reversões de juros e de variação cambial acumulados de 20 de junho de 2016 até 31 de dezembro de 2017, o *haircut* dos *bonds* qualificados e instrumentos

não qualificados, além do ajuste a valor justo. Como resultado da contabilização destes ajustes, a Companhia havia registrado receitas financeiras que somavam R$31.025 milhões. Ao mesmo tempo, novas condições de endividamento a partir de 5 de fevereiro de 2018 representaram despesas financeiras que totalizaram R$4.342 milhões, das quais R$1.793 milhões correspondia a juros sobre empréstimos e debêntures a pagar. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, as despesas financeiras da Companhia totalizavam R$10.333 milhões, das quais R$3.594 milhões correspondem a juros sobre empréstimos e debêntures a pagar.

Em 31 de dezembro de 2019 o montante total da dívida (conforme definido pelo OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N°02/2016, para o item "3.7" do Formulário de Referência) era de R$54.095 (R$42.542 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R$82.152 milhões em 31 de dezembro de 2017) e o índice de endividamento (passivo circulante somado ao passivo não circulante, dividido pelo patrimônio líquido do acionista controlador) era positivo em 3,06 (positivo em 1,88 em 31 de dezembro de 2018 e negativo em 5,95 em 31 de dezembro de 2017).

Historicamente, as taxas de juros pagas pela Companhia dependem de uma série de fatores, incluindo as taxas de juros predominantes no mercado brasileiro e internacional e avaliações de risco da Companhia, do setor em que a Companhia atua e da economia brasileira, feitas por credores em potencial, compradores em potencial dos títulos de dívida de emissão da Companhia e pelas agências de rating que avaliam a Companhia e os títulos de dívida por ela emitidos. A conclusão da negociação do Plano com os credores determinou as condições das taxas de juros pagas pela Companhia nas dívidas novadas.

Em 2018, a Standard & Poor's e a Fitch retomaram as divulgações dos ratings da Companhia e dos títulos de dívida por ela emitidos. Qualquer *downgrade* neste novo rating poderia gerar um aumento de juros e outras despesas financeiras para os empréstimos contraídos pela Companhia e títulos de dívida a serem por ela emitidos, e poderia afetar negativamente sua capacidade de obter financiamentos em condições satisfatórias ou pelos valores requeridos por nós. As tabelas a seguir demonstram a evolução de dívida da Companhia relativa a empréstimos e financiamentos nas respectivas datas:

As tabelas a seguir demonstram a evolução de dívida da Companhia relativa a empréstimos e financiamentos nas respectivas datas:

Empréstimos e Financiamentos por natureza

Em milhões de Reais	2019	2018	2017	Vencimentos
Sênior Notes moeda estrangeira	**6.981**	**7.068**	**35.636**	Jul/2025
Debêntures Públicas	**7.111**	**6.789**	**4.908**	Ago/2023 a Fev2035
Instituição Financeira				
Moeda nacional				
BNDES	3.947	3.616	3.837	Mar/2024 a Fev/2033
Outros	2.071	1.907	4.850	Jan/2020 a Fev/2035
Moeda estrangeira	**6.726**	**6.353**	**5.582**	Ago/2023 a Fev2035
Financiamento multilateral moeda estrangeira	**360**	**326**		Ago/2024 a Fev/2030
Oferta Geral				
Moeda nacional	207	207		Fev/2038 a Fev/2042
Moeda estrangeira	4.239	4.125		Fev/2038 a Fev2042
Subtotal	**31.642**	**30.391**	**54.813**	
Custo de transação incorrido	(14)	(12)	(298)	
Ajuste a valor justo (*)	(13.401)	(13.929)		
Total	**18.227**	**16.450**	**54.515**	
Circulante	327	673	54.515	
Não circulante	17.900	15.777		

(*) Calculado levando-se em consideração os fluxos contratuais previstos no PRJ, descontados por taxas que variam entre 12,6% a.a. e 16,4% a.a. a depender das respectivas maturidades e moeda de cada instrumento.

Composição da Dívida por Moeda

	Em 31 de dezembro de		
Em milhões de Reais	**2019**	**2018**	**2017**
EURO	311	199	21.990
Dólar Norte-Americano	9.210	8.618	17.691
Reais	8.706	7.633	14.834
Total	**18.227**	**16.450**	**54.515**

Composição da dívida por indexador

	Em 31 de dezembro de		
Em milhões de Reais	**2019**	**2018**	**2017**
Taxa pré-fixada	9.079	8.562	36.615
Libor			4.992
CDI	4.695	3.950	7.631
TJLP	3.947	3.615	3.410
IPCA			1.813
INPC			54
TR	23	14	
Outros	483	309	
Total	**18.227**	**16.450**	**54.515**

(i) contratos de empréstimos e financiamentos relevantes[3]

Em virtude da Homologação do PRJ, os empréstimos e financiamentos contratados pelas Empresas Oi em moeda nacional e estrangeira foram novados e os respectivos saldos foram recalculados de acordo com os termos e condições previstos no Plano e da Lei n º 11.101/2005.

<u>Financiamento em moeda nacional</u>

Créditos com Garantia Real

Linhas de crédito celebradas com Banco Nacional De Desenvolvimento Econômico E Social – BNDES ("BNDES")

Antes da Recuperação Judicial, a Companhia e suas subsidiárias contrataram financiamentos junto ao BNDES com o objetivo de financiar a expansão e melhoria da qualidade de rede fixa e móvel em todo o território nacional e atendimento às obrigações regulatórias.

Em virtude da homologação do PRJ, os financiamentos contratados pelas Empresas Oi junto ao BNDES foram novados de acordo com os termos e condições previstos no Anexo 4.2.4 do PRJ.

A tabela abaixo apresenta informações selecionadas acerca dos financiamentos tomados pela Companhia junto ao BNDES e vigentes em 31 de dezembro de 2019:

Empréstimo	Saldo (R$milhões)	Juros	Amortização	Vencimento
Oi Móvel				
BNDES TJLP	1.165	TJLP + 2,95%	Mensal	Fev/2033
Telemar				
BNDES TJLP	1.772	TJLP + 2,95%	Mensal	Fev/2033
Oi S.A				

[3] Obrigações, encargos e datas de pagamento sujeitos a alterações na forma do "PRJ e da Lei n º 11.101/2005.

BNDES TJLP	1.010	TJLP + 2,95%	Mensal	Fev/2033

Reestruturação I

Debêntures Públicas

Conforme definido no PRJ, alguns credores escolheram novar seus antigos créditos para receber novos créditos através da opção refletida na emissão de debêntures pela Oi e pela Telemar, conforme termos e condições previstos no Anexo 4.3.1.2(A1) do PRJ. A 12ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, foram emitidas pela Oi em 5 de fevereiro de 2018 e subscritas em 30 de julho de 2018. A 6ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, foram emitidas pela Telemar em 5 de fevereiro de 2018 e subscritas em 30 de julho de 2018. Para maiores informações sobre emissões de debêntures, vide itens "18.5", "18.8" e "18.12" deste Formulário de Referência.

Contratos de Financiamento

Em consonância ao PRJ, outros credores escolheram novar seus antigos créditos para receber seus novos créditos através da opção de Financiamento em Reais, conforme termos e condições previstos no Anexo 4.3.1.2 (A2) do PRJ.

Financiamento em moeda estrangeira

Linhas de crédito de ECA

Antes da Recuperação Judicial, a Companhia e a Telemar contrataram financiamentos junto às agências de crédito à exportação internacionais com o objetivo de financiar parte dos investimentos em equipamentos e serviços que incorporam tecnologia internacional.

Em virtude da Homologação do Plano, os financiamentos contratados pelas Empresas Oi junto às agências de crédito à exportação internacionais foram novados de acordo com os termos e condições previstos no Anexo 4.3.1.2 (B) do PRJ.

Senior Notes

Conforme estabelecido no PRJ, os credores cujos créditos estavam relacionados aos antigos *Senior Notes* emitidos pela Oi, PTIF e Oi Holanda se individualizaram junto ao juízo da Recuperação Judicial a fim de novar seus antigos títulos ("*Senior Notes*") em troca de (i) novos títulos emitidos pela Oi e/ou (ii) por meio de contratos de financiamento firmados com a Oi, conforme termos e condições previstos no Anexo 4.3.3.1 (F) e Anexo 4.3.3.3 (F), respectivamente, do PRJ. Para mais informações acerca das emissões de *Senior Notes* pela Companhia e de suas subsidiárias vide itens "18.5" e "18.8" deste Formulário de Referência.

Oferta – Aumento De Capital Novos Recursos

No dia 13 de novembro de 2018, a Companhia divulgou Aviso aos Acionistas sobre os termos, prazos e condições do Aumento de Capital – Novos Recursos, incluindo as condições do exercício do direito de preferência na subscrição de Novas Ações Ordinárias, bem como Aviso aos Detentores de ADS sobre as condições da oferta de direitos de preferência realizada nos Estados Unidos e em outros países fora do Brasil, com relação ao Aumento de Capital – Novos Recursos ("*Rights Offer*").

No dia 5 de dezembro de 2018, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado confirmando a emissão de 3.314.745 Ações Ordinárias e a entrega dessas Ações Ordinárias aos titulares de Bônus de Subscrição que exerceram seus Bônus a partir do dia 25 de outubro de 2018 até o dia 3 de

dezembro de 2018, inclusive Bônus de Subscrição representados por 662.949 ADWs exercidos a partir do dia 19 de outubro de 2018 até o dia 27 de novembro de 2018.

No dia 11 de dezembro de 2018, a Companhia divulgou Aviso aos Acionistas e Aviso aos Detentores de ADS informando a prorrogação do prazo para exercício do direito de preferência no Aumento de Capital – Novos Recursos até 4 de janeiro de 2019, por deliberação do Conselho de Administração.

No dia 19 de dezembro de 2018, a Companhia divulgou Aviso aos Detentores de ADS informando que alterou determinados termos da *Rights Offer*. A Companhia celebrou um aditamento ao Contrato de Compromisso (*Commitment Agreement*), por meio do qual os Investidores *Backstoppers* detentores de mais de 60% do valor do total dos Compromissos de *Backstop* ("Maioria dos Investidores *Backstoppers*") concordaram em prorrogar certas datas de término e renunciar determinadas condições precedentes pendentes para financiar seus Compromissos de *Backstop*, incluindo o requerimento de publicação do Plano Geral de Metas de Universalização ("Novo PGMU") atualizado. A Companhia informou, ainda, que pagaria ao Depositário de ADS a taxa de emissão de ADS relativa aos Novos ADSs Ordinários. Como resultado, o Valor de Depósito de Novos ADSs Ordinários não seria mais utilizado para pagar a taxa de emissão de ADS, o que aumentaria a parcela devolvida aos detentores de Direitos de ADSs Ordinários que exerceram seus Direitos de ADSs Ordinários para subscrever Novos ADSs Ordinários iniciais ou Sobras de Novos ADSs Ordinários.

No dia 4 de janeiro de 2019, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado confirmando a emissão de 275.985 Ações Ordinárias e a entrega dessas Ações Ordinárias aos titulares de Bônus de Subscrição que exerceram seus Bônus a partir do dia 4 de dezembro de 2018 até o dia 2 de janeiro de 2019, inclusive Bônus de Subscrição representados por 55.197 ADWs exercidos a partir do dia 28 de novembro de 2018 até o dia 26 de dezembro de 2018. Os Bônus de Subscrição não exercidos até 2 de janeiro de 2019, inclusive, e os ADWs não exercidos até 26 de dezembro de 2018, inclusive, expiraram e não podiam mais ser exercidos.

Financiamento Extraconcursal – Cláusula 5.3 do Plano

No dia 23 de dezembro de 2019, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que a sua controlada Oi Móvel celebrou escritura de emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para colocação privada, no valor total de até R$2.500.000.000,00 ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente). A Emissão e as Debêntures têm como principais características: (i) Prazo e Data de Vencimento: 24 (vinte e quatro) meses contados da data de emissão, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado e de vencimento antecipado das Debêntures previstas na Escritura de Debêntures; (ii) Remuneração: variação do dólar norte-americano acrescida de juros de (i) 12,66% (doze inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) ao ano (PIK) durante os primeiros doze meses contados da primeira integralização; e (ii) 13,61% (treze inteiros e sessenta e um centésimos por cento) ao ano, a partir de então; e (iii) Garantias: as Debêntures contarão com garantias reais e fidejussórias prestadas pela Oi Móvel, pela Companhia e por sua controlada Telemar.

A Emissão foi aprovada com fundamento no que prevê a Clausula 5.3 do Plano e está inserida no contexto de um financiamento extraconcursal, na modalidade *Debtor in Possession Financing* (*DIP Financing*).

Dando continuidade ao Fato Relevante divulgado em 23 de dezembro de 2019, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado, em 04 de fevereiro de 2020, informado aos acionistas e mercado em geral da conclusão da subscrição e integralização da Emissão da Oi Móvel, destacada acima, para colocação privada no valor de R$2.500.000.000,00.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

N/A.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

O endividamento da Companhia contempla dívidas garantidas por direito real e/ou quirografário. As dívidas que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

Para maiores informações acerca do grau de subordinação das dívidas da Companhia vide itens "3.8." deste Formulário de Referência.

(iv) eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições.

De acordo com os termos e condições dos financiamentos contratados pelas Empresas Oi junto a um de seus credores financeiros, a Companhia e suas controladas Telemar e Oi Móvel possuíam a obrigação de cumprir, trimestralmente, quatro dos seguintes índices financeiros com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Oi S.A.:

a) Dívida Financeira Total / EBITDA: igual ou inferior a 4,0;
b) EBITDA / Serviço da Dívida: igual ou superior a 1,75;
c) (Dívida de Curto Prazo – Disponibilidades) / EBITDA: igual ou inferior a 0,70;
d) PL / AT: igual ou superior a 0,25;
e) [EBITDA - (Imposto de Renda + Contribuição Social)] / [Amortizações + (Despesas Financeiras - Receitas Financeiras) – Disponibilidades do fechamento do exercício anterior]: igual ou superior a 1,30.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas estavam em conformidade com os índices financeiros definidos.

O não atingimento de tais indicadores financeiros pode acarretar o vencimento antecipado do saldo devido de tais dívidas. Em consequência da atual crise financeira causada pela pandemia do COVID-19 e a respectiva grande volatilidade do câmbio, a Companhia, preventivamente, iniciou conversas junto a seus credores, a fim de obter um "*waiver*" caso eventualmente não logre cumprir com determinados "*covenants*" contratuais ao longo de 2020, de forma a evitar as consequências contratualmente previstas.

g) limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

<u>Linhas de crédito contratadas e utilizadas</u>

N/A

<u>Linhas de crédito e financiamentos contratados e não utilizadas</u>

Em 19 de dezembro de 2019 a Oi Móvel celebrou escritura de emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para colocação privada, de sua emissão, no valor total de até R$2.500.000.000,00, com garantia firme de US$ 400.000.000,00.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

h.1) Demonstrações de Resultado

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 (Consolidado – em milhões de reais)

A discussão dos resultados operacionais a seguir baseia-se nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. A Companhia identificou apenas um segmento operacional que corresponde aos negócios de Telecomunicações no Brasil.

Além dos negócios de Telecomunicações no Brasil, a Companhia tem outros negócios que não cumprem individualmente ou em conjunto nenhum dos indicadores quantitativos que obriguem à divulgação como segmento de negócio reportável. Estes negócios respeitam essencialmente às seguintes empresas: Companhia Santomense de Telecomunicações, Listas Telefónicas de Moçambique, ELTA – Empresa de Listas Telefónicas de Angola e Timor Telecom, as quais prestam serviços de telecomunicações fixas e móveis e de listas telefónicas e foram consolidadas a partir de maio de 2014.

A geração de receita é avaliada pela Administração na visão segmentada por cliente nas seguintes categorias:

- Serviços Residenciais, com foco na venda de serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz, serviços de comunicação de dados (banda larga) e TV por assinatura;
- Mobilidade Pessoal com foco na venda de serviços de telefonia móvel para clientes Pós-pago e Pré-pago e clientes de banda larga móvel; e
- Empresarial/Corporativo que incluem soluções empresariais para nossos clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte.

A tabela a seguir apresenta os componentes da demonstração do resultado consolidada, além da variação percentual em relação ao exercício anterior, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

	2019	2018	Variação %
Residencial	7.264	8.402	(13,5)
Mobilidade pessoal	7.017	7.250	(3,2)
Empresarial / Corporativo	5.528	5.981	(7,6)
Outros serviços e negócios	327	427	(23,4)
Receita de vendas e/ou serviços	**20.136**	**22.060**	**(8,7)**
Despesas operacionais	**(23.113)**	**(27.328)**	**(15,4)**
Depreciação e amortização	(6.874)	(5.811)	18,3
Interconexão	(487)	(658)	(26,0)
Pessoal	(2.529)	(2.594)	(2,5)
Serviços de terceiros	(6.031)	(5.925)	1,8
Serviços de manutenção de rede	(1.014)	(1.104)	(8,2)
Custo de aparelhos e outros	(171)	(196)	(12,8)
Publicidade e propaganda	(497)	(382)	30,1
Aluguéis e seguros	(2.576)	(4.200)	(38,7)
Provisões / Reversões	(216)	(202)	6,9
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(489)	(697)	(29,8)
Perdas com imparidade	(2.111)	(292)	622,9
Tributos e outras despesas	(110)	(250)	(56,0)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(7)	(5.017)	(99,9)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e tributos	**(2.977)**	**(5.268)**	**(43,5)**
Resultado financeiro	**(6.110)**	**26.609**	**(123,0)**
Receitas financeiras	2.662	30.950	(91,4)
Despesas financeiras	(8.772)	(4.341)	102,1
Resultado antes dos tributos	**(9.087)**	**21.341**	**(142,6)**
Imposto de renda e contribuição social	(8)	3.275	(100,2)
Lucro (prejuízo) líquido das operações continuadas	**(9.095)**	**24.616**	**(137,0)**

Na discussão a seguir, as referências a aumentos ou reduções em qualquer período são feitas em relação ao período anterior correspondente, salvo indicação em contrário pelo contexto.

Receita de vendas e / ou serviços

A receita operacional líquida reduziu 8,7% em 2019, principalmente devido a redução de 13,5% da receita líquida de serviços residenciais, a redução de 7,6% da receita líquida dos serviços Empresariais / Corporativos, a redução de 3,2% da receita líquida de mobilidade pessoal e redução de 23,4% na receita operacional líquida de outros serviços e negócios.

Residencial

A receita operacional líquida de serviços residenciais representou 36,1% da receita líquida gerada pelo segmento no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Este segmento da Oi inclui serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz, serviços de dados (banda larga) e TV por assinatura. A tabela a seguir especifica o número total de linhas (ou acessos) de varejo e as adições (exclusões) líquidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Unidades Geradoras de Receita (em milhares):	2019	2018	Variação %
Serviços de telefonia fixa	7.005	8.276	(15,3)
Banda larga	4.202	4.883	(13,9)

TV por assinatura	1.451	1.587	(8,5)
Total	**12.659**	**14.746**	**(14,1)**

A receita operacional líquida de serviços residenciais diminuiu 13,5% devido principalmente a: (1) redução de 14,1% na base de clientes de serviços residenciais devido, principalmente, pela tendência de mercado de redução de demanda por voz em substituição pela mobilidade e dados e (2) redução nas tarifas fixo-móvel (VC).

A Companhia vem acelerando os investimentos em fibra para levar banda larga de alta velocidade até a casa do cliente e oferecer uma melhor experiência, dando sequência à estratégia estruturante para rentabilizar o segmento.

Mobilidade Pessoal

A receita operacional líquida da categoria mobilidade pessoal representou 34,8% da receita líquida gerada pelo segmento no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Esse segmento inclui a venda de serviços de telefonia móvel pré e pós-pagos que incluem serviços de voz e comunicação de dados prestados aos nossos clientes de mobilidade pessoal. A tabela a seguir especifica o número total de linhas móveis e as adições líquidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Clientes de telefonia móvel (em milhares):	**2019**	**2018**	**Variação %**
Pós-pago	9.527	7.741	23,0
Pré-pago	24.479	27.293	(10,3)
Total	**34.006**	**35.033**	**(2,9)**

A receita operacional líquida dos serviços de mobilidade pessoal reduziu 3,2% devido principalmente a: (1) redução de 2,9% na base de clientes de mobilidade pessoal devido, principalmente, pela retração de mercado impactado pelas altas taxas de desemprego no país; e (2) redução na receita de uso da rede (interconexão), em razão da redução nas tarifas de interconexão VU-M.

A Companhia vem mantendo a estratégia de intensificação da atividade comercial aliada às estratégias de marketing regionalizadas.

Empresarial / Corporativo

A receita operacional líquida da categoria Empresarial / Corporativo representou 27,5% da receita líquida gerada pelo segmento no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Esse segmento incluiu soluções empresariais oferecidas a clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte que incluem serviços de voz e soluções de dados empresariais. A tabela a seguir especifica o número total de linhas (ou acessos) e as adições líquidas de varejo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Acessos fixos no varejo (em milhares):	**2019**	**2018**	**Variação %**
Fixa	3.307	3.514	(5,8)
Banda larga	487	530	(8,1)
Móvel	2.780	2.670	4,1
TV Paga	17	14	20,3
Total	**6.591**	**6.727**	**(2,0)**

A receita operacional líquida dos serviços Empresariais / Corporativos reduziu 7,6% principalmente devido a: (1) redução na base de clientes fixa 5,8% e banda larga 8,1% desse segmento; (2) redução das tarifas fixo-móvel (VC); e (3) de interconexão móvel VU-M. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento na base de clientes de mobilidade desse segmento e aumento nas receitas de serviços de TI e de dados do segmento corporativo.

A Companhia vem intensificando as ofertas de soluções digitais e de TI, atendendo o crescimento das demandas por projetos corporativos.

Despesas (Receitas) Operacionais

As despesas operacionais da Oi diminuíram 15,4% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, devido principalmente:

- R$5.010 milhões ou 99,9% de redução em outras receitas e despesas operacionais;
- R$1.609 milhões ou 38,3% de redução em despesas de aluguéis e seguros;
- R$208 milhões ou 29,8% de redução em despesas com perdas esperadas em contas a receber de clientes; e
- R$171 milhões ou 26,0% de redução em despesas de interconexão;

Os efeitos dessas reduções foram parcialmente compensados por aumento nas despesas principalmente de:

- R$1.819 milhões relativo ao efeito da perda com imparidade constituída em 2019 de R$2.111 milhões em comparação a perdas com imparidade em 2018 de R$292 milhões; e
- R$1.063 milhões ou 18,3% de aumento em despesas de depreciação e amortização.

O prejuízo operacional antes do resultado financeiro e dos tributos reduziu 43,5% para R$2.977 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 contra R$5.268 milhões no mesmo período de 2018. Como porcentagem da receita líquida, o prejuízo operacional antes do resultado financeiro e dos tributos diminuiu para 14,8% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 contra 23,9% no mesmo período de 2018.

Outras receitas e despesas operacionais. As outras despesas operacionais reduziram 99,9%, para R$7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 contra R$5.017 milhões no mesmo período de 2018. Em 2019, decorre, principalmente a: (a) ao registro contábil de receita com créditos de PIS e COFINS decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo, bem como da recuperação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, os quais foram objeto de trânsito em julgado em março e setembro de 2019, no montante de R$1.517.919, (b) reconhecimento de despesa com provisão relativa a contrato oneroso decorrente de fornecimento de capacidade satelital, no montante de R$1.230.820, e (c) reconhecimento de despesas relativas a baixa oriunda da conciliação de créditos e incentivos fiscais, de períodos anteriores, sem expectativa de realização, no montante de R$167.395. Em 2018, refere-se, substancialmente a: (a) despesa com provisão relativa a reconhecimento de contrato oneroso de fornecimento de capacidade de cabos submarinos, no montante de R$4.883.620, e (b) reconhecimento de receita com reversão de provisão para contingência, no montante de R$109.242, decorrente do reprocessamento do modelo de estimativas da provisão considerando o novo perfil de histórico de encerramento dos processos judiciais, em função do novo contexto pós aprovação e Homologação do PRJ.

Despesas com aluguéis e seguros. As despesas com aluguéis e seguros reduziram 38,7%, para R$2.576 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 contra R$4.200 milhões no mesmo período de 2018, devido principalmente a adoção da nova norma contábil IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamentos, a partir de 1 de janeiro de 2019, com reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento mercantil em seu balanço patrimonial com relação aos bens arrendados e, consequentemente, reconhecimento em separado de despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

Despesas com perdas esperadas em contas a receber de clientes. As despesas com perdas esperadas em contas a receber de clientes diminuíram 29,8%, para R$489 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 contra R$697 milhões no mesmo período de 2018, devido principalmente pela revisão nas estimativas de perdas esperadas no contas a receber.

Interconexão. Os custos de interconexão diminuíram 26,0%, para R$487 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 contra R$658 no mesmo período de 2018, devido principalmente redução nas tarifas de interconexão.

Perdas com imparidade. Em 2019 foi constituída provisão para perda com imparidade no montante de R$2.111 milhões, em comparação a perda com imparidade de R$292 milhões em 2018, relacionada a expectativa de rentabilidade futura de ativos de vida útil definida. A Companhia considerou em suas premissas para o teste de imparidade do exercício de 2019, entre outros aspectos, o plano estratégico divulgado em julho de 2019. O plano tem por pressuposto ações de transformação, com foco na melhoria da performance operacional e financeira.

Depreciação e Amortização. As despesas de depreciação e amortização aumentaram 18,3% para R$6.874 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 contra R$5.811 milhões no mesmo período de 2018, devido principalmente a adoção da nova norma contábil IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamentos, a partir de 1 de janeiro de 2019, com reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento mercantil em seu balanço patrimonial com relação aos bens arrendados e, consequentemente, reconhecimento em separado de despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

Resultado financeiro

Receitas financeiras. A receita financeira diminuiu 91,4% ou R$28.288 milhões, para R$2.662 milhões em 2019 em relação a 30.950 milhões, principalmente em decorrência da novação das dívidas por ocasião do plano de recuperação judicial aprovado em 2018. Em 2019, a conta de juros e variações monetárias e cambiais sobre outros ativos aumentou 137,7% decorrente do registro contábil no montante de R$2.100 milhões, relativos a atualização monetária sobre os créditos de PIS e COFINS decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo, bem como da recuperação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, os quais foram objeto de trânsito em julgado em março e setembro de 2019. Em 2018, os impactos nas receitas financeiras provenientes da homologação do plano de recuperação judicial, decorrem principalmente de: (1) R$14.688 milhões relativos ao reconhecimento do valor justo de empréstimos e financiamentos com terceiros decorrente dos efeitos da homologação do PRJ; (2) R$11.055 milhões relativos ao impacto positivo da novação das dívidas provenientes dos *"Senior Notes"* qualificados, calculados de acordo com o PRJ; (3) R$3.013 milhões relativos a reversão das despesas de juros sobre dívidas incluídas no PRJ, atualizadas no período anterior a homologação do PRJ; e (4) R$877 milhões relativos a ajustes a valor presente de fornecedores e oferta geral.

Despesas financeiras. As despesas financeiras aumentaram 102,0% ou R$4.430 milhões, para R$8.772 milhões em 2019 em relação a R$4.342 milhões em 2018. As despesas financeiras foram impactadas principalmente devido a: (1) R$1.707 milhões de aumento em despesas financeiras com empréstimos e financiamentos decorrente dos juros e variação monetária e cambial sobre as dívidas calculadas após a novação da dívidas no âmbito do PRJ; (2) R$1.393 milhões de aumento nas despesas com atualização monetária de provisões para contingências, decorrente do impacto proveniente da revisão da metodologia de cálculo da estimativa da provisão das contingências trabalhistas e da cível, suportado pela avaliação de risco de perda dos assessores legais da Companhia; (3) R$949 milhões de aumento em despesas com juros sobre passivos de arrendamentos decorrente da adoção da nova norma contábil IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamentos, (4) R$603 milhões de aumento em despesas com juros e variações monetárias e cambiais sobre outros passivos, decorrentes principalmente de ajustes a valor presente associados a passivos de contratos onerosos e fornecedores sujeitos ao PRJ, e (5) R$238 milhões de perda em investimentos financeiros classificados como mantidos para venda em 2019 (principalmente Unitel), em comparação a R$293 milhões de ganho reconhecido em 2018, principalmente como resultado de despesa com provisão para perdas no montante de R$404 milhões e receita com variação cambial no montante de R$165 milhões.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi de 34%. Em 2019, a despesa de imposto de renda e contribuição social foi de R$8 milhões em comparação a uma receita de R$3.275 milhões em 2018. A alíquota efetiva foi de 0,1% em 2019 e de 15,3% em 2018. O quadro abaixo apresenta

uma conciliação da alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social com a alíquota efetiva para cada período apresentado.

	2019	2018
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34,0%	34,0%
Efeitos tributários de (adições) exclusões permanentes	(3,4)	(62,1)
Efeito tributário da provisão para perda de créditos fiscais diferidos	(27,2)	12,9
Efeito tributário de ativos fiscais diferidos não constituídos no Exterior	(3,4)	
Alíquota efetiva	**(0,1)%**	**(15,3)%**

Nossa taxa efetiva de imposto foi de (0,1%) em 2019 (2018 – (15,3%)), principalmente como resultado de (1) efeito de provisão para perda ao valor de realização de créditos fiscais diferidos que reduziram a taxa de imposto efetiva em 27,2% (aumento em 2018 – 12,9%); (2) efeito de ativos fiscais diferidos de exclusões (adições) permanentes, que reduziram a taxa de imposto efetiva em 3,4% (redução em 2018 – 62,3%); e (3) efeito de ativos fiscais diferidos não constituídos de empresas situadas no Exterior, que reduziram a taxa de imposto efetiva em 3,4%.

Resultado do exercício

Prejuízo do exercício. Em razão do mencionado nas movimentações acima, o prejuízo do exercício foi de R$9.095 milhões em 2019 em comparação a um lucro de R$24.616 milhões em 2018.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 (Consolidado – em milhões de reais)

A discussão dos resultados operacionais a seguir baseia-se nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. A Companhia identificou apenas um segmento operacional que corresponde aos negócios de Telecomunicações no Brasil.

Além dos negócios de Telecomunicações no Brasil, a Companhia tem outros negócios que não cumprem individualmente ou em conjunto nenhum dos indicadores quantitativos que obriguem à divulgação como segmento de negócio reportável. Estes negócios respeitam essencialmente às seguintes empresas: Companhia Santomense de Telecomunicações, Listas Telefónicas de Moçambique, ELTA – Empresa de Listas Telefónicas de Angola e Timor Telecom, as quais prestam serviços de telecomunicações fixas e móveis e de listas telefónicas e foram consolidadas a partir de maio de 2014.
A geração de receita é avaliada pela Administração na visão segmentada por cliente nas seguintes categorias:

- Serviços Residenciais, com foco na venda de serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz, serviços de comunicação de dados (banda larga) e TV por assinatura;
- Mobilidade Pessoal com foco na venda de serviços de telefonia móvel para clientes Pós-pago e Pré-pago e clientes de banda larga móvel; e
- Empresarial/Corporativo que incluem soluções empresariais para nossos clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte.

A tabela a seguir apresenta os componentes da demonstração do resultado consolidada, além da variação percentual em relação ao exercício anterior, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

	2018	2017	Variação
Residencial	8.402	9.171	(8,4)
Mobilidade pessoal	7.250	7.645	(5,2)
Empresarial / Corporativo	5.981	6.486	(7,8)
Outros serviços e negócios	427	488	(12,5)

Receita de vendas e/ou serviços	**22.060**	**23.790**	**(7,3)**
Despesas operacionais	**(27.328)**	**(26.151)**	**4,5**
Depreciação e amortização	(5.811)	(5.109)	13,7
Interconexão	(658)	(778)	(15,4)
Pessoal	(2.594)	(2.791)	(7,1)
Serviços de terceiros	(5.925)	(6.221)	(4,8)
Serviços de manutenção de rede	(1.104)	(1.252)	(11,8)
Custo de aparelhos e outros	(196)	(223)	(12,1)
Publicidade e propaganda	(382)	(414)	(7,7)
Aluguéis e seguros	(4.200)	(4.163)	0,9
Provisões / Reversões	(202)	(469)	(56,9)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(697)	(692)	(0,7)
Reversão (perdas) com imparidade	(292)	4.701	(106,2)
Tributos e outras despesas	(250)	(543)	(54,0)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(5.017)	(8.197)	(38,8)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e tributos	**(5.268)**	**(2.361)**	**123,1**
Resultado financeiro	**26.609**	**(3.197)**	**929,3**
Receitas financeiras	30.950	7.136	332,7
Despesas financeiras	(4.341)	(10.333)	(58,0)
Resultado antes dos tributos	**21.341**	**(5.558)**	**484,0**
Imposto de renda e contribuição social	3.275	(1.098)	398,3
Lucro (prejuízo) líquido das operações continuadas	**24.616**	**(6.656)**	**469,8**

Na discussão a seguir, as referências a aumentos ou reduções em qualquer período são feitas em relação ao período anterior correspondente, salvo indicação em contrário pelo contexto.

Receita de vendas e / ou serviços

A receita operacional líquida reduziu 7,3% em 2018, principalmente devido a redução de 8,4% da receita líquida de serviços residenciais, a redução de 7,8% da receita líquida dos serviços Empresariais / Corporativos, a redução de 5,2% da receita líquida de mobilidade pessoal e redução de 12,5% na receita operacional líquida de outros serviços e negócios, sendo essa redução devido principalmente aos resultados em África, que gerou uma receita líquida de outros serviços e negócios de R$201 milhões em 2018, comparado com R$233 milhões em 2017.

Residencial

A receita operacional líquida de serviços residenciais representou 38,1% da receita líquida gerada pelo segmento no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Este segmento da Oi inclui serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz, serviços de dados (banda larga) e TV por assinatura. A tabela a seguir especifica o número total de linhas (ou acessos) de varejo e as adições (exclusões) líquidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Unidades Geradoras de Receita (em milhares):	**2018**	**2017**	**Variação %**
Serviços de telefonia fixa	8.276	9.233	(10,4)
Banda larga	4.883	5.156	(5,3)
TV por assinatura	1.587	1.496	6,1
Total	**14.746**	**15.885**	**(7,2)**

A receita operacional líquida de serviços residenciais diminuiu 8,4% devido principalmente a: (1) redução de 7,2% na base de clientes de serviços residenciais devido, principalmente, pela tendência de mercado de redução de demanda por voz em substituição pela mobilidade e dados e (2) redução nas tarifas fixo-móvel (VC). Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento de 1,3% no ARPU residencial e aumento das receitas de TV paga, principalmente em razão da estratégia comercial de foco nas ofertas convergentes e maior rentabilização e fidelização da base de clientes.

A Companhia vem acelerando os investimentos em fibra para levar banda larga de alta velocidade até a casa do cliente e oferecer uma melhor experiência, dando sequência à estratégia estruturante para rentabilizar o segmento.

Mobilidade Pessoal

A receita operacional líquida da categoria mobilidade pessoal representou 32,9% da receita líquida gerada pelo segmento no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Esse segmento inclui a venda de serviços de telefonia móvel pré e pós-pagos que incluem serviços de voz e comunicação de dados prestados aos nossos clientes de mobilidade pessoal. A tabela a seguir especifica o número total de linhas móveis e as adições líquidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Clientes de telefonia móvel (em milhares):	**2018**	**2017**	**Variação %**
Pós-pago	7.741	6.731	15,0
Pré-pago	27.293	29.917	(8,8)
Total	**35.033**	**36.648**	**(4,4)**

A receita operacional líquida dos serviços de mobilidade pessoal reduziu 5,2% devido principalmente a: (1) redução de 4,4% na base de clientes de mobilidade pessoal devido, principalmente, pela retração de mercado impactado pelas altas taxas de desemprego no país; e (2) redução na receita de uso da rede (interconexão), em razão da redução nas tarifas de interconexão VU-M.

A Companhia vem mantendo a estratégia de intensificação da atividade comercial aliada às estratégias de marketing regionalizadas, performando uma reversão de queda nesse segmento nos últimos trimestres.

Empresarial / Corporativo

A receita operacional líquida da categoria Empresarial / Corporativo representou 27,1% da receita líquida gerada pelo segmento no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Esse segmento incluiu soluções empresariais oferecidas a clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte que incluem serviços de voz e soluções de dados empresariais. A tabela a seguir especifica o número total de linhas (ou acessos) e as adições líquidas de varejo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Acessos fixos no varejo (em milhares):	**2018**	**2017**	**Variação %**
Fixa	3.514	3.641	(3,5)
Banda larga	530	543	(2,5)
Móvel	2.670	2.316	15,3
TV Paga	14	12	14,1
Total	**6.727**	**6.512**	**3,3**

A receita operacional líquida dos serviços Empresariais / Corporativos reduziu 7,8% principalmente devido a: (1) redução na base de clientes fixa 3,5% e banda larga 2,5% desse segmento; (2) redução das tarifas fixo-móvel (VC); e (3) de interconexão móvel VU-M. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento na base de clientes de mobilidade desse segmento e aumento nas receitas de serviços de TI e de dados do segmento corporativo.

A Companhia vem intensificando as ofertas de soluções digitais e de TI, atendendo o crescimento das demandas por projetos corporativos, performando uma reversão da queda nesse segmento nos últimos trimestres.

Despesas (Receitas) Operacionais

As despesas operacionais da Oi aumentaram 4,5% no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, devido principalmente:

- R$4.993 milhões relativo ao efeito da perda com imparidade constituída em 2018 de R$292 milhões em comparação a uma reversão de perdas com imparidade em 2017 de R$4.701 milhões;
- Aumento nas despesas de depreciação e amortização de 13,7%, ou R$702 milhões

Os efeitos desses aumentos foram parcialmente compensados pela redução principalmente de:

- R$3.180 milhões ou 38,8% de redução em outras despesas / receitas operacionais, líquidas;
- R$296 milhões ou 4,8% de redução nas despesas de serviços de terceiros;
- R$267 milhões ou 56,9% de redução nas despesas de provisões reversões;
- R$197 milhões ou 7,1% de redução nas despesas de pessoal;
- R$148 milhões ou 11,8% de redução nas despesas de serviços de manutenções de rede;
- R$120 milhões ou 15,4% de redução nas despesas de interconexão;

O prejuízo operacional antes do resultado financeiro e dos tributos aumentou 123,1%, para R$5.268 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 contra R$2.361 milhões no mesmo período de 2017. Como porcentagem da receita líquida, o prejuízo operacional antes do resultado financeiro e dos tributos aumentou para 23,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 contra 9,9% no mesmo período de 2017.

Reversão / perdas com imparidade. Em 2018 foi constituída provisão para perda com imparidade no montante de R$292 milhões, relacionada a expectativa de rentabilidade futura de ativos de vida útil definida, em comparação a uma reversão de perda com imparidade em 2017 de R$4.747 milhões relacionada a expectativa de rentabilidade futura de ativos de vida útil definida, devido aos cenários e indicadores financeiros considerados nos fluxos de caixa do plano de recuperação judicial.

Depreciação e Amortização. As despesas de depreciação e amortização aumentaram 13,7%, para R$5.811 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 contra R$5.109 milhões no mesmo período de 2017, devido principalmente a reversão de perdas com imparidade realizada no último mês de 2017, o que gerou despesas de depreciação ao longo de 2018 sobre os ativos que deixaram de estar provisionados ao final de 2017.

Outras despesas operacionais. As outras despesas operacionais reduziram 38,8%, para R$5.017 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 contra R$8.197 milhões no mesmo período de 2017. Em 2018, refere-se principalmente ao reconhecimento de provisão relativa ao contrato oneroso de fornecimento de capacidade no montante de R$4.884 milhões. Em 2017, refere-se principalmente pela constituição de provisão adicional decorrente da revisão dos cálculos da provisão para contingências relacionadas a processos administrativos e judiciais no âmbito da ANATEL no montante de R$6.482 milhões, considerando a publicação da decisão que concedeu a recuperação judicial.

Despesas com serviços de serviços de terceiros. As despesas com serviços de terceiros diminuíram 4,8%, para R$5,925 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 contra R$6,221 milhões no mesmo período de 2017, devido principalmente a adoção da nova norma contábil IFRS15 que permitiu o diferimento de custos incrementais na obtenção de contratos com clientes.

Provisões e reversões. As provisões diminuíram 56,9%, para R$202 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 contra R$469 milhões no mesmo período de 2017, decorrente do reprocessamento do modelo de estimativas da provisão, em função do novo contexto pós aprovação e homologação do PRJ.

Despesas com pessoal. As despesas com pessoal diminuíram 7,1%, para R$2.594 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 contra R$2.791 milhões no mesmo período de 2017, devido principalmente pela redução no pagamento de remuneração variável, salários e encargos devido ao ganho de eficiência operacional e aumento na produtividade.

Despesas com serviços de manutenção de rede. As despesas com serviços de manutenção de rede diminuíram 11,8%, para R$1.104 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 contra R$1.252 milhões no mesmo período de 2017, essa queda é o reflexo do menor volume de ocorrências, devido às iniciativas focadas em ações preventivas e melhoria da produtividade, com maior eficiência das operações de campo e dos ganhos de eficiência com a digitalização de processos e atendimento.

Interconexão. Os custos de interconexão diminuíram 15,4%, para R$658 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 contra R$778 no mesmo período de 2017, devido principalmente ao roaming internacional e maior tráfego off-net (VU-M).

Resultado financeiro

Receitas financeiras. A receita financeira aumentou 333,7% ou R$23.814 milhões, para R$30.950 milhões em 2018 em relação a R$7.136 milhões em 2017, principalmente devido aos ganhos decorrentes da contabilização dos ajustes do PRJ, em especial, o ganho com Ajuste a Valor Presente, o haircut das *"Senior Notes",* bem como a reversão dos juros contabilizados a partir do pedido de recuperação judicial até dezembro de 2017.

Despesas financeiras. As despesas financeiras foram reduzidas em 58,0% ou R$5.991 milhões, para R$4.342 milhões em 2018 em relação a R$10.333 milhões em 2017, principalmente devido a: (1) R$3.115 milhões de reversão de juros sobre debêntures ou de empréstimos a pagar a terceiros, incluídas no PRJ; (2) redução de R$2.190 milhões em juros provisionados sobre debêntures ou de empréstimos a pagar a terceiros; (3) redução de R$427 milhões no item variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros; além de (4) redução de R$937 milhões em "Outros Encargos", a saber, menor atualização monetária de provisões, ganhos com investimentos financeiros classificados como mantidos para venda, além de menores juros e variações monetárias sobre outros passivos.

No seguimento da renegociação de dívidas no âmbito da recuperação judicial, as operações com instrumentos derivativos foram sendo revertidas ao longo de 2016, sendo que em dezembro de 2016, 2017 e 2018 a Companhia não possuía mais instrumentos derivativos contratados.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi de 34%. Em 2018, a receita de imposto de renda e contribuição social foi de R$3.271 milhões em comparação a uma despesa de R$1.098 milhões em 2017. A alíquota efetiva foi de 15,3% em 2018 e de 19,8% em 2017. O quadro abaixo apresenta uma conciliação da alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social com a alíquota efetiva para cada período apresentado.

	2018	**2017**
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34,0%	34,0%
Efeitos tributários de (adições) exclusões permanentes	(62,1)	2,7
Efeito tributário da provisão para perda de créditos fiscais diferidos	(4,0)	(48,9)
Efeito tributário de ativos fiscais diferidos não constituídos no Exterior	16,7	(7,8)
Outros		0,3
Alíquota efetiva	**(15,3)**	**(19,8)**

Nossa taxa efetiva de imposto foi de 15,3% em 2018 (2017 – 19,8%), principalmente como resultado de (1) efeito de ativos fiscais diferidos de exclusões (adições) permanentes, que reduziram a taxa de imposto efetiva em 62,3% (aumento em 2017 – 2,7%); (2) efeito de provisão para perda ao valor de realização de créditos fiscais diferidos que aumentaram a taxa de imposto efetiva em 12,9% (redução em 2017 – 48,9%); e (3) em 2017 efeito de ativos fiscais diferidos não constituídos de empresas situadas no Exterior, que reduziram a taxa de imposto efetiva em 7,8%.

Resultado do exercício

Prejuízo do exercício. Em razão do mencionado nas movimentações acima, o lucro do exercício foi de R$24.616 milhões em 2018 em comparação a um prejuízo de R$6.656 milhões em 2017.

h.2) Balanço Patrimonial (consolidado – em milhões de reais)

	Consolidado, em milhões de reais, exceto porcentagem				Variação %
ATIVO	**31/12/2019**	**%**	**31/12/2018**	**%**	**Dez/19 x Dez/18**
Circulante	**17.992**	**25,0**	**21.313**	**32,6**	**(15,6)**
Caixa e equivalentes de caixa	2.082	2,9	4.385	6,7	(52,5)
Aplicações financeiras	184	0,3	202	0,31	(8,9)
Contas a receber	6.335	8,8	6.517	10	(2,8)
Estoques	327	0,5	317	0,5	3,2
Tributos correntes a recuperar	543	0,8	621	0,9	(12,6)
Outros tributos	1.089	1,5	803	1,2	35,6
Depósitos judiciais	1.514	2,1	1.716	2,6	(11,8)
Ativo relacionado aos fundos de pensão	5	0,0	5	0	(0,0)
Despesas antecipadas	670	0,9	744	1,1	(9,9)
Ativos mantidos para venda	4.391	6,1	4.923	7,5	(10,8)
Demais ativos	852	1,2	1.080	1,7	(21,1)
Não circulante	**53.900**	**75,0**	**44.125**	**67,4**	**22,2**
Aplicações financeiras	34	0,0	37	0,1	(8,1)
Tributos diferidos a recuperar	99	0,1	23	0	330,4
Outros tributos	2.996	4,2	716	1,1	318,4
Depósitos judiciais	6.651	9,3	7.019	10,7	(5,2)
Ativo relacionado aos fundos de pensão	55	0,1	64	0,1	(14,1)
Despesas Antecipadas	584	0,8	523	0,8	11,7
Demais ativos	438	0,6	251	0,4	74,5
Investimentos	134	0,2	118	0,2	13,6
Imobilizado	38.911	54,1	28.426	43,4	36,9
Intangível	3.998	5,6	6.948	10,6	(42,5)
TOTAL DO ATIVO	**71.892**	**100,0**	**65.438**	**100,0**	**9,9**

	Consolidado, em milhões de reais, exceto porcentagem				Variação %
PASSIVO	**31/12/2019**	**%**	**31/12/2018**	**%**	**Dez/19 x Dez/18**
Circulante	**11.836**	**16,5**	**10.690**	**16,3**	**10,7**
Fornecedores	5.594	7,8	5.226	8	7,0
Salários, encargos sociais e benefícios	852	1,2	907	1,4	(6,1)
Empréstimos e financiamentos	326	0,5	673	1	(51,5)
Instrumentos financeiros derivativos	1		0		
Tributos correntes a recolher	67	0,1	27	0	148,1
Outros tributos	887	1,2	1.034	1,6	(14,2)
Dividendos e juros sobre capital próprio	6	0,0	6	0	0,0
Autorizações e concessões a pagar	59	0,1	86	0,1	(31,4)
Programa de refinanciamento fiscal	87	0,1	142	0,2	(38,7)
Provisões	548	0,8	680	1	(19,4)
Arrendamentos a pagar	1.510	2,1			
Passivos associados a ativos mantidos para venda	494	0,7	527	0,8	(6,3)
Demais obrigações	1.405	2,0	1.382	2,1	1,7
Não Circulante	**42.259**	**58,8**	**31.852**	**48,7**	**32,7**
Fornecedores	3.293	4,6	3.593	5,5	(8,3)
Empréstimos e financiamentos	17.900	25,0	15.777	24,1	13,4
Tributos diferidos a recolher	0	0,0			
Outros tributos	1.224	1,7	629	1	94,5
Autorizações e concessões a pagar	0	0,0			
Programa de refinanciamento fiscal	331	0,5	411	0,6	(19,4)
Provisões	4.704	6,6	4.358	6,7	7,9
Provisões para fundos de pensão	633	0,9	579	0,9	9,3
Arrendamentos a pagar	6.640	9,3			
Demais obrigações	7.534	10,5	6.505	9,9	15,8
Patrimônio líquido	**17.797**	**24,8**	**22.896**	**35**	**(22,3)**
Capital social	32.539	45,4	32.038	49	1,5
Custo de emissão de ações	(801)	(1,1)	(377)	(0,6)	112,4

Reservas de capital	3.907	5,4	11.533	17,6	(66,1)
Ações em tesouraria	(33)	0,0	(2.803)	(4,3)	(98,8)
Outros resultados abrangentes	(233)	(0,3)	(66)	(0,1)	253,0
Outros	0	0,0	(142)	(0,2)	(100,0)
Prejuízos acumulados	(17.728)	(37,2)	(17.530)	(26,8)	1,1
Participação dos não controladores	146	0,2	243	0,4	(39,9)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**71.892**	**100,0**	**65.438**	**100,0**	**9,9**

	Consolidado, em milhões de reais, exceto porcentagem				**Variação %**
ATIVO	**31/12/2018**	**%**	**31/12/2017**	**%**	**Dez/18 x Dez/17**
Circulante	**21.313**	**32,6**	**23.748**	**34,6**	**(10,3)**
Caixa e equivalentes de caixa	4.385	6,70	6.863	10,0	(36,1)
Aplicações financeiras	202	0,31	21	0,0	861,9
Contas a receber	6.517	10,0	7.367	10,7	(11,5)
Estoques	317	0,5	254	0,4	24,8
Tributos correntes a recuperar	621	0,9	1.124	1,6	(44,8)
Outros tributos	803	1,2	1.082	1,6	(25,8)
Depósitos judiciais	1.716	2,6	1.023	1,5	67,7
Ativo relacionado aos fundos de pensão	5	0,0	1	0,0	400,0
Despesas antecipadas	744	1,1	307	0,4	142,3
Ativos mantidos para venda	4.923	7,5	4.675	6,8	5,3
Demais ativos	1.080	1,7	1.031	1,5	4,8
Não circulante	**44.125**	**67,4**	**44.891**	**65,4**	**(1,7)**
Aplicações financeiras	37	0,1	115	0,2	(67,8)
Tributos diferidos a recuperar	23	0,0		-	100
Outros tributos	716	1,1	627	0,9	14,2
Depósitos judiciais	7.019	10,7	8.290	12,1	(15,3)
Ativo relacionado aos fundos de pensão	64	0,1	101	0,1	(36,6)
Despesas Antecipadas	523	0,8	28	0,0	1.767,9
Demais ativos	251	0,4	254	0,4	(1,2)
Investimentos	118	0,2	136	0,2	(13,2)
Imobilizado	28.426	43,4	26.989	39,3	5,3
Intangível	6.948	10,6	8.351	12,2	(16,8)
TOTAL DO ATIVO	**65.438**		**68.639**		**(4,7)**

	Consolidado, em milhões de reais, exceto porcentagem				**Variação %**
PASSIVO	**31/12/2018**	**%**	**31/12/2017**	**%**	**Dez/18 x Dez/17**
Circulante	**10.690**	**16,3**	**67.891**	**98,9**	**(84,3)**
Fornecedores	5.226	8,0	7.627	11,1	(31,5)
Salários, encargos sociais e benefícios	907	1,4	925	1,3	(1,9)
Empréstimos e financiamentos	673	1,0	54.515	79,4	(98,8)
Instrumentos financeiros derivativos			105	0,2	(100,0)
Tributos correntes a recolher	27	0,0	567	0,8	(95,2)
Outros tributos	1.034	1,6	1.444	2,1	(28,4)
Dividendos e juros sobre capital próprio	6	0,0	6	0,0	
Autorizações e concessões a pagar	86	0,1	20	0,0	330,0
Programa de refinanciamento fiscal	142	0,2	278	0,4	(48,9)
Provisões	680	1,0	963	1,4	(29,4)
Provisões para fundos de pensão			62	0,1	(100,0)
Passivos associados a ativos mantidos para venda	527	0,8	354	0,5	48,9
Demais obrigações	1.382	2,1	1.025	1,5	34,8
Não Circulante	**31.852**	**48,7**	**14.261**	**20,8**	**123,4**
Fornecedores	3.593	5,5			100
Empréstimos e financiamentos	15.777	24,1			100
Tributos diferidos a recolher			3.077	4,5	(100,0)
Outros tributos	629	1,0	868	1,3	(27,5)
Autorizações e concessões a pagar			1	0,0	(100,0)
Programa de refinanciamento fiscal	411	0,6	610	0,9	(32,6)
Provisões	4.358	6,7	6.820	9,9	(36,1)
Provisões para fundos de pensão	579	0,9	571	0,8	1,4
Demais obrigações	6.505	9,9	2.314	3,4	181,1
Patrimônio líquido	**22.896**	**35,0**	**(13.513)**	**(19,7)**	**(269,4)**
Capital social	32.038	49,0	21.438	31,2	49,4
Custo de emissão de ações	(377)	(0,6)	(377)	(0,5)	
Reservas de capital	11.533	17,6	13.242	19,3	(12,9)

Ações em tesouraria	(2.803)	(4,3)	(5.531)	(8,1)	(49,3)
Outros resultados abrangentes	(66)	(0,1)	(100)	(0,1)	(34,0)
Outros	(142)	(0,2)	(142)	(0,2)	
Prejuízos acumulados	(17.530)	(26,8)	(42.336)	(61,7)	(58,6)
Participação dos não controladores	243	0,4	293	0,4	(17,1)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**65.438**		**68.639**		**(4,7)**

Comparação das posições de 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 das contas patrimoniais (consolidado – em milhões de reais).

ATIVO

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

A conta de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (incluindo aplicações financeiras classificadas no ativo não circulante) possuía saldo de R$2.300 milhões em 31 de dezembro de 2019, um decréscimo de R$2.324 milhões ou 50,3% em relação a 31 de dezembro de 2018. Os efeitos dessa variação estão representados principalmente como resultado de desembolsos relacionados a: (i) aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível (capex) no montante de R$7.426 milhões; (ii) pagamento de contratos de arrendamentos no montante de R$1.611 milhões; e (iii) desembolsos de R$152 referentes a principal de programa de refinanciamento fiscal. Os efeitos dessa diminuição foram parcialmente compensados por: (a) aumento do capital social com novos recursos no âmbito do PRJ no montante de R$4.000 milhões, (ii) geração de caixa operacional no montante de R$2.347 milhões, e (iii) dividendos recebidos de empresas no exterior classificados como ativos mantidos para venda de R$227 milhões.

A conta de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (incluindo aplicações financeiras classificadas no ativo não circulante) possuía saldo de R$4.624 milhões em 31 de dezembro de 2018, um decréscimo de R$2.375 milhões ou 33,9% em relação a 31 de dezembro de 2017. Os efeitos dessa variação estão representados principalmente como resultado de desembolsos relacionados a: (i) aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível no montante de R$5.246 milhões; (ii) pagamento de empréstimos e financiamentos decorrente do programa de mediação com pequenos credores de R$162 milhões; e (iii) desembolsos de R$265 referentes a principal de programa de refinanciamento fiscal. Os efeitos dessa diminuição foram parcialmente compensados pela geração de caixa operacional no montante de R$2.863 milhões.

A conta de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (incluindo aplicações financeiras classificadas no ativo não circulante) possuía saldo de R$6.999 milhões em 31 de dezembro de 2017, um decréscimo de R$850 milhões ou 10,8% em relação a 31 de dezembro de 2016. Os efeitos dessa variação estão representados principalmente como resultado de desembolsos relacionados a: (i) aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível no montante de R$4.344 milhões; (ii) recompra de ações no montante de R$300 milhões; (iii) desembolsos referentes a principal de programa de refinanciamento fiscal; (iv) desembolsos líquidos de depósitos e bloqueios judiciais, no montante de R$82 milhões; e (v) desembolsos relacionados a autorizações e licenças no montante de R$104 milhões. Os efeitos dessa diminuição foram parcialmente compensados pela geração de caixa operacional no montante de R$4.402 milhões.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2019, o contas a receber possuía saldo de R$6.335 milhões, um decréscimo de R$182 milhões ou 2,8% em relação a dezembro de 2018 relacionado principalmente pela revisão nas estimativas de perdas esperadas no contas a receber.

Em 31 de dezembro de 2018, o contas a receber possuía saldo de R$6.517 milhões, um decréscimo de R$850 milhões ou 11,5% em relação a dezembro de 2017 relacionado principalmente pelo incremento na perda estimada em créditos de liquidação duvidosa em R$528 milhões devido ao impacto do reconhecimento inicial da norma CPC 48/ IFRS 9.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de contas a receber possuía saldo de R$7.367 milhões, um decréscimo de R$523 milhões ou 6,6% em relação a dezembro de 2016.

Tributos a recuperar – circulante

Em 31 de dezembro de 2019, a companhia possuía R$543 milhões, um decréscimo de R$78,0 milhões ou 12,6% em relação a dezembro de 2018. Representados por: (i) redução de R$88 milhões em IR e CS a recuperar.

Em 31 de dezembro de 2018, a companhia possuía R$621 milhões, um decréscimo de R$503 milhões ou 44,8% em relação a dezembro de 2017. Representados por: (i) redução de R$278 milhões em IR a recuperar; (ii) redução de R$181 milhões em impostos retidos na fonte.

Depósitos judiciais – circulante e não circulante

A conta de depósitos judiciais possuía saldo de R$8.165 milhões em 31 de dezembro de 2019, um decréscimo de R$570 milhões em relação a dezembro de 2018, devido principalmente a: (i) redução de R$1.172 milhões de depósitos relativos às causas, cíveis, tributárias trabalhistas, e (ii) redução de R$603 milhões nas perdas estimadas, ambos decorrentes de conciliação e baixa dos litígios associados aos depósitos.

A conta de depósitos judiciais possuía saldo de R$8.735 milhões em 31 de dezembro de 2018, um decréscimo de R$578 milhões em relação a dezembro de 2017, devido principalmente a: (i) baixa de R$510 milhões de depósitos relativos às causas tributárias, (ii) desbloqueio de R$428 milhões relacionado a contingências cíveis; e (iii) R$392 milhões decorrente da conciliação dos litígios em recuperação judicial. Os efeitos dessa diminuição foram parcialmente compensados pela redução da perda estimada nos saldos em processo de conciliação no montante de R$1.283 milhões.

A conta de depósitos judiciais possuía saldo de R$9.313 milhões em 31 de dezembro de 2017, um decréscimo de R$52 milhões em linha com o exercício anterior. Vale destacar que com o Pedido de Recuperação Judicial, a Companhia identificou a necessidade e conseguiu atuar no processo de conciliação dos saldos contábeis e valores de depósitos judiciais e respectiva provisão para contingências, sendo reconhecidas em 1 de janeiro de 2016 baixas de depósitos judiciais não existentes e o aumento da provisão para contingências em R$4.166 milhões e R$622 milhões, respectivamente e em 31 de dezembro de 2016 reconheceu uma baixa de depósitos judiciais não existentes e o aumento da provisão para contingências em R$5.558 milhões e R$738 milhões, respectivamente. O resultado líquido de 2016 foi reduzido em R$1.507 milhões pelo reconhecimento de perda adicional sobre o saldo dos depósitos judiciais, aumento de provisão para contingências e correção da atualização monetárias sobre os saldos de depósitos e de provisões para contingências.

Ativos mantidos para venda

O saldo de ativos mantidos para venda reduziu R$532 milhões no decorrer do exercício de 2019 devido principalmente a: (i) alienação da participação em maio de 2019 da Cabo Verde Telecom, S.A. ("CVT"), para o Instituto Nacional de Previdência Social e a empresa pública ASA – Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A., ambos de Cabo Verde, pelo valor total de US$ 26,3 milhões, (ii) acréscimo na provisão para perdas sobre os investimentos (principalmente Unitel) no montante de R$404 milhões; e (iii) variação cambial positiva no montante de R$165 milhões.

O aumento no saldo no decorrer do exercício de 2018 ocorreu devido principalmente a: (i) variação cambial positiva resultante da desvalorização do Real frente ao Dolar e ao Euro no decorrer de 2018; (ii) reconhecimento de dividendos a receber da Unitel relativos ao exercício de 2017 no montante de US$35 milhões. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo reconhecimento de provisão pela desvalorização dos investimentos na Unitel no montante de US$126 milhões, que inclui de desvalorização do Kwanza face ao Dólar e ao Real e provisão pela desvalorização dos dividendos a receber no montante de US$48 milhões.

A redução no saldo no decorrer do exercício de 2017 ocorreu devido a: (i) permuta de ações pela transferência da Samba Luxco para a Africatel de 11.000 ações representativas do capital social da Africatel, cada uma com valor nominal de €1,00, reduzindo-se a participação da Samba Luxco na Africatel de 25% para 14%. Em contrapartida, a Africatel transferiu para a Samba Luxco sua participação de aproximadamente 34% no capital social da operadora namibiana de telecomunicações Mobile Telecommunications Limited ("MTC"), no montante de R$374 milhões; (ii) reconhecimento de provisão pela desvalorização dos investimentos na Unitel no montante de US$39 milhões, além de desvalorização do Kwanza face ao Dólar e ao Real e (iii) provisão para perda nos ágios de empresas africanas no montante de R$22milhões.

Imobilizado

O ativo imobilizado possuía saldo de R$39.911 milhões em 31 de dezembro de 2019, um acréscimo de R$10.485 milhões ou 36,9% em relação a 31 de dezembro de 2018, representado principalmente devido a: (i) R$8.733 milhões referente a adoção da nova norma contábil IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamentos, a partir de 1 de janeiro de 2019, com reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento mercantil no balanço patrimonial com relação aos bens arrendados; (ii) adições no montante de R$7.733 milhões, relacionadas a nossos investimentos em expansão e modernização da rede (inclui adições aos contratos de arrendamentos de R$239 milhões); (iii) depreciações no montante de R$5.549 milhões (inclui adições de depreciação dos contratos de arrendamentos de R$952 milhões); (iv) baixas líquidas de R$315 milhões, e (v) transferências líquidas de bens destinados a venda de R$117 milhões.

O ativo imobilizado possuía saldo de R$28.426 milhões em 31 de dezembro de 2018, um acréscimo de R$1.437 milhões ou 5,3% em relação a 31 de dezembro de 2017, representado principalmente devido a: (i) adições no montante de R$5.941 milhões, relacionadas a nossos investimentos em expansão e modernização da rede; (ii) depreciações no montante de R$4.288 milhões e (iii) baixas líquidas de R$215 milhões.

O ativo imobilizado possuía saldo de R$26.988 milhões em 31 de dezembro de 2017, um acréscimo de R$1.083 milhões ou 4,2% em relação a 31 de dezembro de 2016, representado principalmente devido a: (i) adições no montante de R$5.383 milhões, relacionadas a nossos investimentos em expansão e modernização da rede; e (ii) depreciações no montante de R$4.203 milhões.

Intangível

O ativo intangível possuía saldo de R$3.998 milhões em 31 de dezembro de 2019, uma redução de R$2.950 milhões ou 42,5% em relação a 31 de dezembro de 2018, representado principalmente devido a: (i) perdas com imparidade relacionada a expectativa de rentabilidade futura de ativos de vida útil definida no montante de R$2.111 milhões; e (ii) adições no montante de R$422 milhões; (iii) amortizações no montante de R$1.261 milhões.

O ativo intangível possuía saldo de R$6.948 milhões em 31 de dezembro de 2018, uma redução de R$1.403 milhões ou 16,8 % em relação a 31 de dezembro de 2017, representado principalmente devido a: (i) perdas com imparidade relacionada a expectativa de rentabilidade futura de ativos de vida útil definida no montante de R$292 milhões; (ii) adições no montante de R$341 milhões; (iii) amortizações no montante de R$1.452 milhões.

O ativo intangível possuía saldo de R$8.351 milhões em 31 de dezembro de 2017, um aumento de R$4.214 milhões ou 101,9 % em relação a 31 de dezembro de 2016, representado principalmente devido a: (i) reversão de perdas com imparidade relacionada a expectativa de rentabilidade futura de ativos de vida útil definida no montante de R$4.747 milhões, devido a evolução nos cenários e indicadores financeiros considerados nos fluxos de caixa do PRJ; (ii) adições no montante de R$412milhões; (iii) amortizações no montante de R$844 milhões.

PASSIVO

Empréstimos e financiamentos – circulante e não circulante

A conta de empréstimos e financiamento – circulante e não circulante, possuía saldo de R$18.226 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento de R$1.776 milhões ou 10,8% em relação a 31 de dezembro de 2018, representado principalmente devido a: (i) apropriação de juros, variação monetária sobre as dívidas no montante de R$1.251 milhões, e (ii) apropriação de ajuste a valor presente no montante de R$527 milhões.

A conta de empréstimos e financiamento – circulante e não circulante, possuía saldo de R$16.450 milhões em 31 de dezembro de 2018, uma redução de R$38.065 milhões ou 69,8% em relação a 31 de dezembro de 2017.

Até 31 de dezembro de 2017, os empréstimos e financiamentos exigíveis estavam sendo atualizados considerando os juros contratuais, bem como variação monetária e cambial do período. O Plano foi aprovado em Assembleia Geral de Credores, realizada nos dias 19 e 20 de dezembro de 2017 e em 8 de janeiro de 2018 o Juízo da Recuperação Judicial proferiu decisão em que homologou o Plano e concedeu a recuperação judicial às Empresas Oi, tendo a referida decisão sido publicada no dia 5 de fevereiro de 2018, de modo que os empréstimos e financiamentos foram novados e os respectivos saldos recalculados de acordo com os termos e condições do Plano, no curso do ano-calendário de 2018, em conformidade com as medidas necessárias à sua implementação.

As principais movimentações ocorridas em 2018 nos saldo de empréstimos em contrapartida ao patrimônio líquido, receitas financeiras e despesas financeiras foram: Patrimônio Líquido R$11.624 milhões relativos aos *"Senior Notes"* reestruturados conversíveis em instrumentos de capital; Receitas financeiras (i) R$14.688 milhões relativos ao reconhecimento do valor justo de empréstimos e financiamentos com terceiros decorrente dos efeitos da homologação do PRJ; (ii) R$11.055 milhões relativos ao impacto positivo da novação das dívidas provenientes dos *"Senior Notes"* qualificados, calculados de acordo com o PRJ; e (iii) R$3.013 milhões relativos a reversão das despesas de juros sobre dívidas incluídas no PRJ, atualizadas no período anterior a homologação do PRJ; Despesas financeiras: (i) R$555 milhões relativos ao ganho cambial associado à novação das dívidas provenientes dos *"Senior Notes"*, (ii) R$3.115 milhões de reversão de juros sobre dívidas incluídas no PRJ; e (iii) R$534 milhões de reversão de despesas de juros sobre dívidas e debentures novadas.

Fornecedores – circulante e não circulante

Fornecedores possuía saldo de R$8.887 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento de R$68 milhões ou 0,8% em relação a 31 de dezembro de 2018, representado principalmente por: (i) redução nos saldos de fornecedores de serviços, materiais a alugueis de R$684 milhões, (ii) aumento decorrente atualização monetária sobre provisão ANATEL AGU de R$425 milhões, e (iii) aumento decorrente da apropriação de ajuste a valor presente no montante de R$303 milhões.

Fornecedores possuía saldo de R$8.819 milhões em 31 de dezembro de 2018, um aumento de R$1,191 milhões ou 15,6% em relação a 31 de dezembro de 2017, representado principalmente pela reclassificação em 2018 da provisão ANATEL AGU de R$7.147 da ANATEL AGU e ajuste a Valor Presente ("AVP") de R$5.427 milhões, além dos pagamentos realizados em decorrência da aprovação do PRJ.

Tributos correntes a recolher

A conta de tributos correntes a recolher possuía saldo de R$67 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento de R$40 milhões ou 148,1% em relação a 31 de dezembro de 2018.

A conta de tributos correntes a recolher possuía saldo de R$27 milhões em 31 de dezembro de 2018, uma redução de R$540 milhões ou 95,2% em relação a 31 de dezembro de 2017. A redução foi originada pelo pagamento dos tributos de controladas provisionados em 2017.

Provisões - circulante e não circulante

A conta de provisões possuía saldo de R$5.252 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento de R$214 milhões ou 4,2% em relação a 31 de dezembro de 2018, devido principalmente a revisão da metodologia do cálculo de estimativas da provisão, considerando o novo perfil e histórico de encerramento dos processos judiciais, no contexto do PRJ, bem como, na avaliação do risco de perda realizado pela Administração suportada por seus assessores legais.

A conta de provisões possuía saldo de R$5.038 milhões em 31 de dezembro de 2018, uma redução de R$2.745 milhões ou 35,3% em relação a 31 de dezembro de 2017, devido principalmente a transferência da provisão da ANATEL AGU, líquida do AVP no montante de R$1.886 milhões para a rubrica de fornecedores, além da contingências referentes a processos encerrados e incluídos na lista de credores da recuperação judicial da Companhia, os quais também foram transferidos para rubrica de fornecedores e serão pagos nos termos do PRJ.

A conta de provisões possuía saldo de R$7.783 milhões em 31 de dezembro de 2017, um acréscimo de R$1.975 milhões ou 34% em relação a 31 de dezembro de 2016, devido principalmente a provisão adicional decorrente da revisão dos cálculos da provisão para contingências relacionadas a processos administrativos e judiciais no âmbito da ANATEL no montante de R$6.482 milhões, considerando a publicação da decisão que concedeu a recuperação judicial em 5 de fevereiro de 2018, reduzida do ajuste a valor presente no montante de R$4.873 milhões, calculado considerando a melhor estimativa de saída de caixa futura, nas formas de pagamento previstas no PRJ.

Passivos associados a ativos mantidos para venda

A conta de passivos associados a ativos mantidos para venda corresponde à classificação dos passivos associados a ativos mantidos para venda das operações africanas e asiáticas.

Demais obrigações - circulante e não circulante

A conta de demais obrigações possuía saldo de R$8.939 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento de R$1.052 milhões ou 13,3% em relação a 31 de dezembro de 2018._O aumento foi originado principalmente pela provisão constituída para contrato oneroso de R$1.230 milhões decorrente de acordo de fornecimento de capacidade de segmento espacial para fins de prestação do serviço de TV DTH. Dado que as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera receber ao longo do contrato, bem como, os custos são inevitáveis, a Companhia, consoante ao CPC 25/IAS 37, reconhece uma obrigação onerosa mensurada ao menor custo líquido de saída do contrato trazido a valor presente.

A conta de demais obrigações possuía saldo de R$7.887 milhões em 31 de dezembro de 2018, um aumento de R$4.549 milhões ou 136,3% em relação a 31 de dezembro de 2017. O aumento foi originado principalmente pela provisão constituída para contrato oneroso de R$4.494 milhões decorrente de acordo de fornecimento de capacidade de transmissão de sinais de telecomunicações através de cabos submarinos que conectam a América do Norte à América do Sul. Dado que as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera receber ao longo do contrato, bem como, os custos são inevitáveis, a Companhia, consoante ao CPC 25/IAS 37, reconheceu uma obrigação onerosa mensurada ao menor custo líquido de saída do contrato trazido a valor presente.

Patrimônio Líquido

O saldo do patrimônio líquido era de R$17.797 milhões em 31 de dezembro de 2019, uma redução de R$5.099 milhões em relação a 31 de dezembro de 2018. Os efeitos dessa variação estão representados principalmente por: (i) aumento do capital social com novos recursos no âmbito do PRJ no montante de R$4.337 milhões, sendo R$4.000 milhões em dinheiro e R$337 a título de remuneração pelos compromissos assumidos no contrato, registrado em contrapartida a custo de

emissão de ações, (ii) prejuízo do exercício no montante de R$9.095 milhões; e (iii) custo com emissão de ações de R$424 milhões.

O saldo do patrimônio líquido era de R$22.896 milhões em 31 de dezembro de 2018, um aumento de R$36.409 milhões em relação a 31 de dezembro de 2017. Os efeitos dessa variação estão representados principalmente por: (i) lucro do exercício no montante de R$24.616 milhões; e (ii) Efeitos da restruturação de "*Senior Notes*" conforme PRJ no montante de R$11.624 milhões sendo R$10.600 milhões utilizados para aumento no capital social.

O saldo do patrimônio líquido era de R$13.512 milhões em 31 de dezembro de 2017, uma redução de R$6.846 milhões em relação a 31 de dezembro de 2016. Os efeitos dessa variação estão representados principalmente por: (i) prejuízo do exercício no montante de R$6.656 milhões; (ii) efeitos da permuta de ações entre Africatel e Samba Luxco em troca do investimento na MTC no montante de R$374 milhões. Essas movimentações foram compensadas pelos efeitos de positivos de variações cambiais decorrentes de investimentos no exterior no montante de R$163 milhões e planos de pensão no montante de R$20 milhões.

h.3) Fluxo de Caixa (consolidado – em milhões de reais)

Fluxo de Caixa utilizado nas atividades de investimentos

Durante o ano 2019, a utilização do caixa líquido nas atividades de investimentos consistiram, principalmente de: (i) investimentos no montante de R$7.426 milhões em compras de bens, equipamentos, serviços e ativos intangíveis (capex), principalmente relacionados com a expansão da rede de comunicação de dados da Companhia e a implementação de projetos para atender às exigências regulamentares da ANATEL; (ii) dividendos recebidos de empresas no exterior classificados como ativos mantidos para venda de R$227 milhões, e (iii) depósitos judiciais líquidos (que consistem em depósitos subtraídos dos levantamentos e/ou substituições) de R$242 milhões, basicamente, relativos a provisões para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis.

Durante o ano 2018, a utilização do caixa líquido nas atividades de investimentos consistiram, principalmente de: (i) investimentos no montante de R$5.246 milhões em compras de bens, equipamentos e ativos intangíveis, principalmente relacionados com a expansão da rede de comunicação de dados da Companhia e a implementação de projetos para atender às exigências regulamentares da ANATEL; e (ii) depósitos judiciais líquidos (que consistem em depósitos subtraídos dos levantamentos e/ou substituições) de R$203 milhões, basicamente, relativos a provisões para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis.

Durante o ano 2017, a utilização do caixa líquido nas atividades de investimentos das operações continuadas consistiram, principalmente de: (i) investimentos no montante de R$4.344 milhões em compras de bens, equipamentos e ativos intangíveis, principalmente relacionados com a expansão da rede de comunicação de dados da Companhia e a implementação de projetos para atender às exigências regulamentares da ANATEL; e (ii) depósitos judiciais líquidos (que consistem em depósitos subtraídos dos levantamentos e/ou substituições) de R$82 milhões, basicamente, relativos a provisões para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis.

Fluxo de Caixa utilizado nas atividades de financiamento

Durante o ano 2019 as disponibilidades líquidas geradas nas atividades de financiamentos da Companhia foram decorrentes principalmente de: (i) aumento do capital social com novos recursos no âmbito do PRJ no montante R$4.000 milhões em dinheiro; (ii) pagamento de contratos de arrendamentos no montante de R$1.611 milhões; e (iii) desembolsos de R$152 referentes a principal de programa de refinanciamento fiscal.

Durante o ano 2018 utilizamos as disponibilidades da Companhia para: (i) pagamento de principal de empréstimos e financiamentos de R$162 milhões decorrente do programa de mediação com pequenos credores, e (ii) pagamentos parcelados no âmbito de refinanciamento de impostos no montante de R$265 milhões.

Durante o ano 2017 utilizamos as disponibilidades da Companhia para: (i) Recompra de ações; (ii) pagamentos parcelados de licenças e concessões no valor total de R$104 milhões, e (iii) pagamentos parcelados no âmbito de refinanciamento de impostos no montante de R$227 milhões.

10.2. Comentários dos diretores sobre:

a) resultado das operações da Companhia, em especial:

Abaixo os Diretores da Companhia apresentam seus comentários acerca do resultado das operações da Companhia, em especial, descrevem os componentes da receita e os fatores que afetam materialmente os resultados operacionais.

i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os serviços de telecomunicações da Companhia englobam:

- Serviços de telefonia fixa local nas Regiões I, II e III, inclusive instalação, assinatura mensal, serviços medidos, chamadas a cobrar e serviços locais suplementares;
- Serviços de longa distância nacional e internacional, por meio de telefonia fixa nas Regiões I, II e III, com uso de códigos de seleção de prestadora para longa distância, os quais são representados pelo número "14" no caso da Oi S.A. (Região II) e pelo número "31" no caso da TMAR (Regiões I e III);
- Serviços de telefonia móvel, em todo território nacional, com a utilização de tecnologia 2G e 3G, bem como a tecnologia 4G;
- Serviços de Comunicação Multimídia, que incluem (1) serviços ADSL; (2) arrendamento de linhas digitais e analógicas exclusivas para outras operadoras, ISPs e clientes corporativos; (3) soluções de IP; e (4) outros serviços de transmissão de dados;
- Uso da rede própria (1) para completar chamadas iniciadas por clientes de outras operadoras (serviços de interconexão); ou (2) por operadoras que não possuem a rede necessária;
- Serviços de TV paga (DTH e IPTV);
- Serviços de transporte de tráfego;
- Terminais de Uso Público;
- Serviços de valor agregado que incluem correio de voz, identificador de chamadas e assistência a lista, entre outros;
- Serviços avançados de voz para clientes corporativos, tais como serviços de 0800 (chamada com tarifação reversa); e
- Operação do portal da internet iG.

A geração de receita de cada um dos segmentos de negócios é avaliada pela Administração na visão segmentada por cliente nas seguintes categorias:

- Serviços Residenciais, com foco na venda de serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz, serviços locais suplementares, serviços de comunicação de dados (banda larga) e TV por assinatura;
- Mobilidade Pessoal com foco na venda de serviços de telefonia móvel para clientes Pós-pago e Pré-pago e clientes de banda larga móvel, além de Serviços de Valor Adicionado (SVA); e
- Empresarial/Corporativo que incluem soluções empresariais para nossos clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte.

ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os principais fatores que afetam a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia, conforme comentários dos Diretores, são:

Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto do Brasil e da demanda por serviços de telecomunicações

A Oi S.A. é uma empresa de telecomunicações brasileira e, como consequência, as suas operações são substancialmente realizadas no Brasil. Desta forma, a Companhia é afetada, principalmente, pelas condições econômicas do país. A taxa de variação anual do PIB brasileiro foi de 1,1% em 2019, em linha com a lenta recuperação econômica observada nos anos anteriores (crescimento de 1,1% em 2018 e 2017) encerrando um período de forte recessão no País (retrações superiores a 3% em 2015 e 2016).

Em 2019, a leve aceleração do crescimento no Brasil refletiu principalmente a evolução dos fatores domésticos. Fatores como: a redução da taxa Selic (de 6,5% para 4,25%) e a consequente expansão do crédito, a aprovação da reforma da Previdência e o encaminhamento de outras reformas que permitirão equacionar o desequilíbrio fiscal estrutural de longo prazo. Outros pontos ainda incipientes, mas que relevam uma melhora do ambiente de negócios foram a continuidade do ajuste fiscal, a gradativa consolidação do marco regulatório e dos programas de concessões e parcerias público-privadas na área de infraestrutura.

No mercado de trabalho, a despeito da taxa de desemprego ainda elevada, a ocupação tem crescido. O emprego formal reagiu e os rendimentos reais do trabalho voltaram a crescer. Em sentido contrário, o quarto trimestre de 2019 e início de 2020 trouxeram pressões sobre a taxa de câmbio e um choque pontual sobre o preço das carnes, despertando algumas dúvidas sobre o alcance da redução das taxas de juros diante do potencial impacto desses choques sobre a inflação.

Os Diretores da Companhia acreditam que o crescimento do PIB brasileiro estimula a demanda por serviços de telecomunicações. A demanda por esses mesmos serviços é relativamente inelástica em períodos de estagnação econômica e o efeito nas receitas da Companhia de uma desaceleração da economia ou mesmo de uma recessão doméstica não se mostra relevante. Contudo, uma deterioração grande e prolongada das condições econômicas no Brasil poderia afetar negativamente o volume de assinantes e de uso dos serviços prestados pela Companhia e, consequentemente, suas receitas operacionais.

Entre os exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o número dos nossos assinantes diminuiu 4,6% e entre os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 essa queda foi de 3,7%, de 31,8 milhões em dezembro de 2019 em relação a 33,3 milhões em dezembro de 2018 em relação a 34,5 milhões em dezembro de 2017, enquanto o número de linhas de telefone fixo Oi em serviço reduziu 15,3% entre 2019 e 2018 e 8,4% entre 2018 e 2017.

Demanda pelos Serviços de Telecomunicações

Demanda pelos Serviços de Telefonia Fixa Local

O nível de penetração da telefonia fixa no Brasil é similar àquela de países com a mesma renda per capita e, assim como aconteceu em outros países, a base de clientes de telefonia fixa possui uma tendência de queda e substituição pela telefonia móvel.

A demanda pelos serviços de telefonia fixa local fornecido pela Companhia apresentou redução nos últimos anos. Em 2019, o número de linhas fixas em serviço teve redução de aproximadamente 12,5% quando comparada a 2018. Entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 esta redução foi de 8,4%.
A Companhia procura atenuar a tendência generalizada no setor de telecomunicações brasileiro de substituir os serviços de telefonia fixa local por telefonia móvel (1) oferecendo serviços de valor agregado aos clientes de telefonia fixa, principalmente assinatura de serviços de banda larga, e (2) promovendo a convergência de serviços de telecomunicações através da oferta de pacotes convergentes de telefonia fixa local, de longa distância, móvel, banda larga e TV paga. Em decorrência dessas ofertas, os Diretores da Companhia esperam que o número de linhas fixas em serviço siga diminuindo nos próximos anos e diante disso, a Companhia tem investido em novos produtos residenciais. Em dezembro de 2019, a banda larga fixa atingiu aproximadamente 60% das residências com serviços Oi. Em 2019, a Companhia iniciou seu plano estratégico de Fibra (FTTH)[4], terminando o ano com 4,6 milhões de casas passadas e com aproximadamente 675 mil casas conectadas, alcançado um *take-up* de 14,7% neste produto. O Plano estratégico da Companhia prevê alcançar 9,6 milhões de casas passadas em 2020 e 16 milhões em 2021.

A Companhia está sujeita, segundo regulamentos da ANATEL e os contratos de concessão, a oferecer planos básicos de telefonia fixa a seus clientes residenciais com 200 minutos de uso da rede de telefonia fixa para fazer ligações locais. O cliente de um plano básico paga um valor mensal pelo serviço e quando as ligações locais excedem o limite do plano a Companhia cobra um valor por minuto excedente. No entanto, a Companhia oferece diversos planos alternativos de telefonia fixa com diferentes ofertas para atender às diferentes necessidades e perfis de consumo do mercado, adequadas ao perfil de cada cliente. Um exemplo clássico é o plano ilimitado para clientes que realizam muitas chamadas por mês e pagam uma mensalidade fixa para a Oi.

O aumento substancial do número de usuários de telefonia móvel no Brasil nos últimos dez anos também teve um impacto negativo sobre o uso dos telefones públicos. Como operadora com concessão pública de serviços de telefonia fixa local das Regiões I e II, a Companhia está sujeita aos regulamentos da ANATEL e segundo os contratos de concessão por ela celebrados, é necessário cumprir certas metas de disponibilidade de telefones públicos - TUP em toda a área de concessão. Contudo, como uma parte cada vez maior da população utiliza celulares para fazer ligações quando não há um telefone público ou fixo nas proximidades, o número de telefones públicos declinou nos últimos três exercícios sociais. Como consequência em dezembro de 2018 foi publicado o Decreto n° 9.619, que aprovou o Plano Geral de Metas para Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público, conhecido como PGMU IV, redefinindo as metas de instalação de TUP, e permitindo que as concessionárias reduzissem significativamente a quantidade de TUP, e estabelecendo que o saldo decorrente das alterações de metas de TUP seria utilizado em favor de metas de acesso sem fio para prestação do STFC através de tecnologia de quarta geração, 4G.

Demanda pelos Serviços de Telefonia Móvel

Os Diretores da Companhia acreditam que a principal razão pela qual a sua base de clientes de serviços de telefonia móvel ter diminuído para 36,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 em relação a 37,7 milhões no exercício social de 2018 foi a redução da base de terminais pré-pago em 2,7 milhões de terminais (eram 27,2 milhões em 2018 e 24,5 milhões ao fim de 2019). Estes resultados foram ainda impactados pela lenta recuperação do cenário macroeconômico, o movimento de consolidação de *chips* observado no mercado brasileiro e o

[4] FTTH = *Fiber to the home*

aumento das migrações Pré-Pós. A base de terminais pós-pagos cresceu 17,4% em 2019, alcançando 12,3 milhões ao fim do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparada a 10,4 milhões em 2018. A base de clientes de telefonia móvel sofreu uma redução de aproximadamente 2,4% comparando o final de 2019 com a mesma data de 2018.

O mercado de serviços de telefonia móvel é altamente competitivo na região em que a Companhia opera. Com o intuito de tentar reduzir o índice médio de cancelamento no segmento e agregar novos clientes, a empresa incorre em despesas comerciais/publicitárias, esforços de vendas e descontos oferecidos nas ofertas e atividades promocionais.

Os Diretores da Companhia esperam que o segmento de serviços de telefonia móvel cresça em termos de base de clientes, volume de tráfego e receitas de serviços de valor agregado.

Demanda pelos Serviços de Transmissão de Dados

Em 31 de dezembro de 2019, a base da Companhia de clientes de serviços de banda larga era de aproximadamente 4,7 milhões, uma redução de aproximadamente 13,4% em relação a 31 de dezembro de 2018. A base de clientes de serviço de banda larga era de 5,7 e 5,4 milhões de clientes nos últimos 2 exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Atualmente a Companhia está investindo em novos produtos de Fibra (FTTH) e pretende terminar o ano de 2020 com aproximadamente 9,6 milhões de casa passadas. Em 2019 este novo produto apresentou resultados satisfatórios, aproximadamente 675 mil clientes conectados e 4,6 milhões de casas passadas (*home-passed*).

Os Diretores da Companhia acreditam que a as alterações na base de clientes seja o resultado de mudanças nas preferências dos consumidores que valorizam as velocidades de transmissão de dados disponíveis através dos serviços de banda larga. A competição no segmento de fibra é intensa, o avanço da Companhia tem ocorrido em localidades onde provedores regionais atuam (ISPs). A marca forte, atividade comercial vigorosa, a qualidade da rede e da velocidade oferecida tendem a acelerar a expansão da oferta e o *take-up* de fibra (FTTH) nos anos futuros.

Expansão de Serviços de Transmissão de Dados Móveis

Em 2014, demos prosseguimento aos investimentos na expansão da cobertura 3G e 4G, com o aumento na cobertura e ofertas competitivas, dando um foco maior no acesso via celular no pós-pago, onde crescemos a nossa base de clientes móveis. Com grande foco no aumento de receita e maior penetração de uso de dados pelos clientes pré-pagos, criamos ofertas para a aquisição, bem como desenvolvemos várias ações de rentabilização da base usuária de dados no pré-pago.

Apostando na diferenciação, ampliamos fortemente a rede Oi *wi-fi*, aumentando os *hotspots* em todo o Brasil.

A Companhia vem ampliando os investimentos nas infraestruturas de redes para oferecer os serviços de 3G, 4G, 4,5G e *wi-fi*. Nós financiamos a compra e instalação de nossos equipamentos de rede por meio de empréstimos e financiamentos, inclusive financiamentos com nossos fornecedores.

De acordo com as licenças de radiofrequência de rádio 3G, a Companhia possuía até 2016, determinadas obrigações de expansão de serviço que requerem investimentos de capital, tais obrigações foram cumpridas. Já conforme suas licenças de radiofrequência de rádio 4G, a Companhia possuía até 2019, determinadas obrigações de expansão de serviço que requerem investimentos de capital, tais obrigações foram, em geral, cumpridas pela Oi, estando ainda sujeitas à conclusão do processo de fiscalização pela ANATEL. Caso a Companhia não seja capaz de fazer frente a esses investimentos de capital utilizando seu fluxo de caixa operacional, poderá incorrer em endividamento adicional ou mesmo obrigações de financiamento de fornecedores, o que aumentaria seu endividamento total e despesas financeiras líquidas.

De modo a acelerar a implantação, foi também considerada uma configuração de compartilhamento de radio (*Radio Access Network*), onde o acesso LTE eNode B compartilhada com outra operadora (quando em configuração em RAN SHARING).

Em 31 de dezembro de 2019, nossas redes de acesso móvel 2G, constituídas por 14.019 estações de rádio base ativas, que abrangem 3.497 municípios, ou aproximados 94% da população urbana do Brasil. Temos cobertura GPRS em 100% das localidades cobertas e cobertura EDGE em todas as capitais estaduais. Neste mesmo período nossas redes de acesso móvel 3G, constituídas por 10.350 estações rádio base ativas, cobriam 1.645 municípios, ou 82% da população urbana do Brasil. Temos cobertura HSPA em todas as capitais estaduais. Adicionalmente, em 2019, nossas redes de acesso 4G, constituídas por 12.622 estações rádio base ativas, abrangiam 1.018 municípios, ou 75% da população urbana do Brasil.

Além dessas redes de acesso móvel, a Companhia também possui *hotspots wi-fi*. Em 31 de dezembro de 2019, nossa rede *wi-fi* possuía mais de dois milhões de *hotspots*, com acesso de banda larga compatível com pontos de acesso fornecidos pela Fon Wireless Ltd., ou Fon, que permite aos nossos clientes acessar as linhas Fon em todo o mundo. Clientes que contratarem os planos compatíveis podem navegar na rede 4G da Oi, caso tenham aparelho e *chip* que permitam o uso da tecnologia. Os clientes podem conferir a área de cobertura da rede 4G da Oi no site.

Desta forma, conseguimos ampliar o portfólio de internet móvel e atender a todos os tipos de clientes do segmento móvel.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

A seguir os Diretores comentam as variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

<u>Preços, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços</u>

Os diretores entendem que a Companhia sofre crescentes pressões para reduzir as taxas em resposta à concorrência de preços. Essa concorrência de preços geralmente tem a forma de pacotes promocionais especiais, inclusive, subsídios de aparelhos móveis, promoções de uso de tráfego e incentivos para ligações realizadas na própria rede do provedor de serviços de telefonia móvel. A concorrência, com planos de serviços e promoções, pode ocasionar um aumento nas despesas de mercado e custos de obtenção de clientes da Companhia, que poderiam afetar de maneira adversa seus resultados operacionais. A incapacidade da Companhia de concorrer de maneira eficaz com esses pacotes poderia resultar em perda de sua fatia de mercado, afetando de maneira adversa sua receita operacional e rentabilidade.

Este ambiente competitivo é altamente afetado por tendências-chave, destacando-se as seguintes:

- Convergência tecnológica e de serviços: a convergência tecnológica e de serviços possibilita que as operadoras de telecomunicações antes limitadas a oferecer apenas um único serviço possam oferecer um pacote de serviços. Este processo de convergência inclui o provimento de serviços de banda larga, televisão a cabo, telefonia móvel e os mais novos produtos de internet de alta velocidade por fibra individualizada para cada residência (FTTH).

- Consolidação: a consolidação do setor de telecomunicações ocorreu em toda a América Latina, incluindo o Brasil. A consolidação levou à formação de grandes conglomerados que se beneficiam tanto das economias de escala como da capacidade de realizar ações coordenadas em diferentes segmentos da indústria, conferindo-lhes vantagens competitivas em um ambiente que também é caracterizado pela convergência de mídia e serviços de telecomunicações.

- Oferta de serviços convergentes: as operadoras de serviços de telecomunicações intensificaram a oferta de pacotes convergentes que antes não eram capazes de oferecer independentemente.

Em resposta a essas pressões da concorrência, (1) a Companhia poderá passar a oferecer seus serviços a tarifas menores que os tetos estabelecidos pela ANATEL, e (2) periodicamente, poderá oferecer seus serviços com descontos promocionais ou serviços adicionais gratuitos juntamente com a compra de alguns de seus serviços. A Companhia registra os serviços por ela vendidos a tarifas inferiores àquelas estabelecidas em seus planos ou às tarifas aprovadas pela ANATEL, e o valor dos serviços oferecidos com desconto ou gratuitamente como descontos e devoluções em suas demonstrações financeiras.

Inflação

As tarifas dos serviços de telecomunicações estão sujeitas a ampla regulamentação da ANATEL. As tarifas dos planos básicos de telefonia fixa local e de longa distância prestados pela Companhia, bem como interconexão com as suas redes de telefonia fixa e móvel, e serviços EILD com taxas de transmissão até 34 Mbps estão sujeitas a regulamentação da ANATEL. Precisamos obter a aprovação da ANATEL antes de oferecer novos planos de telefonia fixa. As tarifas estabelecidas (no caso dos planos básicos) ou aprovadas (no caso dos planos alternativos) pela ANATEL para os serviços de telefonia fixa prestados pela Companhia servem de teto para as tarifas por ela cobradas, estando a Companhia autorizada a oferecer descontos sobre elas. Após a determinação ou aprovação das tarifas pela ANATEL, o valor teto fica sujeito a um reajuste anual de acordo com a inflação, medida pelo índice IST. O valor teto dos planos básicos de telefonia fixa local e de longa distância nacional são reajustados pela inflação, medida pelo IST, menos o valor de ganhos de produtividade alcançados por nós. No ano de 2019, o índice de serviços de telecomunicações (IST) apurado foi de 4,6%.

Taxa de câmbio

A Companhia mantém suas operações substancialmente no Brasil e as receitas operacionais da Companhia não são afetadas de forma relevante por alterações na taxa de câmbio.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Comentário dos diretores sobre impactos da Inflação e da variação nos preços dos insumos e produtos no resultado operacional

Os diretores da Companhia entendem que no atual cenário de inflação controlada e dentro das metas estabelecidas Conselho Monetário Nacional (CMN) de 4,25% para 2019, 4% em 2020, 3,75% em 2020 e 3,50% em 2021, os custos e despesas da Companhia tendem a sofrer menores pressões, assim como as margens operacionais e de liquidez. Ainda assim, a Companhia permanece envidando esforços no sentido de buscar iniciativas de redução de custos e de utilização dos seus recursos de forma otimizada.

A Companhia estabeleceu como uma das bases do seu plano operacional o foco em eficiência, digitalização, produtividade e redução dos custos. Como consequência da execução deste plano, em 2019 os custos de rotina das operações brasileiras foram reduzidos em 3,5% totalizando R$15.439 milhões no ano, e em 2018 haviam sido reduzidos em 7,9% em relação a 2017. Considerando a redução acumulada de 11,1% e uma inflação acumulada de 8,0% nos últimos 2 anos, este desempenho significou uma redução real de quase 3,1% no Opex.

Comentários dos diretores sobre os impactos nas Taxas de câmbio e nas Taxas de juros no resultado financeiro

Substancialmente a grande maioria dos custos de serviços e despesas operacionais da Companhia são incorridos em reais no Brasil. Dessa maneira, não são esperados impactos significativos relacionados às alterações nas taxas de câmbio nas operações.

Em 31 de Dezembro de 2019, a dívida bruta consolidada da Oi S.A., era de R$18.227 milhões, representando um aumento de 10,8% ou R$1.777 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando o valor da dívida bruta consolidada era de R$16.450 milhões. O aumento no comparativo anual é resultado da provisão de juros em moeda nacional e estrangeira, da amortização do ajuste a valor presente (AVP), que contribuem para o crescimento da dívida, bem como da desvalorização do Real frente ao Dólar no ano.

	2019	2018	Variação
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	2.662	30.950	(28.288)
Despesas financeiras	(8.772)	(4.342)	(4.430)

Receitas financeiras. A receita financeira sofreu redução de 91,4% ou R$28.288 milhões, para R$2.662 milhões em 2019 em relação a R$30.950 milhões em 2018. Esta variação reflete, principalmente, os efeitos positivos em 2018 resultantes da conclusão do processo de recuperação judicial da Companhia, a saber, a reversão de juros e IR sobre a dívida, o *haircut* dos *bonds* e o ganho de ajuste a valor justo (AVJ). Em 2019 a Companhia voltou à normalidade, e os registros contábeis voltaram a refletir seu "*business as usual*".

Despesas financeiras. As despesas financeiras tiveram um aumento de 102,0% ou R$4.430 milhões, para R$8.772 milhões em 2019. Este aumento também é explicado pelo fato de que em 2018 estas contas haviam sido beneficiadas pela reversão de juros e variação cambial decorrentes da recuperação judicial em 2018, bem como pelo fato de que as dívidas novadas passaram a provisionar juros a partir de 5 de fevereiro de 2018. Em 2019 as despesas financeiras consideram período de 12 meses e refletem as atividades usuais da Companhia, a saber: (i) R$1.618 milhões referentes a juros sobre empréstimos com terceiros e juros sobre debêntures, (ii) R$640 milhões relativos à variação cambial sobre empréstimos (iii) R$910 milhões a título de apropriação do ajuste a valor presente das dívidas novadas e (iv) R$5.604 milhões de outros encargos, não relacionadas à dívida da Companhia.

Para maiores informações acerca do impacto da inflação, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, vide itens "4.1" e "4.2" deste Formulário de Referência.

10.3. Comentários dos diretores sobre efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia:

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os diretores esclarecem que não houve introdução ou alienação de segmento operacional nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Os diretores esclarecem que as demonstrações financeiras da Companhia tiveram impactos decorrentes das aquisições e alienações de participações societárias, sendo as mais relevantes as descritas abaixo. Para informações adicionais sobre essas operações, vide item "15.7" do Formulário de Referência.

Incorporação da Rede Conecta

No dia 1 de novembro de 2018, foi realizada a incorporação da Rede Conecta – Serviços de Rede S.A. pela Serede – Serviços de Rede S.A., ambas sociedades controladas indiretas da Companhia. A incorporação constituiu uma das etapas do processo de reestruturação societária e patrimonial do Grupo Oi e teve como objetivo a otimização das operações. Além disso, a unificação das operações destas subsidiárias, mediante a consolidação das atividades realizadas, trouxe benefícios de ordem administrativa, econômica e fiscal, com a redução de custos e geração de ganhos de sinergia para maior eficiência na prestação de serviços.

PT Portugal

Alienação das Ações da PT Portugal para a Altice

Em 9 de dezembro de 2014, a Companhia celebrou contrato para venda à Altice Portugal S.A. ("Altice PT"), subsidiária integral da Altice S.A. ("Altice"), da integralidade das ações de emissão da PT Portugal, envolvendo substancialmente as operações conduzidas pela PT Portugal em Portugal e na Hungria.

No dia 2 de junho de 2015, foi efetivada a alienação das ações, após o cumprimento de todas as condições contratuais precedentes. Pela aquisição da PT Portugal, a Altice desembolsou o valor total de 5.789 milhões de Euros, dos quais 4.920 milhões de Euros foram recebidos, em caixa, pela Oi e pela PTIF e 869 milhões de Euros foram destinados a imediatamente quitar dívidas da PT Portugal em Euros. O preço pago pela Altice está sujeito a um mecanismo de ajuste estabelecido em contrato, existindo ainda a previsão de um pagamento diferido ("*earn-out*") de 500 milhões de Euros até 30 de junho de 2020, relacionado à geração futura de receita da PT Portugal. O reconhecimento deste último montante dependerá do atingimento dos indicadores previstos em contrato. Além disso, a Oi deu ao comprador um conjunto de garantias e representações usuais neste tipo de contratos.

Nos termos dos contratos celebrados entre a Companhia e a Pharol com vista à união de bases acionárias, certos ativos, passivos e responsabilidades da Pharol foram transferidos para a Companhia, tendo esta assumido a obrigação de indenização ou pagamento de eventuais contingências incorridas. Até 31 de dezembro de 2019, a Companhia pagou a terceiros contingências incorridas pela Pharol no montante de €5,5 milhões e, em 31 de dezembro de 2019, mantinha depósitos judiciais e depósito de penhor a favor de terceiros no montante de €21,6 milhões, além de configurar como garantidor de certas garantias bancárias da Pharol, por conta de processos judiciais, no montante de €187,4 milhões.

Aprovação de medidas preparatórias à venda da Africatel

<u>Participações societárias na Africatel e MTC</u>

Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 16 de setembro de 2014, a administração da Oi foi autorizada a tomar as medidas necessárias para a alienação da participação da Companhia na Africatel, representativa à época de 75% do capital

social da Africatel, e/ou seus ativos. A Oi iria liderar o processo de venda, não obstante acreditasse ser no melhor interesse de ambos os acionistas da Africatel, para a maximização do valor dos seus investimentos, que tal venda fosse realizada de uma forma coordenada com a Samba Luxco S.a.r.l ("Samba Luxco"), uma coligada da Helios Investors L.P., que detinha na época os 25% restantes do capital social da Africatel. A Oi estava empenhada em trabalhar com seus parceiros locais e cada uma das companhias operacionais em que a Africatel investiu de modo a garantir uma transição coordenada de sua participação nessas companhias.

Não obstante o disposto acima, no dia 12 de novembro de 2014, o Tribunal Arbitral Internacional da Câmara Internacional de Comércio notificou a Africatel GmbH & Co. KG ("Africatel GmbH"), subsidiária indireta da Companhia e detentora direta do investimento da Oi no capital da Africatel, a respeito de processo de arbitragem iniciado pela Samba Luxco contra a Africatel GmbH, para a aplicação de suposto direito de venda das ações detidas pela Samba Luxco na Africatel ("Put"), segundo o Acordo de Acionistas dessa empresa, que decorreria da transferência indireta das ações da Africatel promovida pela Pharol em favor da Companhia, quando da integralização do aumento de capital concluído em maio de 2014.

Em 16 de junho de 2016, PT Participações, Africatel GmbH e Africatel, todas subsidiárias da Companhia, celebraram uma série de instrumentos contratuais com a Samba Luxco, com o principal objetivo de resolver e extinguir o procedimento arbitral.

Em 31 de janeiro de 2017, tendo em vista a obtenção das aprovações regulatórias e anticoncorrenciais necessárias e o cumprimento das demais condições contratuais, ocorreu a implementação das transações previstas nos instrumentos contratuais celebrados em 16 de junho de 2016. Com isso, a Samba Luxco transferiu para a Africatel 11.000 ações representativas do capital social da Africatel, cada uma com valor nominal de €1,00, reduzindo-se a participação da Samba Luxco na Africatel de 25% para 14%. Em contrapartida, a Africatel transferiu para a Samba Luxco sua participação de aproximadamente 34% no capital social da operadora namibiana de telecomunicações Mobile Telecommunications Limited ("MTC").

A Samba Luxco também renunciou a certos direitos de aprovação que possuía segundo o Acordo de Acionistas da Africatel, bem como liberou a Africatel GmbH, Africatel, Pharol e suas afiliadas e sucessoras de todas as reclamações apresentadas na arbitragem, de forma irrevogável e incondicional, de modo que a arbitragem foi encerrada e as subsidiárias da Oi receberam quitação com relação a todas as demandas pretéritas e atuais da Samba Luxco relacionadas a supostas violações ao Acordo de Acionistas da Africatel, suscitadas na arbitragem.

Posteriormente, em 29 de março de 2017, a Africatel GmbH e a Samba Luxco aprovaram, por meio de Resolução de Acionistas, o cancelamento das 11.000 ações de emissão da Africatel que a Samba Luxco havia transferido para esta última e que vinham sendo mantidas em tesouraria. Também aprovaram o cancelamento adicional de 1.791 ações de emissão da Africatel, detidas pela Samba Luxco, de modo que as participações da Africatel GmbH e da Samba Luxco na Africatel passaram a ser de 86% e 14%, respectivamente.

Os efeitos da transação entre sócios de cessão/transferência da participação da Africatel de 34% na controlada MTC – Mobile Telecommunications Limited, em contrapartida da redução da participação de acionista não controlador Samba Luxco na Africatel foi de R$145.787 no patrimônio líquido atribuído à participação dos controladores e de R$228.343 na participação de não controladores.

<u>Alienação da Cabo Verde Telecom</u>

Em 21 de maio de 2019, após o cumprimento das condições precedentes previstas em contrato, a PT Ventures SGPS, S.A., sociedade portuguesa 100% controlada pela Africatel naquela data, alienou e transferiu a totalidade das ações de que era titular na Cabo Verde Telecom, S.A. ("CVT"), representativas de 40% do capital social desta, para o Instituto Nacional de Previdência Social e a empresa pública ASA – Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A., ambos de Cabo Verde, pelo valor total de US$26,3 milhões, na forma do disposto nas cláusulas 3.1.3 e 5.1 do Plano de Recuperação Judicial. Essa alienação gerou um ganho de capital de R$67 milhões, reconhecido no resultado.

Em decorrência da referida alienação de ações, a PT Ventures celebrou com o Estado de Cabo Verde, também naquela data, acordo para encerramento definitivo das arbitragens iniciadas pela PT Ventures contra este último em março de 2015, perante o Centro Internacional para Resolução de Controvérsias sobre Investimentos ("CIRDI") e a Câmara de Comércio Internacional ("CCI").

Transferência da participação societária detida na PT Ventures e, indiretamente, na Unitel e Multitel

Conforme anunciado ao mercado em Fato Relevante de 24 de janeiro de 2020, após as devidas aprovações pelo Conselho de Administração da Companhia, pelos órgãos societários competentes da Africatel e pelo Juízo da Recuperação Judicial, a Africatel alienou e transferiu, naquela data, a integralidade das ações de emissão da PT Ventures à sociedade angolana Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, Empresa Pública – Sonangol E.P., conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial e no Plano Estratégico da Companhia.

A PT Ventures era titular, na data da transação, das participações sociais detidas nas companhias angolanas Unitel S.A. (25%) e Multitel – Serviços de Telecomunicações Lda. (40%), bem como de direitos de crédito de dividendos declarados pela Unitel e já vencidos e de um conjunto de direitos decorrentes da decisão final proferida no início de 2019 pelo Tribunal Arbitral constituído segundo as Normas de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional ("ICC"), no âmbito da arbitragem iniciada em 2015 pela PT Ventures na ICC contra os demais acionistas da Unitel, em virtude da violação de diversas previsões do Acordo de Acionistas da Unitel.

Em virtude dessa operação, a Companhia se desvinculou dos litígios em curso à data da operação envolvendo a PT Ventures, a Unitel e seus demais acionistas.

O valor total da transação foi de US$1 bilhão, dos quais: (i) US$699,1 milhões foram pagos à Africatel pela Sonangol no dia 24 de janeiro de 2020; (ii) US$60,9 milhões foram pagos à Africatel antes da transferência das ações da PT Ventures; e (iii) US$240 milhões, integralmente garantidos por carta de fiança emitida por banco de primeira linha, serão pagos incondicionalmente pela Sonangol à Africatel até 31 de julho de 2020, sendo assegurado à Africatel um fluxo mínimo mensal de US$40 milhões, a partir de fevereiro de 2020. A Companhia reitera que o fluxo assegurado contratualmente, foi devidamente cumprido nos meses de fevereiro e março de 2020 pela Sonangol.

c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável, tendo em vista que não ocorreram eventos ou operações não usuais relevantes, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, que pudessem causar impactos ou venham a causar impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

10.4. Comentários dos diretores sobre:

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Os diretores da Companhia informam que as novas normas que tiveram impacto na posição financeira foram o IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos com aplicação obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2019 e o IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos Financeiros e o IFRS 15 / CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente com aplicação obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2018, conforme detalhamento no item (b.) a seguir. Os diretores informam ainda que não ocorreram mudanças nas práticas contábeis da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Efeitos significativos relacionados as alterações nas práticas contábeis

<u>Aplicação obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2019</u>

<u>IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos</u>

A IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários são obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da revisão do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

Não há alteração substancial na contabilização do arrendador com base na norma IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

<u>Transição</u>

A Companhia adotou a norma IFRS 16 de acordo com a abordagem retrospectiva modificada (isto é, a partir de 1 de janeiro de 2019, considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial), não havendo reapresentação de informação comparativa. A Companhia optou por aplicar a norma a contratos que foram identificados como arrendamentos de acordo com a norma anterior. Portanto, a Companhia não aplicou a norma a contratos que não

tenham sido previamente identificados como contendo um arrendamento aplicando o IAS 17 e o IFRIC 4 e excluiu contratos de arrendamentos com vencimento nos
próximos doze meses, sem provável intenção de renovação, além de aplicar uma única taxa de desconto para arrendamentos com características similares e excluir custos diretos iniciais na mensuração do direito de uso.

Isenções

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma sobre contratos de arrendamentos de curto prazo (ou seja, que terminam dentro de 12 meses a partir da data de início), contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor.

Impactos

Os impactos referem-se, substancialmente, aos contratos de arrendamento de torres, imóveis, lojas, veículos e sites (espaço físico).

Na adoção inicial do IFRS 16 / CPC 06 (R2), a Companhia reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento no balanço. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Companhia, uma estimativa de quaisquer custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data de início do arrendamento (líquidos de quaisquer incentivos recebidos), calculado a valor presente.

A Companhia deprecia os ativos do direito de uso em bases lineares a partir da data de início do arrendamento ao término do prazo do arrendamento. A Companhia também avalia a perda por recuperabilidade ("*impairment*") quando tais indicadores existem.

Na data de início, a Companhia mensurou o passivo de arrendamento pelo valor presente das contraprestações, descontados usando a taxa de empréstimo incremental da Companhia.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento são compostos por pagamentos fixos, pagamentos variáveis baseados em um índice ou taxa.

Após a mensuração inicial, o passivo será reduzido pelos pagamentos efetuados e acrescidos pelos juros incorridos. Caso necessário, o passivo é recalculado para refletir qualquer reavaliação ou modificação, ou se houver mudanças nos pagamentos fixos em substância.

Quando ocorre modificação contratual substancial, o passivo de arrendamento é remensurado, e o ajuste correspondente é refletido no ativo de direito de uso, ou no resultado, se o ativo de direito de uso já estiver reduzido a zero.

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma sobre contratos de arrendamentos, para contratos de curto prazo e de baixo valor. Desta forma, ao invés de reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, estes são reconhecidos como uma despesa no resultado, ao longo do prazo do arrendamento.

Para qualquer novo contrato firmado após 1 de janeiro de 2019, a Companhia avaliou individualmente se o contrato contém arrendamento. Um arrendamento é definido como "um contrato, ou parte de um contrato, que transmite o direito de usar um ativo (o ativo subjacente) por um período de tempo em troca de uma contraprestação ".

Para aplicar esta definição, a Companhia avaliou se o contrato atende a três características principais:

- O contrato contém um ativo identificado, que é explicitamente identificado no contrato ou implicitamente especificado ao ser identificado no momento em que o

ativo é disponibilizado para a Companhia;

- A Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado ao longo do período de uso, considerando seus direitos dentro do escopo definido do contrato; e

- A Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo identificado durante todo o período de uso e tem o direito de direcionar "como e com que finalidade" o ativo é usado durante todo o período de uso.

A Companhia e suas controladas reconheceram, em 1 de janeiro de 2019, um ativo de direito de uso em contrapartida do passivo de arrendamento à pagar, no montante de R$8,2 bilhões. Em 31 de dezembro de 2019 os montantes reconhecidos para o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento à pagar são R$7,9 bilhões e R$8,2 bilhões, respectivamente.

A Companhia adotou as IFRS 16, considerando a aplicação retrospectiva modificada permitida nas respectivas normas. Neste sentido apresentamos abaixo os resultados, consolidados em milhares de reais, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, excluindo os efeitos registrados em decorrência desta aplicação.

	Saldo em 2019 (com IFRS 16)	**Ajustes IFRS 16**	**Saldo em 2019 (sem IFRS 16)**	**Saldo em 2018**
Receitas de vendas e/ou serviços	20.136.183		20.136.183	22.060.014
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(16.560.412)	(589.861)	(17.150.273)	(16.179.100)
Lucro (Prejuízo) bruto	3.575.771	(589.861)	2.985.910	5.880.914
Receitas (despesas) operacionais				
Resultado de equivalência patrimonial	(5.174)		(5.174)	(13.492)
Despesas com vendas	(3.547.684)	(7.516)	(3.555.200)	(3.853.002)
Despesas gerais e administrativas	(2.782.562)	(5.810)	(2.788.372)	(2.738.718)
Outras receitas operacionais	4.527.710		4.527.710	2.204.134
Outras despesas operacionais	(4.745.431)		(4.745.431)	(6.748.094)
	(6.553.141)	(13.326)	(6.566.467)	(11.149.172)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos	(2.977.370)	(603.187)	(3.580.557)	(5.268.258)
Receitas financeiras	2.662.463		2.662.463	30.950.461
Despesas financeiras	(8.772.181)	948.973	(7.823.208)	(4.341.595)
Resultado financeiro	(6.109.718)	948.973	(5.160.745)	26.608.866
Lucro (Prejuízo) antes das tributações	(9.087.088)	345.786	(8.741.302)	21.340.608
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(77.060)		(77.060)	115.706
Diferido	69.041		69.041	3.159.241
Lucro (Prejuízo) do exercício	(9.095.107)	345.786	(8.749.321)	24.615.555

Aplicação obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2018

IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos Financeiros

Os diretores esclarecem que a nova norma estabelece: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros, passando os ativos financeiros a serem classificados nas categorias de custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do

resultado, (ii) um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (iii) e maior flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de "*hedge*", mais alinhada com as políticas de administração de risco.

A Companhia avaliou que não há mudança substancial na classificação/mensuração de seus ativos financeiros que impacte o patrimônio líquido.

A tabela a seguir apresenta as categorias de mensuração originais no IAS 39 e as novas categorias de mensuração do IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2018 (consolidado em milhares de reais):

	Classificação original de acordo com IAS 39	**Classificação de acordo com IFRS 9**	**CONSOLIDADO**	
			31/12/2018	**01/01/2018**
Equivalentes de caixa	Mantidos para negociação	Valor justo por meio do resultado	4.097.838	6.585.184
Aplicações financeiras	Mantidos para negociação	Valor justo por meio do resultado	238.962	136.286
Créditos com partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado		
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	6.516.555	6.994.465
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado		
Ativo financeiro mantido para venda (Nota 29)	Disponível para venda	Valor justo por meio do resultado	1.843.778	1.965.972
Dividendos a receber (Nota 29)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	2.566.935	2.012.146

No que se refere ao novo modelo de perda esperada de crédito para redução ao valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia e suas controladas reconheceram, em 1 de janeiro de 2018, um acréscimo ao valor da provisão para perdas esperadas de créditos de clientes em contrapartida aos prejuízos acumulados, no montante líquido de impostos de R$373 milhões.

Em 1 de janeiro de 2018 e em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possui relações de cobertura de "*hedge*" para avaliação da aplicação da norma, mas aplicará os novos termos quando da contratação de novos instrumentos de "*hedge*".

"IFRS 15" – CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes

Os diretores esclarecem que a nova norma estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A administração apurou os seguintes impactos na adoção da nova norma em 1 de janeiro de 2018:

Receita de taxa de habilitação/instalação do serviço

A taxa de habilitação/instalação cobrada aos clientes no momento da assinatura do contrato é não restituível e se refere à atividade que a Companhia é obrigada a empreender na celebração do contrato, ou próximo a ela, para cumprir o contrato, essa atividade não resulta na transferência de bem ou serviço prometido ao cliente. A taxa é um pagamento antecipado por bens ou serviços futuros e, portanto, deve ser reconhecida como receita quando esses bens ou serviços forem fornecidos. Para fins de atendimento ao IFRS 15, considerando que tais taxas não são consideradas uma obrigação de desempenho distinta, a receita deve ser registrada em conjunto com a receita da referida prestação do serviço, deve ser diferida e reconhecida ao resultado ao longo do período do contrato.

A Companhia e suas controladas reconheceram, em 1 de janeiro de 2018, um passivo contratual em contrapartida aos prejuízos acumulados, que geraram o diferimento de receita de taxa de habilitação/instalação de acordo com o prazo do contrato (duração de 12 meses), no montante líquido de impostos de R$138 milhões.

Registro de custos incorridos no cumprimento do contrato

A Companhia deve reconhecer como ativo os custos incrementais para obtenção de contrato com cliente que se espera recuperar e deve reconhecer perda por redução ao valor recuperável no resultado na medida em que o valor contábil do ativo reconhecido exceder o valor restante da contraprestação que a Companhia espera receber em troca dos bens e serviços ao qual o ativo se refere. A Companhia deve ativar certos custos que atualmente são registrados diretamente no resultado e reconhecê-los ao resultado em base sistemática que seja consistente com a transferência ao cliente dos bens e serviços ao qual o ativo se refere.

A Companhia e suas controladas reconheceram, em 1 de janeiro de 2018, um ativo contratual em contrapartida aos prejuízos acumulados, no montante líquido de impostos de R$793 milhões que geraram o diferimento dos custos incorridos no cumprimento dos contratos reconhecidos ao resultado com base no prazo de transferência ao cliente dos bens e serviços ("*churn*").

Venda de aparelhos celulares com desconto

A Companhia oferece aos seus clientes, que estão em determinado pacote de serviços ou ainda em determinados contratos de mobilidade aparelhos com desconto. Como o equipamento (aparelho celular) não é condição essencial para prestação do serviço e não há qualquer customização por parte da Companhia para oferecer o serviço através de determinado aparelho, a Companhia considera tal venda como uma obrigação de desempenho distinta. De acordo com o IFRS 15 é devido realizar a alocação do desconto entre as obrigações de desempenho na venda de planos e no contrato de mobilidade e a receita de aparelhos deve aumentar pelo reconhecimento das receitas de vendas de aparelhos celulares, no momento da transferência do controle do bem ao cliente, enquanto as receitas de serviço devem ser reduzidas ao longo da transferência do serviço prometido. A receita total durante o contrato de prestação dos serviços não será alterada e não haverá alteração também no processo de faturamento com os clientes e tampouco no fluxo de caixa da Companhia.

A Companhia não identificou impacto financeiro significativo para venda de aparelhos celulares com descontos em virtude de o valor do desconto não ser materialmente relevante no universo das receitas da Companhia.

Efeitos da adoção inicial do IFRS 15 e IFRS 9

A Companhia adotou as IFRS 15 e 9, considerando a aplicação retrospectiva modificada permitida nas respectivas normas. Neste sentido apresentamos abaixo os resultados consolidados, em milhares de reais, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, excluindo os efeitos registrados em decorrência desta aplicação.

	2018 (com IFRS 15 e 9)	**Ajustes IFRS 15**	**Ajustes IFRS 9**	**2018 (sem IFRS 15 e 9)**	**2017**
Receitas de vendas e/ou serviços	22.060.014	15.588		22.075.602	23.789.654
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(15.584.650)			(15.584.650)	(14.986.250)
Lucro bruto	6.475.364	15.588		6.490.952	8.803.404
Receitas (despesas) operacionais					
Resultado de equivalência patrimonial	(13.492)			(13.492)	(433)
Despesas com vendas	(4.134.030)	(119.214)	141.089	(4.112.155)	(4.442.837)
Despesas gerais e administrativas	(2.738.718)			(2.738.718)	(3.136.808)
Outras receitas operacionais	2.204.134			2.204.134	1.985.101
Outras despesas operacionais	(7.061.516)			(7.061.516)	(5.569.455)

	(11.743.622)	(119.214)	141.089	(11.721.747)	(11.164.432)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos	(5.268.258)	(103.626)	141.089	(5.230.795)	(2.361.028)
Receitas financeiras	30.950.461			30.950.461	7.136.459
Despesas financeiras	(4.341.595)			(4.341.595)	(10.332.971)
Resultado financeiro	26.608.866			26.608.866	(3.196.512)
Lucro (Prejuízo) antes das tributações	21.340.608	(103.626)	141.089	21.378.071	(5.557.540)
Imposto de renda e contribuição social	3.274.947	35.233	(47.970)	3.262.210	(1.098.622)
Lucro (Prejuízo) do exercício	24.615.555	(68.393)	93.119	24.640.281	(6.656.162)

c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Os diretores da Companhia esclarecem que os seguintes assuntos relevantes foram incluídos no parecer dos auditores relativos às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019:

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa n°1 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, na seção sobre continuidade das operações que informa que as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios, que consideram, entre outros aspectos: (i) cumprimento dos requerimentos previstos no Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") e na Lei n°11.101/2005; (ii) sucesso na implementação do novo plano estratégico apresentado ao mercado em julho de 2019; (iii) reversão dos prejuízos acumulados consolidados que, em 31 de dezembro de 2019, totalizaram o montante de R$17.727.954 mil; e (iv) atendimento de cláusulas restritivas de empréstimos e financiamentos (*covenants*). Em 06 de março de 2020, o Juízo da Recuperação Judicial deferiu o pedido da Companhia para a realização de Nova Assembleia Geral de Credores (AGC) para deliberação de aditamento ao PRJ para flexibilização de determinadas condições financeiras e operacionais e para extensão do prazo da recuperação judicial, que se encerraria em 4 de fevereiro de 2020. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Os diretores da Companhia esclarecem que os seguintes assuntos relevantes foram incluídos no parecer dos auditores relativos às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018:

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa n°1 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, na seção sobre continuidade das operações que informa que as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios, que consideram o sucesso na implementação do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") e atendimento dos requerimentos previstos na Lei n°11.101/2005. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Os diretores da Companhia esclarecem que os seguintes assuntos relevantes foram incluídos no parecer dos auditores relativos às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017:

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota nº 1 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, que indica que a Companhia tem gerado prejuízos recorrentes e incorreu nos prejuízos antes do imposto de renda e da contribuição social de R$5.135.689 mil e R$5.557.540 mil, respectivamente controladora e consolidado, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 resultando no patrimônio líquido negativo de R$13.805.980 mil e R$13.512.523 mil, respectivamente controladora e consolidado, e, nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R$10.787.262 mil e R$44.143.859 mil, respectivamente controladora e consolidado. Conforme a Nota nº 1, na seção sobre continuidade das operações, as demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios, que consideram o pressuposto de sucesso na implementação do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") aprovado que inclui, dentre outros assuntos, o atendimento das "Condições Precedentes" indicadas no anexo 4.3.3.5 (c) do PRJ que se relacionam a: (i) conversão dos créditos dos *"bondholders"* qualificados em aumento de capital e em Novas Notes a serem emitidas pela Companhia os quais devem ocorrer até 31 de julho de 2018; e (ii) aumento de capital com novos recursos no valor de R$4.000.000 mil que deve ocorrer até 28 de fevereiro de 2019. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à

capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

10.5. Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros)

Os Diretores da Companhia esclarecem que as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as IFRS – *"International Financial Reporting Standards"* emitidas pelo IASB – *"International Accounting Standards Board"* e também de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM, vigentes em 31 de dezembro de 2019, que são as mesmas seguidas para as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

Ao preparar as Demonstrações Financeiras, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. Os diretores da Companhia entendem que as estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de receita e contas a receber

A política de reconhecimento de receita da Companhia é significativa em razão de ser componente relevante dos resultados operacionais. A determinação do valor e do momento do reconhecimento da receita pela administração, capacidade de cobrança e os direitos a receber de certas receitas pelo uso da rede se baseiam em julgamentos relacionados à natureza da tarifa cobrada pelos serviços prestados, o preço de certos produtos e o poder de cobrar essas receitas. Se mudanças nas condições fizerem com que a Administração julgue que esses critérios não estão sendo atendidos em certas operações, o valor das contas a receber pode ser afetado. Além disso, a Companhia depende de diretrizes de medição para determinadas receitas de acordo com as regras definidas pela ANATEL.

Perdas esperadas em contas a receber de clientes

As perdas esperadas em contas a receber de clientes são estabelecidas para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes. A estimativa de perda esperada em contas a receber de clientes é reconhecida em um montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses recebíveis e é preparada com base em taxas históricas de inadimplência e projeções de condições futuras que impactam as cobranças.

Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias.

Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida

Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos mais relevantes estão demonstradas nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia.

As vidas úteis de certos ativos podem variar entre os segmentos de linha fixa e móvel. A Companhia revisa anualmente as vidas úteis desses ativos.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Os valores recuperáveis dos ativos de longa duração são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas que podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Para fins de avaliação do valor recuperável da Unidade Geradora de Caixa - UGC, a Companhia definiu o valor em uso dos ativos.

Ao mensurar o valor em uso, a Companhia se baseou nas previsões de fluxos de caixa de acordo com o plano estratégico, aprovado pela Administração e divulgado ao mercado em fato relevante. Tais previsões abrangem um período de 10 anos, considerando a vida útil média dos ativos e estão consistentes com os anos anteriores. A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado de 10,94% (2018 - 11,55%), o qual é revisado, no mínimo, anualmente pela Companhia.

De acordo com o CPC 01 R1 (IAS 36), uma perda por desvalorização deve ser alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade geradora de caixa, primeiramente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio por expectativa de rentabilidade futura e a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo da unidade.

Arrendamentos

As premissas relativas às taxas de desconto apropriadas usadas no cálculo do valor presente dos pagamentos dos arrendamentos estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores externos e internos, incluindo tendências econômicas e desempenho financeiro da Companhia. O uso de diferentes premissas para mensurar o valor presente de nossos arrendamentos poderia ter um efeito material sobre o valor presente estimado do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço patrimonial.

Valor justo de passivos financeiros

As premissas sobre taxas de desconto utilizadas no cálculo do valor justo de nossos passivos financeiros estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores externos e internos, incluindo tendências econômicas e o desempenho financeiro da Companhia. O uso de diferentes premissas para mensurar o valor justo dos passivos financeiros pode ter um efeito material sobre o valor justo estimado desses passivos financeiros e os valores registrados como empréstimos e financiamentos no balanço patrimonial, bem como os valores registrados no resultado.

Provisões

A Companhia reconhece provisões para contingências originadas essencialmente na esfera jurídica e administrativa, com natureza trabalhista, tributária e cível. Dependendo da natureza da contingência, a Administração da Companhia faz uso de metodologia de avaliação estatística ou avaliação individual no cálculo de provisões para contingências. Em qualquer uma das metodologias a Companhia usa um conjunto de premissas, informação, avaliação de risco interna e externa e modelos estatísticos que entende serem adequadas, incluindo a implementação com sucesso do Plano de Recuperação Judicial,
no entanto é possível que as mesmas se alterem no futuro, podendo resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas.

Valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda relacionados ao investimento na Unitel foram inicialmente valorizados a valor justo de acordo com as informações constantes dos laudos externos usados no âmbito do aumento de capital da PT. Essas estimativas são calculadas e revistas pela Administração da Companhia com base em premissas financeiras observáveis no mercado (taxa de desconto, taxa de juros, taxa de câmbio), operacionais (estimativas sobre a evolução dos fluxos de caixa futuro de cada negócio) e qualitativas (desfecho dos processos judiciais interpostos contra terceiros).

As estimativas preparadas pela Administração da Companhia podem não ser necessariamente um indicador do montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria no caso de liquidar essas transações, pois as estimativas foram realizadas num ambiente de incerteza e qualquer alteração relevante das premissas utilizadas pode ter um efeito material nos valores estimados.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal, que são significativamente diferentes dos valores calculados para os CPCs e as IFRSs. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

Benefícios a empregados

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de

níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria.

Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base. Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia.

10.6. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável, visto que não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável, visto que não existem outros ativos e passivos detidos pela Companhia não apresentados nas demonstrações financeiras.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, visto que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.7. Comentários dos diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item "10.6"

Não aplicável, visto que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

10.8. Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia:

(a) (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

A seguir os Diretores da Companhia apresentam a descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Os Diretores da Companhia acreditam que investimentos são importantes para atender a demanda projetada, aumentando a eficiência operacional. Para que esses efeitos ocorram de forma organizada viabilizando o crescimento sustentável na Companhia, por meio da prestação de serviços em rede fixa, que inclui (i) os serviços de voz e de dados, contando com equipamentos instalados em pontos de presença distribuídos, (ii) centrais telefônicas, (iii) equipamentos de comunicação de dados, e (iv) uma rede capilarizada de linhas de acesso que conecta os clientes a estes pontos de atendimentos, interligadas por equipamentos de transmissão de longa distância. Os projetos mais relevantes por técnicas são descritos abaixo:

Rede de Dados

Os Diretores da Companhia informam que os projetos para a rede de dados incluem as seguintes atividades:

- Aquisição e expansão de equipamentos de comunicação de dados de forma a suportar o crescimento anual do tráfego IP da ordem de 35% e dos serviços fixos e móveis 3G e 4G, além de corporativos e residenciais;
- Implantação de soluções customizadas, produtos de portfólio e acessos (*last mile*) para clientes, incluindo opticalização de acessos e/ou características relacionados ao nível de serviço (SLA, *Service Level Agreement*);
- Aumento de capilaridade das conexões em 100Gbps, para garantir maior fluidez do tráfego IP, potencializar o acesso a provedores de conteúdo e consequentemente garantir melhor experiência de navegação na Internet;
- Modernização do parque de equipamentos da rede por motivo de obsolescência e capacidade para suportar a demanda de crescimento prevista.

Rede de Voz

Os Diretores da Companhia informam que a rede comutada da Oi enfrenta o desafio de evoluir de modo a oferecer novos serviços de valor agregado aos seus clientes e possibilitar a substituição gradativa de sua planta legada, utilizando principalmente novas tecnologias baseadas no conceito de NGN (*Next Generation Networks*) e IMS (*IP Multimedia Systems*).
A Companhia tem atuado pontualmente no sentido de promover a remoção e substituição de centrais legadas, ao mesmo tempo em que está investindo na ampliação de solução NGN e IMS para atender novas demandas de clientes, substituição do legado e do tráfego de longa distância (nacional e internacional) utilizando VoIP.

Como resultado direto dessa estratégia, a Companhia avança na implantação do núcleo IP *Multimedia Systems* - IMS, uma plataforma de serviços de protocolo de Internet (IP) que possibilita a convergência dos serviços de voz, dados e vídeo, o que representa a parte central da nossa oferta de Triple Play. O núcleo IMS não só irá fornecer controle para o recurso de VoIP, mas também a integração de controle de acesso e autenticação para todos os três serviços além de possibilitar o avanço na convergência fixo móvel.

A Companhia também está focada na transformação das soluções corporativas de voz focadas em ambiente IP, evoluindo os tradicionais serviços legados para produtos baseados em tecnologia SIP, como SIP *Trunking*, desta forma buscando também convergência dos produtos voltados ao B2B para ambiente em *cloud*.

Redes de Transporte

A expansão das redes de transporte visa garantir a capacidade de escoamento e alta resiliência necessários para o plano de expansão dos serviços, crescimento de tráfego de voz e IP e melhor experiência dos clientes. Destacam-se os projetos: (i) Expansão *backbone* nacional e estaduais; (ii) Otimização da rede satélite, (iii) Preparação para tráfego de clientes 100Gbps em todas as camadas e implementação das redes metropolitanas para suportar o trafego 4,5 e 5G; (iv) Projetos de proteção / otimização de rotas; e (v) crescimento dos agregadores IP para o interior do pais, permitindo o acesso do conteúdo mais próximo do cliente.

A camada óptica totalmente a 100Gbps está sendo expandida a fim de proporcionar uma utilização mais eficiente da capacidade.

Também seguimos ampliando nossa cobertura óptica em dezenas de municípios, tanto para aumento de disponibilidade e resiliência, quanto para oferta de serviços".

Gerência de Redes

Os Diretores da Companhia informam que os projetos para a Gerência de Redes estão distribuídos sobre as seguintes atividades:

Desenvolver atividades de planejamento e projetos de Sistemas de Suporte a Operação (OSS) que atendem as redes fixa, móvel e dados, com o objetivo contínuo de melhoria do gerenciamento e performance das redes com redução de tempo de identificação de falhas e causa raiz, diminuindo o SLA de reparo e acionamentos indevidos;
Desenvolver projetos de integração de novos equipamentos, redes e sistemas aos atuais OSS da companhia em todas as suas camadas (supervisão e monitoração de falhas e desempenho, aprovisionamento, autenticação, etc.);

Atualização das plataformas de gerência do CGR (Centro de Gerenciamento de Rede) para suportar novas versões e ao *forecast* de crescimento de elementos de redes e usuários, em especial do FTTH, novas versões e maior número de elementos de redes e usuários, através do acompanhamento da capacidade, desempenho, versões e estabilidade das plataformas de OSS existentes, com redução de infraestrutura e simplificação da manutenção preventiva e proativa de forma a garantir a possibilidade de expansões, bem como alta disponibilidade dos serviços.

Rede de acesso

Os Diretores da Companhia informam que os investimentos relacionados a rede de acesso se distribuem em:

- Abordar os prédios recém construídos com redes FTTH;
- Promover a evolução tecnológica da rede existente visando atender os requisitos mercadológicos para a banda larga fixa;
- Projetos de melhoria e redundância em cabos, incluindo a construção de rotas e cabos redundantes de fibra óptica para rotas lineares ou para fechamento de anéis; e
- Expansão da rede óptica existente (FTTH) visando à melhoria dos indicadores operacionais em regiões onde a rede metálica é muito degradada;
- Migração dos clientes da rede de cobre para rede FTTH buscando oferta de banda larga de mais alta velocidade.
- Desenvolvimento de soluções no ambiente do cliente com foco na melhoria da experiência do cliente.

Na rede de acesso, destaca-se o projeto de implantação de fibra até a casa dos clientes (FTTH) para apoiar a nossa oferta de serviços Triple Play, melhorar a qualidade dos serviços e reduzir os custos de manutenção da rede externa hoje feita em cobre. A tecnologia óptica escolhida - GPON é projetada para suportar IPTV e serviços de vídeo, VoIP e Internet de alta velocidade de até 200 Mbps.

Para evolução da capacidade de rede temos projeto em andamento para elevar a oferta de banda larga FTTH em até 1GBps, além da evolução das soluções GPON para XGSPON com aumento da capacidade de rede atual de 2,5GBps para 10GBps.

Rede Móvel

Decorrente do atendimento às obrigações 4G LTE junto a ANATEL para 2017, a Companhia implantou novas Estações 4G em 2600 MHz ou 1800 MHz, que atenderam novos municípios nas regiões I, II e III, considerando o serviço de dados, além de novos sites 3G que possibilitaram a chamada de voz nestes municípios.

Investimentos de Capacidade de cobertura

Em 2017 realizamos expansões de capacidade em 35% dos nossos sites 3G existentes para aumentar a velocidade de nossa conexão 3G. Além disso, para melhorar a experiência dos nossos usuários de serviços de dados, concedemos aos nossos usuários 2G acesso à nossa rede 3G migrando o plano de dados do usuário de 2G para 3G e atualizando seus dispositivos para serem compatíveis com 3G.

Desde 2018 os investimentos da Oi estão com foco no aumento da cobertura de dados com base no refarming de 1800 MHz em regiões de acordo com as prioridades de mercado buscando sinergia nas redes fixo-móvel. A estratégia da Oi também considera modernização de equipamentos de forma a estar preparada para evolução tecnológica com novo hardware 5G *ready.*

As atividades nas redes 4G, 3G e 2G são associadas ao plano estratégico da Oi, que considera a padronização e a equalização dos fornecedores, buscando sinergia / evolução tecnológica com tecnologias integradas (SINGLE RAN). Sempre seguindo a expansão da cobertura 4G 1800 MHz, de acordo com as prioridades do mercado, os equipamentos 2G e 3G são modernizando, integrando tecnologias 4G / 3G / 2G em plataformas únicas de hardware.

Dentre os projetos relevantes, a Companhia destaca-se o aumento de capacidade da Rede Móvel com o avanço no projeto de readequação do seu espectro de 1.800MHz para oferecer funcionalidades da tecnologia 4.5G. Em 2018, a Oi ofereceu cobertura 4G em 902 municípios do país, sendo em 25 deles 4.5G.

Em 2019, alcançamos a marca de 1.018 municípios com cobertura 4G, sendo em 44 deles 4.5G. Estes projetos, associado aos investimentos que a Oi vem fazendo em sua rede de transporte e a sua grande capilaridade de fibra no país, trarão uma melhoria contínua na experiência de uso de dados.

Adicionalmente, a Companhia prossegue com a expansão de sua Rede 4G LTE visando o cumprimento dos compromissos de cobertura estabelecidos pelo órgão regulador, além de ativação de funcionalidades com o objetivo de melhoria da percepção do usuário.

Acordos de Compartilhamento de Infraestrutura Móvel – RAN *Sharing*

A Oi mantém em seus contratos a possibilidade de implantação em configuração de RAN *Sharing,* onde existe uma configuração de compartilhamento de rádio, (*Radio Access Network*) pela Oi e Operadoras, onde o acesso LTE eNode B e sua rede de transmissão são compartilhados com TIM e Vivo, dividindo assim os custos de cobertura. Esta técnica é pioneira nas Américas e tem-se demonstrado muito eficiente em aumentar a cobertura com custos de expansão menores.

Este modelo de negócio começou em novembro de 2012, onde Oi celebrou um memorando de entendimento com a TIM com o uso conjunto de elementos de nossa rede 4G sob um modelo de RAN *Sharing* em 2600 MHz segundo o qual investiríamos em infraestrutura em determinados cidades, enquanto a TIM investiria em infraestrutura em outras cidades. No final de 2013, nós e a TIM estendemos este memorando celebramos o Acordo de RAN *Sharing* de 2013, cuja vigência é de 15 anos. Nos termos iniciais do Acordo RAN *Sharing* de 2013, oferecemos a tecnologia 4G para mais de 80% das áreas urbanas em todas as capitais e cidades brasileiras com mais de 500.000 habitantes. Em 2017, expandimos para cidades com menos de 100.000 habitantes, atingindo 813 cidades com cobertura 4G. Em 2018 expandimos o contrato de RAN *Sharing* de 2013, para incluir frequências de 1800 MHz, possibilitando a Oi utilizar a rede TIM para expansão de cobertura. Este acordo assim possibilitou em 2019 a expansão de cobertura em 30 novos municípios na tecnologia LTE 1800 MHz, com a Oi utilizando a rede TIM em cenários de configuração de RAN *SHARING*.

Em junho de 2015, celebramos outro memorando de entendimento com o uso conjunto de elementos da rede 4G segundo um modelo de RAN *Sharing* no qual a Oi, TIM e Telefônica Brasil concordaram em investir proporcionalmente (50% da Telefônica Brasil, 25% Oi e 25% TIM) em sites em determinadas cidades com base nas respectivas obrigações de cobertura 2600 MHz de cada operadora. Acordo ao qual nos referimos como o Contrato de RAN *Sharing* de 2015, com vigência de 12 anos. Este acordo abrangeu 427 cidades em 2017e não existiram acordos em 2018 e 2019.

(a) (ii) fontes de financiamento dos investimentos

Abaixo, os Diretores da Companhia apresentam as fontes de financiamento dos investimentos:

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia e suas controladas historicamente utilizam como fonte de financiamento dos investimentos de capital empréstimos de curto e longo prazos realizados junto às agências de fomento e bancos multilaterais assim como, emissão de títulos de dívida nos mercados de capitais nacional e internacional, que deverá ser mantida como estratégia de financiamento dos investimentos de capital para os próximos anos, de acordo com as limitações da Lei nº 11.101/2005 e demais leis a que está sujeita a Companhia, bem como observando-se as disposições do Plano de Recuperação Judicial.

(a) (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Os Diretores da Companhia esclarecem que, no contexto do processo de recuperação judicial e em linha com o plano estratégico, estão perseguindo opções de maximização do valor da Companhia Ações de transformação e um modelo de negócio sustentável enfatizam a melhoria da

performance operacional e financeira. Dentre as principais ações, inclui-se o desinvestimento de ativos não fundamentais com impacto potencial. Dentre os ativos a serem alienados e iniciativas executadas destacam-se: Torres, Data Center, Imóveis e outros.

Dando prosseguimento aos desinvestimentos planejados, em 24 de janeiro de 2020, a Companhia alienou e transferiu a integralidade das ações de emissão da holding portuguesa PT Ventures SGPS S.A. ("PT Ventures") à sociedade angolana Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, Empresa Pública – Sonangol E.P. ("Sonangol").

O valor total da transação foi de US$1 bilhão dos quais: (i) US$699,1 milhões foram pagos à Africatel pela Sonangol em 24 de janeiro de 2020, (ii) US$60,9 milhões já pagos à Africatel antes da transferência das ações da PT Ventures; e (ii) US$240 milhões, integralmente garantidos por carta de fiança emitida por banco de primeira linha, a serem pagos incondicionalmente pela Sonangol à Africatel até 31 de julho de 2020, sendo assegurado à Africatel um fluxo mínimo mensal de US$40 milhões, a partir de fevereiro de 2020.

Em 21 de fevereiro de 2020, a Companhia concluiu a venda do imóvel de sua propriedade localizado na Rua General Polidoro nº 99, Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, pelo valor de R$120,5 milhões, com a transferência do referido imóvel para a compradora e a liquidação financeira da transação.

A seguir os Diretores da Companhia comentam sobre as aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia:

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Os Diretores da Companhia informam que os investimentos de capital da Companhia relacionados a ativos imobilizados totalizaram R$7.813 milhões em 31 de dezembro de 2019, R$6.077 milhões em 2018 e R$5.629 milhões em 2017. A tabela abaixo demonstra investimentos com a expansão e modernização de instalações nos períodos indicados:

Item	2019 (Em milhões de reais)	2018 (Em milhões de reais)	2017 (Em milhões de reais)
Equipamento de transmissão de dados	2.947	1.993	1.846
Serviços de instalação	742	539	644
Redes e sistemas móveis	905	820	602
Transmissão de voz	496	731	726
Serviços de tecnologia da informação	684	720	729
Infra-estrutura de serviços de telecomunicações	429	500	496
Edificações e benfeitorias	88	70	80
Equipamentos de sistema de gerenciamento de rede	224	171	94
Backbone	630	304	237
Equipamentos de serviço de internet			1

Outros	668	229	174
Total dos investimentos de capital	**7.813**	**6.077**	**5.629**

Os Diretores da Companhia informam que os investimentos da Companhia no período de um ano encerrado em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 incluíram o seguinte:

- A Companhia direcionou investimentos de R$905 milhões em 2019, R$820 milhões em 2018 e R$602 milhões em 2017 para o segmento de mobilidade;
- Os expressivos investimentos direcionados à oferta de serviços de banda larga, tanto visando a ampliação da capilaridade de sua rede, quanto o incremento das velocidades disponibilizadas aos clientes. Adicionalmente, a ampliação de capacidade das redes de dados, visando o atendimento do segmento corporativo, contribuiu para investimentos totais R$2.947 milhões em 2019, R$1.993 milhões em 2018 e R$1.846 milhões em 2017 em comunicação de dados;
- No segmento de voz, os investimentos realizados em 2019, 2018 e 2017 tiveram por objetivo o atendimento a novos empreendimentos na área de atuação da Companhia e a modernização das plantas interna e externa, visando a melhoria da qualidade e permitindo maior agilidade no atendimento às demandas; e
- Visando dar suporte aos crescimentos citados, a Companhia investiu em infraestrutura de telecomunicações, incluindo-se aí as redes de transporte (*backbones*), infraestrutura de TI e plataformas de gerência de redes.

c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Os Diretores da Companhia apresentam abaixo os novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

Inovação, pesquisa e desenvolvimento

A inovação sempre esteve presente no DNA da Oi, desde o seu início, tendo sido o instrumento mais importante para o seu crescimento, sempre com o foco no valor percebido por nossos clientes.

Estratégias e iniciativas inovadoras como a escolha do padrão GSM, as estratégias de convergência e do *SIMcard Standalone* e a iniciativa do desbloqueio de aparelhos. Foi a primeira operadora com oferta quadruple play, um pacote com quatro soluções integradas de telefonia fixa, móvel, internet e TV, quando do lançamento da Oi TV. Foi a primeira companhia em acabar com a multa por mudança de operadora, e também em acabar com a necessidade de uso de vários chips para clientes falarem com isenção de tarifas entre as mesmas operadoras, inovando com oferta que permite aos clientes usarem minutos para qualquer operadora dentre outras. Estas estratégias se transformaram em importantes diferenciais competitivos para impulsionar o crescimento e solidificar a conquista de participação relevante no mercado brasileiro.

A Oi continuará conduzindo as atividades independentes de inovação, pesquisa e desenvolvimento nas áreas de serviços de telecomunicações e tecnologia da informação e comunicação, com objetivo de alavancar o alcance dos objetivos estratégicos da Companhia além de garantir a excelência nos processos de operação e entrega dos serviços.

As atividades de inovação, pesquisa e desenvolvimento na Oi referenciam-se nos manuais de Oslo e Frascati e utilizam o modelo de inovação aberta em empresas de serviço. Neste contexto, a Oi vem desenvolvendo o seu Ecossistema de Inovação de forma integrada e interagindo com grande parte das instituições que compõem o sistema brasileiro de inovação, com destaque para as parcerias junto à comunidade de inovação, fornecedores de equipamentos e soluções e centros nacionais de pesquisa. A Oi continuará atuando como fomentadora de inovação e P&D junto aos parceiros do seu sistema.

Criado em 2009, o Programa de Inovação da Oi, está baseado no conceito de inovação aberta - (*Open Innovation*), que preconiza o desenvolvimento de inovação com a participação de um ecossistema de parceiros, composto por universidades e centros de pesquisa, fornecedores tecnológicos e empresas incubadas em centro de excelência em inovação tecnológica, atuando em parceria com a Oi para conceber, desenvolver e implementar soluções e projetos inovadores em produtos, serviços e processos de negócio.

A Oi estabeleceu sua atuação como fomentadora de inovação e P&D no ecossistema através de:

- Convênios de cooperação e desenvolvimento tecnológico com centros de pesquisa nacionais (ICT´s);
- Convênios com instituições de ensino e pesquisa e com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP);
- Parcerias com a indústria de equipamentos de telecomunicação com tecnologia nacional;
- Parcerias com fornecedores nacionais com grande potencial de inovação

No triênio 2017 a 2019, a Oi esteve focada na estruturação da área de transformação digital e inovação aberta, mapeando e desenvolvendo o seu ecossistema de parceiros e desenvolvendo e

estimulando projetos aderentes a esta nova abordagem para a empresa, destacando-se as seguintes atividades:

- Ampliação da área de transformação digital da companhia;
- Disseminação inicial da cultura de inovação;
- Estruturação do Ecossistema de Inovação da Oi;
- Implantação de processos, acompanhamento e controle dos projetos;
- Criação do Oito (Hub de Inovação e Empreendedorismo) focado em inovação aberta no Rio de Janeiro;
- Celebração de Convênios de Cooperação Tecnológica com Institutos de Ciência e Tecnologia (ICT´s) públicos e privados;
- Estímulo ao desenvolvimento de novos projetos de inovação e P&D através de iniciativas de fomento;
- Intensificação do desenvolvimento de projetos com a participação de ICT´s;
- Lançamento de iniciativas para aumento do Ecossistema de Inovação por meio de campanhas internas e externas;
- Ampliação do Ecossistema de Inovação da Oi por meio de iniciativas de estímulo à apresentação de propostas de projetos, tais como a Chamada de Aplicativos.

Iniciativas de Inovação e Empreendedorismo

Em 2016 a Oi apresentou à ANATEL proposta para incluir práticas de investimento de "*Venture Capital*" dentre as modalidades de investimento em P&D com o objetivo de alavancar o potencial de inovação em seus negócios, prática essa, denominada "*Corporate Venturing*". Esta atividade se baseia em incubação e aceleração de projetos inovadores muitas vezes advindos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação tecnológica, gerando novos produtos e negócios com possibilidade de rentabilização dos investimentos realizados. O diferencial entre o modelo de inovação até então praticado pela Oi e o modelo complementar de "*Corporate Venturing*", consiste na manutenção da propriedade intelectual na "*start-up*" para utilização em projetos internos e produtos de maior valor agregado para a sociedade, gerando, por conseguinte, novas oportunidades de emprego, novos empreendimentos e negócios, desenvolvimento contínuo e avanços tecnológicos, estimulando o crescimento econômico do país.

Em novembro de 2017, em parceria com empresas e centros de pesquisa, a Oi realizou o lançamento da Incubadora Oito, novo hub de empreendedorismo e inovação no Rio de Janeiro,

com a visão de criar um polo agregador de empreendedorismo e inovação, referência no Rio de Janeiro na geração de novos negócios, aceleração de soluções tecnológicas, desenvolvimento de "*startups*" e suporte a iniciativas sociais.

O ano de 2018 marcou o início do Programa de Incubação do Oito, onde 7 *startups* foram selecionadas e participaram de atividades de mentoria, capacitação e aceleração que aconteceram no *cowork* do Oito.

Tivemos através das Iniciativas Digitais um aumento da eficiência operacional gerando redução de custos em diversas frentes tais como: Atendimento, Suporte Técnico, E-commerce e Faturamento. Além dos benefícios financeiros, tais iniciativas resultaram na melhoria da experiência do cliente.

Projetos realizados

No primeiro ciclo do Programa Inova em 2011, foram aprovados seis projetos. Já para o ciclo de 2012, nove projetos foram qualificados para recebimento do estímulo financeiro. Em 2013 vinte e quatro projetos foram desenvolvidos com o suporte deste programa sendo que destes 17 projetos foram integralmente pagos com estes recursos. Em 2014 trinta e sete projetos foram integralmente pagos com estes recursos. Em 2015, vinte e cinco projetos, em 2016, vinte e três, em 2017, 10 projetos e em 2018, 9 projetos foram integralmente pagos com recursos do Programa. Em 2018, o Programa foi descontinuado, restando um projeto que foi finalizado em 2019.

Este processo envolve ainda a avaliação estratégica e financeira das oportunidades estudadas, a escolha das oportunidades mais promissoras e a definição de objetivos, metas e desenho de projetos que serão executados.

Além destas iniciativas diretamente suportadas pela área de P&D existem outras também inovadoras desenvolvidas e geridas individualmente pelas áreas de negócio e de tecnologia da Oi com acompanhamento e suporte do grupo de inovação, que contribuem para o atingimento dos objetivos e metas específicas do Plano Estratégico da Oi.

Os resultados esperados em ambos os contextos são:

- Aprimoramento da priorização de projetos e alocação de investimentos;
- Maior sinergia entre as áreas e segmentos no desenvolvimento de projetos com requisitos ou funcionalidades similares;
- Alavancar melhores vantagens competitivas e percepção externa da atuação inovadora da Oi.

Retrospectiva 2019

Em 2019 foram reforçadas as Iniciativas Digitais alavancando os impactos na experiência do cliente e na melhoria da eficiência operacional.

Dentre as iniciativas, focamos no atendimento humano e digital. Lançamos a JOICE, nossa inteligência artificial, que nesta fase, engloba a automação do atendimento e do suporte técnico; adicionamos novas funcionalidades ao aplicativo do Técnico Virtual, que facilita o autoatendimento técnico; e ampliamos a automação do Centro de Operações.

Após 6 meses do lançamento, a JOICE dobrou o volume de transações, com presença nos principais canais de atendimento da empresa – WhatsApp, site Minha Oi, Facebook Messenger e Direct Message do Twitter. Entre suas principais funções estão: fornecer o código de barras para pagamento da conta, entregar a fatura por WhatsApp ou e-mail, efetuar ações de reparo remoto, informar o cliente sobre visita técnica, deslocamento do técnico com foto e geolocalização.

Em conjunto com as demais Iniciativas, a Oi alcançou o resultado de 61% de clientes utilizando apenas canais digitais e reduziu em 33% as posições voltadas ao atendimento técnico.

Ao longo do ano de 2019, o Oito desenvolveu uma nova metodologia de investimento em startups com maior aderência à desafios de geração de novas receitas, aumento de eficiência e redução de custos, buscando *startups* com soluções em fase de tração que auxiliem a Oi na busca por soluções inovadoras que beneficiem a Companhia.

As soluções e produtos desenvolvidos pelas *startups* do Oito contam com o suporte e mentoria da área de Inovação da Oi para serem testados e potencialmente adotados pela companhia, tanto para uso interno quanto para se tornarem parte do portfólio de soluções da empresa oferecido ao mercado

No ciclo de 2019 os empreendedores apresentaram soluções para os desafios propostos pela Oi em quatro vertentes: operacionais, de negócios, financeiros ou *open telecom*, categoria destinada para soluções que podem atacar problemas ou explorar oportunidades relacionadas ao setor de telecomunicações. Neste contexto, a Oi vem desenvolvendo o seu Ecossistema de Inovação de forma integrada e interagindo com grande parte das instituições que compõem o sistema brasileiro de inovação, com destaque para as parcerias junto à comunidade de inovação, fornecedores de soluções e centros nacionais de pesquisa. A Oi continuará atuando como fomentadora de inovação e P&D junto aos parceiros do seu sistema.

Objetivos relevantes para o ano de 2020

- Reduzir custos estruturais a partir da digitalização em cinco frentes: Vendas e Marketing, TI, Processos Organizacionais e Rede;

- Suportar a estratégia de eficiência e simplificação operacional;
- Desenvolver novas iniciativas com foco na melhoria da experiência do cliente;
- Intensificar o estímulo ao desenvolvimento de projetos inovadores e disruptivos;
- Incubar novas empresas no Oito (Hub de Inovação e Empreendedorismo da Oi) acelerando novas ideias / projetos de inovação e P&D com foco em novos produtos e/ou novos modelos de negócio na modalidade de "*Corporate Venturing*";
- Fomentar a cultura de inovação e empreendedorismo na Companhia (Empresa Digital).

10.9. Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Os diretores da Companhia esclarecem que não ocorreram outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional, que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

ANEXO III
INFORMAÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

(Itens 13.1 a 13.16 do Formulário de Referência)

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

As Práticas de remuneração adotada pela Companhia têm como objetivos:

- atrair, reter e incentivar a alta performance de seus executivos para o desenvolvimento e a concretização das estratégias de negócios da Companhia;

- fornecer níveis de remuneração competitivos em relação aos praticados pelos mercados selecionados;

- alinhar aos interesses de curto, médio e longo prazo dos acionistas da Companhia; e

- ser simples, transparente e de fácil entendimento aos acionistas.

Conselho de Administração, seus comitês de assessoramento e Conselho Fiscal.

A filosofia e as práticas de remuneração se aplicam aos membros do Conselho de Administração e seus respectivos comitês de assessoramento, bem como aos membros do Conselho Fiscal.

O modelo de governança da Companhia e de suas controladas prevê um Conselho de Administração com atuação forte e alinhada aos interesses dos acionistas no curto, médio e longo prazo, e aportam valor à empresa pela combinação das diferentes expertises, experiências e foco de atuação.

Os membros do Conselho de Administração, dos respectivos comitês e do Conselho Fiscal possuem deveres fiduciários em relação à Companhia e ao conjunto de seus acionistas e são profissionais diferenciados nos seus respectivos campos de atuação. Em função desta qualificação recebem honorários fixos mensais.

Diretoria

A Companhia aplica a mesma filosofia e estratégia de remuneração para todos os Diretores, que é oferecer uma remuneração justa aos seus executivos frente ao mercado comparativo, considerando o escopo de atuação e senioridade do ocupante, gerando uma oportunidade de

ganho total diferenciada em função dos resultados do negócio no curto e longo prazo e do desempenho individual dos executivos, de forma a garantir a capacidade da empresa de atrair, reter e incentivar a alta performance dos executivos, alinhando seus interesses aos dos acionistas.

Para atingir este objetivo, a Companhia adota uma abordagem segmentada por níveis organizacionais, definindo uma estratégia específica para cada linha de remuneração, de forma a equilibrar o impacto de cada elemento de remuneração às práticas de mercado e objetivos do negócio, garantindo a competitividade da remuneração total frente ao mercado.

A remuneração praticada para Diretores é composta pela parcela de remuneração fixa (salário/pró-labore e benefícios) e remuneração variável (incentivo de curto e de longo prazo), conforme detalhamento das referidas parcelas nas informações sobre a composição da remuneração.

b. Composição da remuneração

As práticas de remuneração da Companhia seguem a mesma filosofia para todas as suas controladas e prevê a mesma composição para todas elas.

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Remuneração Fixa

Pró-Labore: a remuneração do Conselho de Administração é composta, exclusivamente, por remuneração fixa mensal (honorários). A remuneração tem como objetivo remunerar o escopo de atuação do cargo, bem como o desempenho do ocupante na função, dentro do escopo de responsabilidade atribuído ao Conselho de Administração da Companhia. Os valores praticados estão alinhados à estratégia de Remuneração da Companhia, além de considerar o tempo de dedicação ao respectivo órgão da administração.

Participação em Comitês: os membros do Conselho de Administração que compõem os comitês da Companhia recebem um valor fixo mensal (honorários), com o objetivo de remunerar as atividades relacionadas ao referido comitê. Este valor fixo mensal remunera as responsabilidades adicionais dos membros dos comitês dentro do escopo de responsabilidade atribuído aos membros, seguindo como parâmetros os valores praticados no mercado para empresas de porte e estrutura de capital similares, alinhados à estratégia de Remuneração da Companhia.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, reunidos em Assembleia Geral Ordinária, fixar anualmente o montante global da remuneração dos membros da sua administração. Cabe, porém, ao Conselho de Administração deliberar sobre a forma de distribuição do valor fixado entre os seus membros e os da diretoria.

Remuneração Variável

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus à remuneração variável.

Um novo plano de incentivos de longo prazo baseado em ações para o Conselho de Administração (Plano de Outorga de Ações do Conselho de Administração) foi submetido e aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 26 de abril de 2019.

No entanto, o Conselho de Administração da Oi, em respeito à manifestação do Ministério Público e do Juízo da Recuperação Judicial acerca do novo plano de incentivo de longo prazo, deliberou e comunicou na própria Assembleia Geral Extraordinária que o mesmo somente será implementado após decisão do referido Juízo.

Tal plano tem por objetivo permitir a outorga de Ações aos Beneficiários, visando promover alto engajamento dos conselheiros e mantê-los comprometidos para garantir a realização das metas estratégicas e ainda buscar um alinhamento dos mesmos com os interesses da Companhia e de seus acionistas no médio e longo prazo.

Tão logo exista a decisão judicial autorizando a implementação do Plano de Outorga de Ações do Conselho de Administração, a Companhia dará cumprimento à decisão adotada pela AGE de 26 de abril de 2019.

CONSELHO FISCAL

Remuneração Fixa

Pró-Labore: a remuneração do Conselho Fiscal é composta, exclusivamente, por remuneração fixa mensal (honorários). A remuneração tem como objetivo remunerar os serviços de cada conselheiro, dentro do escopo de responsabilidade atribuído ao Conselho Fiscal da Companhia. Os membros suplentes somente são remunerados nos casos em que exercerem a titularidade em virtude de vacância, impedimento ou ausência do respectivo membro titular. A determinação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal é realizada em função do percentual da remuneração média atribuída aos Diretores Estatutários. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é fixada pela Assembleia Geral que os elege, observado o parágrafo 3º do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações.

Remuneração Variável

Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus à remuneração variável.

DIRETORIA

Remuneração Fixa

Salário: tem como objetivo remunerar o escopo de atuação do cargo, bem como o desempenho do ocupante na função, dentro do escopo de responsabilidade atribuído.

A estratégia da Companhia consiste em posicionar o salário base dos executivos em linha com a mediana do mercado de forma a equilibrar os custos fixos e garantir a competitividade para esta parcela de remuneração.

A Companhia utiliza a metodologia Hay de avaliação de cargos como ferramenta para estabelecer tanto o equilíbrio interno, definindo níveis que agrupam funções de porte, complexidade e impacto no negócio similares, quanto para estabelecer parâmetros precisos de comparação com o mercado.

As faixas salariais são definidas em função das referências de mercado com amplitudes (mínimas e máximas) que permitem reconhecer o desempenho dos ocupantes em relação ao valor de mercado da posição.

Benefícios diretos e indiretos: a Companhia tem uma política de benefícios compatível com as práticas de mercado, que visa oferecer aos seus empregados programas de assistência médica, assistência odontológica, auxílio farmácia, seguro de vida em grupo, auxílio alimentação, plano de previdência privada entre outros, que somados a remuneração fixa e variável tornam o pacote de remuneração competitivo e atraente no mercado.

Benefícios Pós-Emprego: A Companhia oferece a todos os seus empregados a possibilidade de participar do plano de previdência privada, sendo de livre-escolha do colaborador esta opção, visando aumentar a atratividade do seu pacote de remuneração.

Remuneração Variável

A remuneração variável praticada para os Diretores Estatutários e Não Estatutários é baseada no incentivo de curto e de longo prazo, conforme detalhamento das referidas parcelas:

Incentivos de Curto Prazo ("Bônus"): compreende a participação anual nos resultados da Companhia, definida por meio de indicadores e metas mensuráveis derivadas do plano de negócios e do orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração. Tem como objetivo incentivar e premiar em função do resultado do plano de negócio do ano, bem como reconhecer de forma meritocrática o desempenho individual dos executivos, além de garantir competitividade com o mercado.

Além de reconhecer e premiar, o programa de incentivos de curto prazo funciona como uma ferramenta para garantir clareza e foco nos indicadores chave de resultados que assegurem a excelência da execução do plano de negócios.

O programa prevê que anualmente após a aprovação do plano de negócios, sejam definidos os indicadores chave de resultados, financeiros e/ou de excelência operacional, os quais serão mensurados para efeito de remuneração.

A estratégia da Companhia é posicionar a oportunidade de ganho do programa no terceiro quartil de mercado para resultados em linha com o plano de negócios, podendo gerar uma oportunidade de ganho superior em função de resultados superiores do negócio e do desempenho individual dos executivos.

Os níveis de premiação alvo para resultados esperados, bem como os máximos, são definidos por nível organizacional em função dos valores e mix de remuneração praticados pelo mercado.

Incentivos de Longo Prazo ("Remuneração Baseada em Ações"):

Um plano de incentivos de longo prazo baseado em ações para os Executivos (Plano de Outorga de Ações da Diretoria) foi submetido e aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 26 de abril de 2019. Tal plano, tem por objetivo permitir a outorga de Ações aos Beneficiários, visando promover alto engajamento dos executivos e mantê-los comprometidos para garantir a realização das metas estratégicas e ainda buscar um alinhamento dos mesmos com os interesses da Companhia e de seus acionistas no médio e longo prazo.

O Conselho de Administração da Oi, em respeito à manifestação do Ministério Público e do Juízo da Recuperação Judicial acerca dos novos planos de incentivos de longo prazo, deliberou e comunicou na Assembleia Geral Extraordinária que os referidos Planos de Outorga somente seriam implementados após decisão do referido Juízo.

E, em 20 de dezembro de 2019, acatando a decisão proferida pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, confirmada em dezembro de 2019 pela 8º Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (que negou provimento ao agravo de instrumento nº 0035453-90.2019.8.19.0000 interposto pelo Ministério Público do RJ acerca do pagamento do ILP, confirmando que o Plano de Outorga de Ações estaria vedado apenas aos membros do Conselho de Administração até o encerramento da recuperação judicial), o Conselho de Administração determinou a implementação da decisão tomada na mencionada assembleia de acionistas em relação ao Plano de Outorga de Ações da Diretoria.

ii. Proporção de cada elemento na remuneração total em relação aos 3 últimos exercícios sociais

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada elemento na remuneração total dos administradores da Companhia para os períodos nela indicados:

(em percentagem)	**Conselho de Administração**	**Conselho Fiscal**	**Diretoria Estatutária**	**Diretoria Não-Estatutária**
	2019			
Remuneração fixa	100,00	100,00	42,18	64,02
Remuneração Variável – Bônus	0,00	0,00	53,92	35,98
Remuneração Variável – ILP	0,00	0,00	3,90	0,00
	2018			

Remuneração fixa	100,00	100,00	28,85	43,04
Remuneração Variável – Bônus	0,00	0,00	66,07	34,23
Remuneração Variável – ILP	0,00	0,00	5,07	22,73
	2017			
Remuneração fixa	100,00	100,00	53,56	69,90
Remuneração Variável – Bônus	0,00	0,00	43,35	3,67
Remuneração Variável – ILP	0,00	0,00	3,09	26,43

Considerando como Remuneração Fixa (Salário/Pró-Labore, benefício direto e indireto, benefício pós-emprego e outros (INSS).

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, reunidos em Assembleia Geral Ordinária, fixar anualmente o montante global da remuneração dos membros da sua administração. Cabe, porém, ao Conselho de Administração deliberar sobre a forma de distribuição do valor fixado entre os seus membros e os da diretoria.

As práticas de remuneração preveem a seguinte metodologia de cálculo para:

Remuneração fixa: para os Diretores a remuneração fixa anual contempla apenas, ou, em alguns casos, salário mensal, 13º salário e o 1/3 de adicional de férias. Para os Conselheiros de Administração e fiscal a remuneração fixa contempla os honorários. A remuneração fixa poderá ser ajustada de acordo com o resultado das pesquisas salariais realizadas, sem possuir obrigatoriedade, regra especifica ou percentual fixos, porém objetivando manter a estratégia de competitividade da Cia.

Remuneração variável: A remuneração variável praticada para os Diretores é baseada no incentivo de curto e de longo prazo, conforme detalhamento das referidas parcelas nas informações sobre a composição da remuneração. Destaca-se que os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem atualmente exclusivamente remuneração fixa.

Um novo plano de incentivos de longo prazo baseado em ações para os Executivos e para o Conselho de Administração (Plano de Outorga de Ações da Diretoria e Plano de Outorga de Ações do Conselho de Administração) foi submetido e aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 26 de abril de 2019.

O Conselho de Administração da Oi, em respeito à manifestação do Ministério Público e do Juízo da Recuperação Judicial acerca dos novos planos de incentivos de longo prazo, deliberou e comunicou

na Assembleia Geral Extraordinária que os mesmos somente seriam implementados após decisão do referido Juízo.

Em 20 de dezembro de 2019, acatando a decisão proferida pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, confirmada em dezembro de 2019 pela 8º Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (que negou provimento ao agravo de instrumento nº 0035453-90.2019.8.19.0000 interposto pelo Ministério Público do RJ acerca do pagamento do ILP, confirmando que o Plano de Outorga de Ações estaria vedado apenas aos membros do Conselho de Administração até o encerramento da recuperação judicia), o Conselho de Administração determinou a implementação da decisão tomada na mencionada assembleia de acionistas em relação ao Plano de Outorga de Ações da Diretoria.

Incentivos de Curto Prazo ("Bônus"): O cálculo do bônus tem como parâmetros indicadores quantitativos de desempenho financeiros e de qualidade da Oi, como Receita, Despesa, Saldo de Caixa e indicadores que medem a Qualidade dos serviços prestados, definidos anualmente pelo Conselho de Administração. A forma de cálculo considera o desempenho de cada um dos indicadores em relação ao alcance das respectivas metas estabelecidas para o ano, podendo variar de 0% a 150%, sendo 100% o valor previsto (bônus target) caso as metas estabelecidas sejam atingidas e 150% o valor máximo previsto (bônus máximo), caso a performance máxima prevista para o ano seja atingida.

Incentivos de Longo Prazo ("Remuneração Baseada em Ações"):

O novo plano que foi submetido e aprovado na Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 26 de abril de 2019, tem por objetivo permitir a outorga de Ações aos Beneficiários. A "Quantidade de Ações" é calculada individualmente com o objetivo de manter a competitividade do Beneficiário em relação à sua função. Para determinar a "Quantidade de Ações" considera-se o target individual conforme cargo na data de assinatura do respectivo contrato. O target é convertido em ações da companhia (OIBR3) a serem entregues, em transferências anuais, desde que a condição de performance do Plano seja atingida.

Benefícios Diretos e Indiretos: Considera todo o pacote de benefícios, sendo sua metodologia de cálculo e critérios de reajuste orientados conforme aprovação anual em acordo coletivo. Maior detalhamento dos benefícios oferecidos pode ser consultado no quadro 14.3 (b).

Benefícios Pós-Emprego: Mensalmente a Companhia contribui com valor equivalente ao contribuído pelo empregado ao plano de previdência privada, além de pagar integralmente as taxas de administração e seguro definidas pelo plano. O plano não prevê reajustes ao longo de sua vigência.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração fixa e variável é definida em função das referências de mercado que permitem reconhecer a senioridade dos ocupantes em relação ao valor de mercado da posição.

Para cada nível, de executivo de acordo com sua senioridade e função, adota-se um mix de remuneração entre fixo e variável compatível com o mercado comparável, buscando atratividade para a remuneração do executivo. Tal mix considera uma parcela de remuneração fixa, sem risco associado, uma parcela variável de curto prazo, vinculada ao alcanço de indicadores corporativos de performance e, em alguns casos, uma parcela variável de longo prazo, vinculada à valorização do preço da ação.

A Companhia utiliza pesquisas de remuneração executiva realizadas periodicamente por consultorias independentes para determinação dos níveis de competitividade para as diversas componentes de remuneração (salários, benefícios, incentivos de curto prazo e longo prazo).

v. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não se aplica.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são elegíveis atualmente somente à remuneração fixa, não estando sujeitos aos indicadores de desempenho. Já os Diretores, são elegíveis à remuneração variável, estando sujeitos a indicadores de desempenho, conforme descrito abaixo.

Incentivo de Curto Prazo (Bônus)

O cálculo do bônus tem como parâmetros indicadores quantitativos de desempenho financeiros e operacionais da Oi, como Receita, Despesa, Saldo de Caixa e indicadores que medem a qualidade dos serviços prestados, definidos anualmente pelo Conselho de Administração.

Incentivo de Longo Prazo (remuneração baseada em ações)

O novo plano de incentivo de longo prazo que foi submetido e aprovado na Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 26 de abril de 2019, não leva em consideração indicadores de desempenho da Companhia, mas sim a evolução do preço da ação da Oi no mercado após a data da(s) outorga(s) prevista(s).

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são elegíveis atualmente somente à remuneração fixa, não estando sujeitos aos indicadores de desempenho. Já os Diretores, são

elegíveis à remuneração variável, estando sujeitos a indicadores de desempenho, conforme descrito abaixo.

Incentivo de Curto Prazo (Bônus): A forma de cálculo considera o desempenho de cada um dos indicadores em relação ao alcance das respectivas metas estabelecidas para o ano, podendo variar de 0% a 150%, sendo 100% o valor previsto (bônus target) caso as metas estabelecidas sejam atingidas e 150% o valor máximo previsto (bônus máximo), em caso de superação das metas, de acordo os limites superiores de atingimentos definidos para cada indicador de desempenho.

Incentivo de Longo Prazo (remuneração baseada em ações):

Tem como objetivo proporcionar aos executivos uma participação no desenvolvimento da Companhia, alinhando os seus interesses com aqueles dos acionistas. Além disto, o programa de Longo Prazo possibilita à Companhia atrair e reter profissionais de primeira linha, oferecendo-lhes a oportunidade de serem recompensados em função da geração de valor para os acionistas.

O novo plano de incentivo de longo prazo que foi submetido à aprovação da Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 26 de abril de 2019, não leva em consideração indicadores de desempenho da Companhia, mas sim a evolução do preço da ação da Oi no mercado após a data da(s) outorga(s) prevista(s).

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

As práticas de remuneração da Companhia oferecem uma remuneração justa aos seus executivos frente ao mercado comparativo, considerando o escopo de atuação e senioridade do ocupante. A oportunidade de ganho total diferenciada ocorre em função dos resultados do negócio no curto, médio e longo prazo e do desempenho individual dos executivos nesses resultados, de forma a garantir a capacidade da empresa de atrair, reter e motivar os executivos, alinhando os seus interesses aos dos acionistas.

Nesse sentido, a remuneração variável de incentivo de curto prazo alinha-se aos interesses da Companhia de curto prazo enquanto a remuneração variável de longo prazo está alinhada aos interesses da Companhia e de seus acionistas no médio e longo prazo.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável. Não existem parcelas de remuneração recebidas por administradores e demais pessoas citadas no caput item "13.1" deste Formulário de Referência em função do exercício do cargo no emissor, que seja suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos e indiretos, não obstante as parcelas de remuneração não relacionadas ao cargo no emissor conforme detalhamento do quadro "13.15" deste Formulário de Referência.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Existe uma remuneração prevista para a diretoria estatutária vinculada a ocorrência de evento societário, com cláusulas condicionantes, sem previsão de pagamento no ano de 2020.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam:

O Comitê de Gente, Nomeações, e Governança, que assessora o Conselho de Administração da Oi, participa do processo decisório e é responsável pela avaliação de todas as definições em relação a remuneração dos Diretores Estatutários e dos Membros do Conselho de Administração.

Após a avaliação técnica das pesquisas de mercado e da competitividade da remuneração dos Diretores e Conselheiros, o Comitê define uma proposta de remuneração que é encaminhada para deliberação do Conselho de Administração e, posteriormente, quando necessário, à Assembleia Geral, conforme estabelecido no Estatuto Social da Companhia.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Com relação a metodologia utilizada para fixação da remuneração individual dos administradores, a Companhia utiliza estudos para verificação de práticas de mercado, com suporte de consultorias independentes e especializadas, nas quais se observa o comportamento e concessão de benefícios no âmbito de empresas líderes de mercado, de grande porte, de diferentes setores, faturamento e abrangência comparáveis, comparando e alinhando tais práticas de mercado com o que é efetivamente adotado internamente.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avalia anualmente a adequação da metodologia, práticas e procedimentos utilizados para remuneração individual dos administradores.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente

Remuneração total prevista para o Exercício Social Corrente - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11,00	5,08	5,00	21,08
Nº membros remunerados	11,00	5,08	5,00	21,08
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.272.000,00	10.882.816,82	1.065.000,00	16.219.816,82
Benefícios direto e indireto		5.327.686,36		5.327.686,36
Participações em comitês	2.820.300,00			2.820.300,00
Outros	1.156.708,80	28.909.004,35	213.000,00	30.278.713,15
Descrição de outras Remunerações Fixas	- INSS	- INSS - Verbas Rescisórias	- INSS	
Remuneração variável				
Bônus		19.281.293,10		19.281.293,10
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Pós-emprego		476.522,94		476.522,94
Cessação do cargo				
Baseada em ações		4.733.333,33		4.733.333,33
Total da remuneração	**8.249.008,80**	**69.610.656,90**	**1.278.000,00**	**79.137.665,70**

Observação: Dados informados conforme política de Remuneração prevista para 2020.
Na linha OUTROS de Remuneração Fixa, estão inclusas as verbas rescisórias e respectivos encargos pagos em decorrência do desligamento do Diretor Presidente, em conformidade com o Termo de Transição aprovado pelo Juízo da 7º vara empresarial do Rio de Janeiro no âmbito do processo de Recuperação Judicial das empresas Oi.

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,17	4,42	4,08	18,67
Nº membros remunerados	10,17	4,42	4,08	18,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.047.000,00	10.034.451,80	878.383,50	14.959.835,30
Benefícios direto e indireto		961.297,09		961.297,09
Participações em comitês	2.545.359,88			2.545.359,88
Outros	1.090.433,20	17.022.322,43	175.676,70	18.288.432,33
Descrição de outras Remunerações Fixas	- INSS	- INSS - Verbas Rescisórias	- INSS	
Remuneração variável				
Bônus		25.350.966,93		25.350.966,93
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Pós-emprego		518.403,03		518.403,03
Cessação do cargo				
Baseada em ações		1.834.649,56		1.834.649,56
Total da remuneração	**7.682.793,08**	**55.722.090,84**	**1.054.060,20**	**64.458.944,12**

Observação: O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme estabelecido Ofício-Circular CVM. A remuneração reportada considera somente os membros titulares do Conselho de Administração, pois não houve membros suplentes no ano de 2019.

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,75	3,50	3,67	16,92
Nº membros remunerados	9,75	3,50	3,67	16,92
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.249.693,28	8.047.644,29	695.952,00	13.993.289,57
Benefícios direto e indireto		1.863.559,91		1.863.559,91
Participações em comitês	1.438.157,54			1.438.157,54
Outros		19.326.489,88		19.326.489,88
Descrição de Outras		- INSS		
Remunerações Fixas		- Verbas Rescisórias		
Remuneração variável				
Bônus		41.719.673,93		41.719.673,93
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Descrição de Outras				
Remunerações Variáveis				
Pós-emprego		397.316,35		397.316,35
Cessação do cargo				
Baseada em ações		3.201.602,46		3.201.602,46
Total da remuneração	**6.687.850,82**	**74.556.286,81**	**695.952,00**	**81.940.089,63**

Observação: O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme estabelecido Ofício-Circular CVM. Além do número de membros titulares indicados no quadro acima, a remuneração reportada considera os membros suplentes do Conselho de Administração.

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11,00	3,25	3,33	17,58
Nº membros remunerados	9,75	3,25	3,33	16,33
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.306.142,00	13.152.871,06	379.916,67	17.838.929,73
Benefícios direto e indireto		1.995.682,40		1.995.682,40
Participações em comitês	2.264.509,84			2.264.509,84
Outros		7.527.435,98		7.527.435,98
Descrição de Outras Remunerações Fixas		- INSS		
Remuneração variável				
Bônus		18.689.384,87		18.689.384,87
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Descrição de Outras Remunerações Variáveis				
Pós-emprego		418.564,89		418.564,89
Cessação do cargo				
Baseada em ações		1.333.741,08		1.333.741,08
Total da remuneração	**6.570.651,84**	**43.117.680,28**	**379.916,67**	**50.068.248,79**

Observação: O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme estabelecido Ofício-Circular CVM. Além do número de membros titulares indicados no quadro acima, a remuneração reportada considera os membros suplentes do Conselho de Administração.

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente

Exercício Social Corrente

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número Total de Membros	11,00	5,08	5,00	21,08
Número de Membros Remunerados	11,00	5,08	5,00	21,08
Em relação ao Bônus:				
Valor mínimo previsto	-	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto	-	19.281.293,10	-	19.281.293,10
Valor previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	13.818.362,08	-	16.721.293,10
Em relação a Participação nos Resultados	-		-	
Valor mínimo previsto	-	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto	-	0,00	-	0,00
Valor previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	0,00	-	0,00

Exercício Social encerrado em dezembro de 2019

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número Total de Membros	10,17	4,42	4,08	18,67
Número de Membros Remunerados	10,17	4,42	4,08	18,67
Em relação ao Bônus:				
Valor mínimo previsto	-	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto	-	35.068.921,82	-	35.068.921,82
Valor previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	24.617.197,68	-	24.617.197,68
Valor efetivamente reconhecido	-	25.350.966,93	-	25.350.966,93
Em relação a Participação nos Resultados	-		-	
Valor mínimo previsto	-	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto	-	0,00	-	0,00
Valor previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	0,00	-	0,00

Exercício Social encerrado em dezembro de 2018

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número Total de Membros	9,75	3,50	3,67	16,92
Número de Membros Remunerados	9,75	3,50	3,67	16,92
Em relação ao Bônus:				
Valor mínimo previsto	-	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto	-	43.007.727,94	-	43.007.727,94
Valor previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	38.637.761,14	-	38.637.761,14
Valor efetivamente reconhecido	-	41.719.673,93	-	41.719.673,93
Em relação a Participação nos Resultados	-		-	
Valor mínimo previsto	-	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto	-	0,00	-	0,00
Valor previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	0,00	-	0,00

Exercício Social encerrado em dezembro de 2017

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número Total de Membros	11,00	3,25	3,33	17,58
Número de Membros Remunerados	9,75	3,25	3,33	16,33
Em relação ao Bônus:				
Valor mínimo previsto	-	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto	-	43.246.671,40	-	43.246.671,40
Valor previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	21.623.335,70	-	21.623.335,70
Valor efetivamente reconhecido	-	18.689.384,87	-	18.689.384,87
Em relação a Participação nos Resultados	-		-	
Valor mínimo previsto	-	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto	-	0,00	-	0,00
Valor previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	0,00	-	0,00

Os membros do Conselho de Administração e Fiscais atualmente não são elegíveis à remuneração variável.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e prevista para o exercício social corrente

Um novo plano de incentivos de longo prazo baseado em ações para os Executivos e para o Conselho de Administração (Plano de Outorga de Ações da Diretoria e Plano de Outorga de Ações do Conselho de Administração) foi submetido e aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 26 de abril de 2019.

No entanto, o Conselho de Administração da Oi, em respeito à manifestação do Ministério Público e do Juízo da Recuperação Judicial acerca dos novos planos de incentivos de longo prazo, deliberou e comunicou na própria Assembleia Geral Extraordinária que os mesmos somente seriam implementados após decisão do referido Juízo.

E, em 20 de dezembro de 2019, acatando a decisão proferida pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, confirmada em dezembro de 2019 pela 8º Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (que negou provimento ao agravo de instrumento nº 0035453-90.2019.8.19.0000 interposto pelo Ministério Público do RJ acerca do pagamento do ILP, confirmando que o Plano de Outorga de Ações estaria vedado apenas aos membros do Conselho de Administração até o encerramento da recuperação judicial), o Conselho de Administração determinou a implementação da decisão tomada na mencionada assembleia de acionistas em relação ao Plano de Outorga de Ações da Diretoria.
Assim, na forma do Plano aprovado pela AGE de 2019, foram realizadas outorgas a executivos, que somente serão exercíveis nos termos daquele Plano. Os valores previstos para tal plano de Incentivos de longo prazo foram incluídos nos respectivos quadros deste documento, juntamente com as demais verbas sujeitas à aprovação da Assembleia.

a) Termos e condições gerais

Os planos que foram submetidos e aprovados na da Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 26 de abril de 2019, têm por objetivo permitir a outorga de Ações aos Beneficiários. A "Quantidade de Ações" é calculada individualmente com o objetivo de manter a competitividade do Beneficiário em relação à sua função. Para determinar a "Quantidade de Ações" considera-se o target individual conforme cargo na data de assinatura do respectivo contrato. O target é convertido em ações da companhia (OIBR3) a serem entregues, em transferências anuais, desde que a condição de performance do Plano seja atingida.

$$\text{Quantidade de Ações por outorga} = \frac{\text{Target anual}}{\text{Preço da Ação}}$$

O preço de referência por Ação, para fins de determinação da quantidade de Ações (OIBR3) que serão outorgadas a cada Beneficiário, será equivalente à média ponderada da cotação da ação (Preço x Volume) dos pregões dos 90 dias corridos anteriores à data da outorga, conforme definida pelo Conselho de Administração.

O preço de referência por Ação, para fins de cálculo do atingimento de performance para liberação conforme prazos anuais será equivalente à média ponderada da cotação da ação OIBR3 (Preço x Volume) dos pregões dos 90 dias corridos anteriores à data de cada exercício, conforme definida pelo Conselho de Administração.

Obs.: O Conselho de Administração da Oi, em respeito à manifestação do Ministério Público e do Juízo da Recuperação Judicial acerca dos novos planos de incentivos de longo prazo, deliberou e comunicou na Assembleia Geral Extraordinária que os referidos Planos de Outorga somente seriam implementados após decisão do referido Juízo.

E, em 20 de dezembro de 2019, acatando a decisão proferida pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, confirmada em dezembro de 2019 pela 8º Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (que negou provimento ao agravo de instrumento nº 0035453-90.2019.8.19.0000 interposto pelo Ministério Público do RJ acerca do pagamento do ILP, confirmando que o Plano de Outorga de Ações estaria vedado apenas aos membros do Conselho de Administração até o encerramento da recuperação judicia), o Conselho de Administração determinou a implementação da decisão tomada na mencionada assembleia de acionistas em relação ao Plano de Outorga de Ações da Diretoria.

b). Principais objetivos do plano

Os planos que foram submetidos e aprovados na Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 26 de abril de 2019, têm o objetivo de promover alto engajamento dos executivos e conselheiros e mantê-los comprometidos para garantir a realização das metas estratégicas e ainda buscar um alinhamento dos mesmos com os interesses da Companhia e de seus acionistas no médio e longo prazo.

c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

Os Planos de Incentivos de Longo prazo que foram submetidos e aprovados na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 26 de abril de 2019 estimulam o atingimento das metas estratégicas, além da valorização das ações da Companhia. Desta forma, o Plano promove o engajamento e comprometimento de seus executivos a curto, médio e longo prazo, propiciando aos beneficiários uma participação no desenvolvimento da Companhia e a oportunidade de serem recompensados em função da geração de valor para os acionistas.

d) Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

Os planos que foram submetidos e aprovados na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 26 de abril de 2019, serão parte de um conjunto de instrumentos de premiação e alinhamento dos membros do Conselho de Administração e Executivos da Companhia e complementam a estratégia de compensação da OI.

Estes novos planos são classificados como incentivos de longo prazo, instituído por iniciativa da Companhia, desprovido de habitualidade e desvinculado da remuneração ordinária dos membros do Conselho de Administração e Executivos, pois o pagamento aos beneficiários está vinculado à

valorização da ação durante o período de vigência do Plano (2019-2021), sem qualquer natureza contraprestacional.

e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Os planos que foram submetidos e aprovados na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 26 de abril de 2019, consideram a valorização das ações da Companhia (OIBR3) ao longo do período de vigência dos Planos (2019-2021) com possibilidade de transferências anuais aos beneficiários. Desta forma, os planos alinham os interesses dos administradores e os interesses da Companhia no curto, médio e longo prazos, oferecendo aos beneficiários a oportunidade de serem recompensados através da geração de valor para os acionistas.

f) Número máximo de ações abrangidas

Os planos que foram submetidos e aprovados na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 26 de abril de 2019, determinam um número máximo de ações abrangidas, conforme abaixo:

PLANO DE OUTORGA DE AÇÕES A EXECUTIVOS: Poderão ser outorgadas aos Beneficiários, no âmbito deste Plano, em outorgas realizadas anualmente ao longo de 3 (três) anos, ações representativas de, no máximo, 1,5% (um vírgula cinco por cento) do Capital Social total da Companhia na data da aprovação do plano de outorga de Ações

PLANO DE OUTORGA DE AÇÕES AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Poderão ser outorgadas aos Beneficiários, no âmbito deste Plano, em outorgas realizadas anualmente ao longo de 3 (três) anos, ações representativas de, no máximo, 0,40% (zero virgula quarenta por cento) do Capital Social total da Companhia na data da aprovação do plano de outorga de Ações.

Este último, em respeito à manifestação do Ministério Público e do Juízo da Recuperação Judicial acerca dos novos planos de incentivos de longo prazo, está suspenso até nova decisão do referido Juízo.

E, em 20 de dezembro de 2019, acatando a decisão proferida pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, confirmada em dezembro de 2019 pela 8º Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (que negou provimento ao agravo de instrumento nº 0035453-90.2019.8.19.0000 interposto pelo Ministério Público do RJ acerca do pagamento do ILP, confirmando que o Plano de Outorga de Ações estaria vedado apenas aos membros do Conselho de Administração até o encerramento da recuperação judicia), o Conselho de Administração determinou a implementação da decisão tomada na mencionada assembleia de acionistas em relação ao Plano de Outorga de Ações da Diretoria.

g) Número máximo de opções a serem outorgadas

Os planos que foram submetidos e aprovados na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 26 de abril de 2019, não preveem outorga de opções.

h) Condições de aquisições de ações

Os planos que foram submetidos e aprovados na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 26 de abril de 2019, estabelecem que, sem prejuízo de outras condições estabelecidas nos Planos e respectivos Contratos de Outorga, os direitos do Beneficiário ao recebimento de cada um dos lotes anuais estarão sempre sujeitos à condição de performance e somente serão plenamente adquiridos, na medida em que o Beneficiário permanecer no exercício de seu mandato, durante o período compreendido entre a data de outorga e as datas das transferências de ações aos Beneficiários nas proporções abaixo mencionadas:

- 1/3 da outorga poderá ser recebida em 12 meses
- 1/3 da outorga poderá ser recebida em 24 meses
- 1/3 da outorga poderá ser recebida em 36 meses

O Gatilho, que dará direito ao recebimento de 50% do montante integral do Plano, será a manutenção do preço da ação da OI (OIBR3) em nível não inferior ao da data da outorga, ou seja, caso o preço da ação em cada data anual de exercício seja igual ou maior que o preço da ação no momento da outorga.

Os Beneficiários farão jus ao valor integral do plano caso a cotação da ação (OIBR3), após 36 meses da outorga, seja igual ou maior que o preço de outorga corrigido pelo WACC da empresa ao final do período.

Para resultados intermediários, em que a cotação da ação (OIBR3) se situe entre o Gatilho e a condição que dá direito ao recebimento do valor integral do plano, os Beneficiários farão jus a um valor calculado por interpolação linear simples.

Ao participar do Plano de Outorga de Ações ao Conselho de Administração, os Beneficiários serão elegíveis ao longo dos 3 (três) anos do Plano (2019, 2020 e 2021) ao recebimento da "Quantidade de Ações", que podem ser entregues anualmente conforme atingimento da condição de performance.

i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Os planos que foram submetidos e aprovados na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 26 de abril de 2019, estabelecem que:

O preço de referência por Ação, para fins de determinação da quantidade de Ações (OIBR3) que serão outorgadas a cada Beneficiário, será equivalente à média ponderada da cotação da ação (Preço x Volume) dos pregões dos 90 dias corridos anteriores à data da outorga, conforme definida pelo Conselho de Administração.

O preço de referência por Ação, para fins de cálculo do atingimento de performance para liberação conforme prazos anuais será equivalente à média ponderada da cotação da ação OIBR3 (Preço x Volume) dos pregões dos 90 dias corridos anteriores à data de cada exercício, conforme definida pelo Conselho de Administração.

j) Critérios para fixação do prazo de exercício

Os planos que foram submetidos e aprovados na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 26 de abril de 2019, estabelecem que, sem prejuízo de outras condições estabelecidas nos planos e respectivos Contratos de Outorga, os direitos do Beneficiário ao recebimento de cada um dos lotes anuais estarão sempre sujeitos à condição de performance e somente serão plenamente adquiridos, na medida em que o Beneficiário permanecer no exercício de seu mandato, durante o período compreendido entre a data de outorga e as datas das transferências de ações aos Beneficiários nas proporções abaixo mencionadas:

- 1/3 da outorga poderá ser recebida em 12 meses
- 1/3 da outorga poderá ser recebida em 24 meses
- 1/3 da outorga poderá ser recebida em 36 meses

k) Forma de liquidação

Os planos que foram submetidos e aprovados na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 26 de abril de 2019, estabelecem que ao final de cada período, o Conselho de Administração verificará o cumprimento das condições estabelecidas e a serem previstas nos respectivos Contratos de Outorga e confirmará a quantidade de Ações a que o Beneficiário faz jus, sendo que a Companhia deverá transferir as referidas Ações ao Beneficiário após as devidas retenções de tributos nos termos do item 12.9 abaixo, inclusive mediante redução no número de ações em razão da retenção de tributos, se aplicável, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do término de cada ciclo anual.

l) Restrições à transferência das ações

Não se aplica.

m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Os planos que foram submetidos e aprovados na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 26 de abril de 2019, estabelecem que:

Na hipótese de (a) alteração substancial de controle da companhia, materializada em uma mudança na composição do Conselho de Administração da Oi onde mais da metade dos seus membros passem a representar um único grupo controlador, ou de (b) realização de oferta pública

de fechamento de capital da Companhia, os Beneficiários farão jus ao recebimento, em até 60 (sessenta) dias da ocorrência do evento estabelecido nesta cláusula: (a) das Ações cujos direitos de aquisição já tenham sido adquiridos pelos Beneficiários, mas que não tenham sido efetivamente transferidas pela Companhia ou por sociedade por ela controlada; e da totalidade das Ações cujos direitos de aquisição ainda não tenham sido adquiridos pelos Beneficiários, de modo que tais direitos serão automaticamente antecipados.

Adicionalmente ao previsto acima, o direito ao recebimento das Ações nos termos dos Planos e Contrato de Outorga aplicáveis extinguir-se-á automaticamente e sem qualquer direito a indenização, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, caso a Companhia seja dissolvida, liquidada ou se tiver sua falência decretada.

n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Os Planos que foram submetidos e aprovados na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 26 de abril de 2019, estabelecem que:

PLANO DE OUTORGA DE AÇÕES A EXECUTIVOS:

Caso o beneficiário por interesse próprio venha a se desligar dos quadros de empregados da Companhia por sua iniciativa, ou no caso do beneficiário ser demitido pela Companhia por justa causa, não será devido o pagamento do eventual saldo relativo a parcelas não exercidas, mesmo que pro rata mês.

Caso o beneficiário venha a ser desligado por iniciativa da Companhia ou em caso de aposentadoria, antes do encerramento do Plano, será devido o pagamento do eventual saldo do período trabalhado, pro rata mês, ao final do ciclo no mesmo momento dos demais participantes.

Caso ocorra morte ou invalidez permanente do Beneficiário, será devido a liquidação total de 100% das ações outorgadas ao mesmo e/ou a seus herdeiros legais no momento do desligamento.

PLANO DE OUTORGA DE AÇÕES AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Caso o beneficiário renuncie, seja destituído ou no caso de término de mandato, antes do encerramento do Plano, será devido o pagamento do eventual saldo do período trabalhado, pro rata mês, ao final do ciclo no mesmo momento dos demais participantes.

Caso ocorra morte ou invalidez permanente do Beneficiário, será devido a liquidação total de 100% das ações outorgadas ao mesmo e/ou a seus herdeiros legais no momento do desligamento.

Este último, em respeito à manifestação do Ministério Público e do Juízo da Recuperação Judicial acerca dos novos planos de incentivos de longo prazo, está suspenso até nova decisão do referido Juízo.

E, em 20 de dezembro de 2019, acatando a decisão proferida pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, confirmada em dezembro de 2019 pela 8º Câmara Cível do Tribunal de

Justiça do Rio de Janeiro (que negou provimento ao agravo de instrumento nº 0035453-90.2019.8.19.0000 interposto pelo Ministério Público do RJ acerca do pagamento do ILP, confirmando que o Plano de Outorga de Ações estaria vedado apenas aos membros do Conselho de Administração até o encerramento da recuperação judicia), o Conselho de Administração determinou a implementação da decisão tomada na mencionada assembleia de acionistas em relação ao Plano de Outorga de Ações da Diretoria.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente

A maioria das informações das tabelas abaixo não são aplicáveis aos planos de incentivos de longo prazo que foram submetidos e aprovados na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 26 de abril de 2019.Os mesmos não cedem direito a opções.

Remuneração baseada em ações prevista para o Exercício Social Corrente - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros [1]	0,00	5,08	5,08
Nº membros remunerados [2]	0,00	5,08	5,08
Preço médio ponderado de exercício:			
Das opções em aberto no início do exercício social	-	Não Aplicável	-
Das opções perdidas durante o exercício social	-	Não Aplicável	-
Das opções exercidas durante o exercício social	-	Não Aplicável	-
Das opções expiradas durante o exercício social	-	Não Aplicável	-
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	-	-	-

(1) O número total de membros corresponde a média anual do número de membros previstos do referido orgão da administração nos termos do item 13.2.
(2) o número de membros remunerados corresponde ao total previsto de diretores elegíveis a outorga de ações realizada em 30/12/2019.

Remuneração baseada em ações do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros [1]	0,00	4,42	4,42
Nº membros remunerados [2]	0,00	5,00	-4,42
Preço médio ponderado de exercício:			
Das opções em aberto no início do exercício social	-	Não Aplicável	-
Das opções perdidas durante o exercício social	-	Não Aplicável	-
Das opções exercidas durante o exercício social	-	Não Aplicável	-
Das opções expiradas durante o exercício social	-	Não Aplicável	-
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas [3]	-	0,57%	0,57%

(1) O número total de membros corresponde a média anual do número de membros do referido orgão da

administração apurado mensalmente nos termos do item 13.2.
(²) o número de membros remunerados corresponde ao total de diretores elegíveis a outorga de ações realizada em 30/12/2019.
(³) A diluição informada acima corresponde ao máximo aprovado para a outorga do programa de ações implementado em 30/12/2019.

Remuneração baseada em ações do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais			
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Total**
Nº total de membros	0,00	3,50	3,50
Nº membros remunerados	0,00	3,50	3,50
Preço médio ponderado de exercício:			
Das opções em aberto no início do exercício social	-	-	-
Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-
Das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-
Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	-	-	-

Remuneração baseada em ações do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais			
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Total**
Nº total de membros	0,00	3,25	3,25
Nº membros remunerados	0,00	3,25	3,25
Preço médio ponderado de exercício:			
Das opções em aberto no início do exercício social	-	-	-
Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-
Das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-
Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	-	-	-

A maioria das informações das tabelas abaixo não são aplicáveis aos planos de incentivos de longo prazo que oram submetidos e aprovados na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 26 de abril de 2019. Os mesmos não cedem direito a opções.

Exercício Social Corrente			
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Total**
Outorga de opções de compra de ações (Outorga do Incentivo) ¹			
Data da outorga (Data da Outorga do Incentivo)	-	-	-

Quantidade de opções outorgadas	-	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	-
Prazo de restrição a transferência de ações	-	-	-
Valor justo das opções na data de cada outorga (Valor do Incentivo)	-	-	-

(1) Não houve outorga de plano de ações para o exercício social corrente.

Exercício Social encerrado em 31/12/2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Outorga de opções de compra de ações (Outorga do Incentivo)			
Data da outorga (Data da Outorga do Incentivo)	-	30/12/2019	-
Quantidade de opções outorgadas [1]	-	14.947.377	14.947.377
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	30/12/2022	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	-
Prazo de restrição a transferência de ações	-	Não Aplicável	-
Valor justo das opções na data de cada outorga (Valor do Incentivo) [2]	-	14.200.000	14.200.000

(1) Não houve outorga de plano de ações para o exercício social corrente.

(2) Refere- se ao valor total das ações outorgadas considerando o valor médio da ação na data da outorga de R$ 0,95.

Exercício Social encerrado em 31/12/2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Outorga de opções de compra de ações (Outorga do Incentivo)			
Data da outorga (Data da Outorga do Incentivo)	-	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	-
Prazo de restrição a transferência de ações	-	-	-
Valor justo das opções na data de cada outorga (Valor do Incentivo)	-	-	-

Exercício Social encerrado em 31/12/2017

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Outorga de opções de compra de ações (Outorga do Incentivo)			
Data da outorga (Data da Outorga do Incentivo)	-	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-	-

Prazo máximo para exercício das opções	-	-	-
Prazo de restrição a transferência de ações	-	-	-
Valor justo das opções na data de cada outorga (Valor do Incentivo)	-	-	-

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária ao final do último exercício social

Não há opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária nos 3 últimos exercícios sociais

Não foram exercidas opções e não houve a entrega de ações relativas à remuneração baseada em ações da Companhia no âmbito do Plano de Incentivos de Longo Prazo encerrado em 2019. O Plano de Incentivos de Longo Prazo não previa a transferência de ações para seus beneficiários.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não se aplica. Não foram exercidas opções e não houve a entrega de ações relativas à remuneração baseada em ações da Companhia no âmbito do Plano de Incentivos de Longo Prazo encerrado em 2019 nos três últimos exercícios sociais. O Plano de Incentivos de Longo Prazo não previa transferência de ações para seus beneficiários.

13.9 - Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Os membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal somente detêm ações em relação à Companhia, não possuindo participações acionárias nas controladas.

Ações emitidas pela Companhia – 31 de dezembro de 2019

Acionistas	ON	PN
Conselho de Administração	2	5
Diretoria Estatutária	5.908	19
Conselho Fiscal	188	2
Total	**6.098**	**26**

13.10 - Informações sobre planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A Companhia é patrocinadora dos Planos de Previdência PBS-Telemar, PBS-Tele Norte Celular, CELPREV e TCSPREV. No entanto, nenhum dos membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal pertencem aos referidos Planos e os mesmos estão fechados para novas adesões.

As informações apresentadas no quadro abaixo e no item 13.2 deste Formulário de Referência referem-se ao Plano de Previdência TelemarPrev patrocinado pela Companhia em conjunto com a Oi Móvel S.A. e a Telemar Norte Leste S.A., conforme seção 14 deste Formulário de Referência.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	11	7
Nº de membros remunerados	1	7
Nome do Plano	TelemarPrev	TelemarPrev
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	0	3
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	50 anos de idade e 5 anos de Vinculação ao Plano de Benefícios
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R$ 0,00	R$ 4.805.775,60
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R$ 0,00	R$ 507.133,82
Possibilidade de resgate antecipado e condições	N/A	De acordo com o Tempo de Vinculação ao Plano de Benefícios. Máximo de 80% das contribuições efetuadas pela Patrocinadora

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores Anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	4,42	3,50	3,25	10,17	9,75	11,00	4,08	3,67	3,33
Nº de membros remunerados	4,42	3,50	3,25	10,17	9,75	9,75	4,08	3,67	3,33
Valor da maior remuneração (Reais)	18.984.833	22.552.768	15.514.475	1.526.400	1.043.968	1.272.000	260.798	183.688	116.400
Valor da menor remuneração (Reais)	5.571.686	15.592.300	11.801.532	460.190	423.608	300.000	260.798	183.688	116.400
Valor médio da remuneração (Reais)	12.616.322	21.301.796	13.266.976	755.685	685.933	673.913	258.137	189.805	113.975

Observações

Diretoria Estatutária	
31/12/2019	- O número de membros foi apurado da forma especificada no oficio CVM/SEP/Nº02/2018. - O número de membros foi calculado pela média anual apurada mensalmente. - O valor da menor remuneração anual individual foi apurado excluindo os membros da diretoria estatutária que exerceram a função por menos de 12 (doze) meses. - No cálculo da maior remuneração o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções por 10 (dez) meses no exercício social. - No cálculo da maior remuneração e do valor médio da remuneração foram considerados além das verbas recorrentes, verbas rescisórias reconhecidas no exercício de 2019 em decorrência do desligamento de um membro da diretoria estatutária
31/12/2018	- O número de membros foi apurado da forma especificada no oficio CVM/SEP/Nº02/2018. - O número de membros foi calculado pela média anual apurada mensalmente. - O valor da menor remuneração anual individual foi apurado excluindo os membros da diretoria estatutária que exerceram a função por menos de 12 (doze) meses. - No cálculo da maior remuneração o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções por 12 (doze) meses no exercício social.

31/12/2017	- O número de membros foi apurado da forma especificada no oficio CVM/SEP/Nº02/2018. - O número de membros foi calculado pela média anual apurada mensalmente. - O valor da menor remuneração anual individual foi apurado excluindo os membros da diretoria estatutária que exerceram a função por menos de 12 (doze) meses. - No cálculo da maior remuneração o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções por 11 (onze) meses no exercício social.

Conselho de Administração	
31/12/2019	- O número de membros foi apurado da forma especificada no oficio CVM/SEP/Nº02/2018. - O número de membros foi calculado pela média anual apurada. - O valor da menor remuneração anual individual foi apurado excluindo os membros conselheiros titulares que exerceram a função por menos de 12 (doze) meses. - No cálculo da maior remuneração, o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções por 12 (doze) meses no exercício social.
31/12/2018	- O número de membros foi apurado da forma especificada no oficio CVM/SEP/Nº02/2018. - O número de membros foi calculado pela média anual apurada. - O valor da menor remuneração anual individual foi apurado excluindo os membros conselheiros titulares que exerceram a função por menos de 12 (doze) meses. - No cálculo da maior remuneração, o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções por 12 (doze) meses no exercício social.
31/12/2017	- O número de membros foi apurado da forma especificada no oficio CVM/SEP/Nº02/2018. - O número de membros foi calculado pela média anual apurada. - O valor da menor remuneração anual individual foi apurado excluindo os membros conselheiros titulares que exerceram a função por menos de 12 (doze) meses. - No cálculo da maior remuneração, o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções por 12 (doze) meses no exercício social.

Conselho Fiscal	
31/12/2019	- O número de membros foi apurado da forma especificada no oficio CVM/SEP/Nº02/2018. - O número de membros foi calculado pela média anual apurada mensalmente. - O valor da menor remuneração anual individual foi apurado excluindo os membros conselheiros titulares que exerceram a função por menos de 12 (doze) meses. - No cálculo da maior remuneração, o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções por 12 (doze) meses no exercício social.
31/12/2018	- O número de membros foi apurado da forma especificada no oficio CVM/SEP/Nº02/2018. - O número de membros foi calculado pela média anual apurada mensalmente. - O valor da menor remuneração anual individual foi apurado excluindo os membros conselheiros titulares que exerceram a função por menos de 12 (doze) meses. - No cálculo da maior remuneração, o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções por 12 (doze) meses no exercício social.

31/12/2017	- O número de membros foi apurado da forma especificada no oficio CVM/SEP/Nº02/2018. - O número de membros foi calculado pela média anual apurada mensalmente. - O valor da menor remuneração anual individual foi apurado excluindo os membros conselheiros titulares que exerceram a função por menos de 12 (doze) meses. - No cálculo da maior remuneração, o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções por 12 (doze) meses no exercício social.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Os Diretores Estatutários possuem contratos que estabelecem indenização no caso de destituição do cargo durante o mandato. Não há previsão de aplicação para 2020 deste mecanismo.
Nesta data, a Companhia possui contratado Seguro D&O como método de proteção aos seus administradores, através do qual a Oi se obriga ao pagamento de um prêmio, enquanto a seguradora analisa os sinistros, identificando aqueles que estariam ou não cobertos pela apólice, para então pagar a indenização aos administradores (ou à própria companhia, quando esta já houver indenizado diretamente seus administradores). A Companhia possui contratos de indenidade vigentes e, como é usual em compromissos dessa natureza, não há um limite global ou anual da cobertura garantida. O Seguro D&O garante o pagamento dos prejuízos financeiros decorrentes de reclamações feitas contra os segurados em virtude de atos danosos pelos quais sejam responsabilizados, e inclui cobertura para responsabilidades estatutárias, civis e inabilitação do exercício da função de administrador.

13.13 – Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Tendo em vista a resilição dos acordos de acionistas aplicáveis à Companhia e, somado ao fato de não haver acionistas capazes de exercer individualmente o poder de controle sobre a Oi, a Companhia deixou de ter um controlador definido.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de			
	2019	**2018**	**2017**
Conselho de Administração	0,00%	0,00%	0,00%
Diretoria Estatutária	0,00%	0,00%	0,00%
Conselho Fiscal	0,00%	0,00%	0,00%

13.14 – Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, informar a remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas da Companhia	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas da Companhia	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas da Companhia	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

13.16 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item “13”.

ANEXO IV
INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS INDICADOS AO CONSELHO FISCAL E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência)

1) Dados Gerais:

Conselho Fiscal:

Nome	**Data de Nascimento**	**Órgão da administração**	**Data da eleição**	**Prazo do mandato**	**Outros cargos e funções exercidas no emissor**
Pedro Wagner Pereira Coelho	29/06/1948	Conselho Fiscal	Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 30/04/2020	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2021	N/A
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Descrição de outro cargo/função**
258.318.957-34	Contador	Membro efetivo	30/04/2020	não	N/A
Mandatos consecutivos			**Percentual de Participação nas Reuniões**		
3			100,00%		
Experiência profissional / Critérios de independência					

O Sr. Pedro é Presidente do Conselho Fiscal da Magnesita Refratários S/A desde abril de 2008, membro do Conselho Fiscal da Parnaíba Gás Natural S/A desde outubro de 2015 e membro do Conselho Fiscal da Estácio Participações S/A desde abril de 2012. Atuou na área de auditoria externa da Empresa PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes, de outubro de 1978 até abril de 1981 e na controladoria do Banco de Investimentos Garantia S/A de maio de 1982 até julho de 1997. Também foi presidente do Conselho Fiscal das Lojas Americanas S.A (comércio e varejo), Tele Norte Leste Participações S.A (telecomunicação), Telemar Participações S.A (telecomunicações), TAM S.A (transportes), e Enersul – Energética do Matogrosso do Sul (energia). Nos últimos 5 anos, atuou como sócio da Carpe Diem – Consultoria, Planejamento e Assessoria Empresarial Ltda. (empresa no ramo de atividade de Consultoria Fiscal e Contábil, Planejamento e Assessoria Empresarial, Empreendimentos e Participações). É formado em Administração de Empresas pela Sociedade Universitária Augusto Motta – SUAM, em 1978 e em Ciências Contábeis pela Faculdade – SOMLEI, em 1980.

Nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Membro Independente, conforme a definição de "Conselheiro Independente" constante do parágrafo 1 do art. 40 do Estatuto Social da Companhia.

Nome	Data de Nascimento	Órgão da administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Alvaro Bandeira	22/06/1950	Conselho Fiscal	Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 30/04/2020	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2021	N/A
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Descrição de outro cargo/função**
266.839.707-34	Economista	Membro efetivo	30/04/2020	Não	N/A
Mandatos consecutivos			**Percentual de Participação nas Reuniões**		
3			70%		
Experiência profissional / Critérios de independência					
O Sr. Álvaro é Economista-Chefe da Corretora Modalmais desde 2015, ano que ingressou na instituição. Durante o período de 2011 a 2015 foi Economista-Chefe da Órama, no qual liderava a equipe de análise. Ocupou a mesma posição por mais de dez anos na Ágora Corretora, da qual também foi Sócio-Diretor. Foi Presidente da Bolsa Brasileira de Futuros (BBF), Presidente da APIMEC Nacional e regional e, em cinco gestões, Conselheiro da BVRJ e da BM&F, além de ex-membro titular do Conselho Fiscal da Souza Cruz. Atua como Palestrante em diversos Congressos ligados ao Mercado de Capitais e finanças pessoais, além de desenvolver palestras em universidades e empresas sobre temas ligados a este mercado. Mantém coluna regular em veículos da área econômica e, em sites de educação financeira, como Dinheirama e Infomoney. Neste último, participou de programa semanal interativo com fórum de mais de 400 pessoas logadas. Atualmente é colunista diário em duas edições da Band News FM. Com mais de 40 anos de experiência no Mercado de Capitais, o Sr. Alvaro é graduado em Economia pela UFRJ e pós-graduado pela Coppe-UFRJ. Nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial. Membro Independente, conforme a definição de "Conselheiro Independente" constante do parágrafo 1 do art. 40 do Estatuto Social da Companhia.					

Nome	Data de Nascimento	Órgão da administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Daniela Maluf Pfeiffer	30/05/1970	Conselho Fiscal	Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 30/04/2020	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2021	N/A
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Descrição de outro cargo/função**
018.613.777-03	Administradora	Membro efetivo	30/04/2020	Não	N/A
Mandatos consecutivos			**Percentual de Participação nas Reuniões**		
2			100,00%		
Experiência profissional / Critérios de independência					
Nascida em 30 de maio de 1970, é sócia da DXA Investments, empresa gestora de recursos, desde janeiro de 2018. Foi sócia da Canepa Asset Brasil, também gestora de recursos, responsável pelo relacionamento com investidores de janeiro de 2014 a outubro de 2017. Anteriormente atuou como sócia da Nova Gestão de Recursos, empresa de investimentos, de outubro de 2011 a junho de 2013. Atualmente, a Sra. Daniela não é membro de nenhum órgão de administração de companhia aberta. Anteriormente, a Sra. Daniela foi Conselheira Fiscal do Banco Sofisa S.A., de abril de 2014 a abril de 2017; Conselheira Fiscal da Viver Incorporadora e Construtora S.A. de abril de 2011 a abril de 2017; Conselheira Fiscal do Banco Panamericano S.A. de setembro de 2010 a abril de 2014; Conselheira Fiscal da Santos Brasil S.A. de 2003 a 2005; Conselheira de Administração da Brasil Telecom S.A. de 2003 a 2005; Conselheira de Administração da Telemig Celular S.A. de 2003 a 2005; Conselheira de Administração da Amazônia Celular S.A. de 2003 a 2005; Conselheira Fiscal da Amazônia Celular S.A de 1998 a 2002 e Conselheira Fiscal da Telemig Celular S.A de 1998 a 2001. É Conselheira Fiscal certificada pelo IBGC; formada em Administração pela UFRJ em 1992, com MBA em Gestão Empresarial na FGV, concluído em 2019. Nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial. Membro Independente, conforme a definição de "Conselheiro Independente" constante do parágrafo 1 do art. 40 do Estatuto Social da Companhia.					

Nome	Data de Nascimento	Órgão da administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Patricia Valente Stierli	19/05/1956	Conselho Fiscal	Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 30/04/2020	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2021	N/A
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Descrição de outro cargo/função**
010.551.368-78	Administradora	Membro suplente	30/04/2020	Não	N/A
Mandatos consecutivos			**Percentual de Participação nas Reuniões**		
1			0,00%		
Experiência profissional / Critérios de independência					
Atualmente, a Sra. Patricia Valente Stierli atua como (a) membro Conselho Fiscal da Eletrobras - Centrais Elétricas S.A., sendo especialista financeiro (Mandato 2017 a 2019); (b) membro do Conselho de Administração PPE Fios Esmaltados S.A. (Mandato 2018 a 2019); (c) membro do Conselho Fiscal Sociedade Beneficiente de Senhoras- Hospital Sírio Libanês (Mandato a 2018 a 2021) e (c) membro suplente Conselho Fiscal Centro de Integração Empresa Escola CIEE (Mandato 2018 a 2019). Anteriormente, a Sra. Patricia atuou como: (a) Membro Conselho Fiscal da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas (Mandatos 2015,2016 e 2017 até outubro 2018); (b) Membro do Conselho de Administração da Pettenati S.A. Indústria Têxtil (Mandato 2015); (c) Membro Suplente do Conselho Fiscal da Dohler S.A. (Mandato 2017a 2018); e (d) Conselheira de Administração e Fiscal em empresas de capital aberto, representante de acionistas minoritários (quatro anos). Além disso, a Sra. Patricia tem experiência na área de gestão de recursos de terceiros, tendo sido Diretora Estatutária por 6 anos, atuando na gestão e destinada a clientes institucionais e de varejo. A Sra. Patricia atuou como Diretora Administrativa Financeira por 3 anos, responsável pelas áreas de contabilidade, fiscal, orçamento, tesouraria e recursos humanos. A Sra. Patricia é graduada em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo - Fundação Getúlio Vargas (FGV), fez o curso de especialização em Administração para Graduados CEAG (MBA) - EAESP/FGV e de especialização em Controladoria pela GVPEC. Nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial. Membro Independente, conforme a definição de "Conselheiro Independente" constante do parágrafo 1 do art. 40 do Estatuto Social da Companhia.					

Nome	Data de Nascimento	Órgão da administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Wiliam da Cruz Leal	03/10/1956	Conselho Fiscal	Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 30/04/2020	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2021	N/A
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Descrição de outro cargo/função**
245.579.516-00	consultor	Membro suplente	30/04/2020	Não	N/A
Mandatos consecutivos			**Percentual de Participação nas Reuniões**		
2			10%		
Experiência profissional / Critérios de independência					
O Sr. Wiliam possui ampla experiência em Governança Corporativa, Sustentabilidade Empresarial, Enterprise Risk Management, Controles Internos, Tecnologia e Segurança da Informação. Desde 2011 é Sócio Administrador da Cruz Leal Gestão Empresarial Ltda., empresa de consultoria especializada em motivação, liderança, tecnologia, governança corporativa e sustentabilidade. É Conselheiro de Administração certificado pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, desde 2009. Trabalhou na Tele Norte Leste Participações S.A., empresa do ramo de telecomunicações, de 2000 a 2009, tendo atuado como Gerente Executivo de Governança Corporativa, Gerente de Controles Internos e Orçamento e Gerente de Projetos Especiais e Auditoria de Sistemas. Anteriormente trabalhou no Banco do Brasil S.A., de 1975 a 2000, tendo atuado como Gerente Executivo de Mudanças e Analista Consultor de Informática. É formado em Engenharia Mecânica pela Fundação de Ensino Superior de Itaúna, Minas Gerais, 1980. Nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial. Membro Independente, conforme a definição de "Conselheiro Independente" constante do parágrafo 1 do art. 40 do Estatuto Social da Companhia.					

Nome	Data de Nascimento	Órgão da administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Luiz Fernando Nogueira	15/10/1966	Conselho Fiscal	Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 30/04/2020	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2021	N/A
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Descrição de outro cargo/função**
001.214.657-99	Economista	Membro suplente	30/04/2020	Não	N/A
Mandatos consecutivos			**Percentual de Participação nas Reuniões**		
1			0,00%		
Experiência profissional / Critérios de independência					
Desde maio de 2016, o Sr. Luiz Fernando Nogueira atua como CFO na empresa Neogas, tendo anteriormente atuado como CFO nas seguintes empresas: Ferrot, Concremat, Bematech. Além disso, o Sr. Luiz Fernando foi Vice Presidente Financeiro e Vice Presidente Serviços Financeiros da Brookfield Energia Renovável, Diretor Financeiro na Timnet (empresa do grupo tim), Gerente Executivo Relações com Investidor na Petrobras e Gerente Planejamento e Controle América Latina na IBM. O Sr. Luiz Fernando é graduado em economia pela Pontifícia Universidade Católica, pós graduado em administração financeira pela Fundação Getúlio Vargas, fez MBA em finanças na IBMEC e, ainda, fez curso de capacitação em mediação de conflitos na Mediare. Nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial. Membro Independente, conforme a definição de "Conselheiro Independente" constante do parágrafo 1º do art. 40 do Estatuto Social da Companhia.					

2) Conselho de Administração:

Nome	**Data de Nascimento**	**Órgão da administração**	**Data da eleição**	**Prazo do mandato**	**Outros cargos e funções exercidas no emissor**
Claudia Quintella Woods	26/08/1975	Conselho de Administração	Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 30/04/2020	Até setembro de 2020	N/A
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Descrição de outro cargo/função**
098.823.117-41	Administradora	Conselho de Administração Independente (efetivo)	30/04/2020	não	N/A
Mandatos consecutivos			**Percentual de Participação nas Reuniões**		
0			100,00%		
Experiência profissional / Critérios de independência					
Com experiência em planejamento estratégico, marketing e vendas e comprovada expertise em start-ups digitais e multinacionais, a Sra. Claudia Woods é bacharel em Artes pela Bowdoin College, com dupla especialização em Ciências Ambientais e Espanhol e com foco secundário em Economia. É mestre em Administração de Negócios pelo Instituto COPPEAD da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e possui, ainda, curso de especialização sobre Empreendimentos na América Latina (Building Ventures in Latin America) pela Harvard Business School. É Diretora Geral da Uber Brasil desde fevereiro de 2019, tendo atuado também como Diretora de Varejo do Banco Original e como Superintendente Executiva de Canais Digitais (Corporativo e Varejo) do referido banco. Antes disso, ocupou as posições de Diretora Presidente da Webmotors.com, Diretora de Marketing e Produtos Digitais da Walmart.com, Diretora Presidente da Netmovies, Diretora de Marketing e Inteligência para a América Latina da Clickon, Diretora Geral da Predicta, Gerente de Produtos Sênior da L'Oréal Brazil, Gerente de Marketing de Relacionamento da Ibest Company e Consultora Sênior da Kaiser Associates. Nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial. Membro Independente, conforme a definição de "Conselheiro Independente" constante do parágrafo 1 do art. 40 do Estatuto Social da Companhia.					

Nome	Data de Nascimento	Órgão da administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Armando Lins Netto	15/12/1968	Conselho de Administração	Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 30/04/2020	Até setembro de 2020	N/A
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Descrição de outro cargo/função**
294.857.702-00	Engenheiro Mecânico	Conselho de Administração Independente (efetivo)	30/04/2020	não	N/A
Mandatos consecutivos			**Percentual de Participação nas Reuniões**		
0			0,00%		
Experiência profissional / Critérios de independência					
Nascido em 15/12/1968, é formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Pará (UFPA - 1990), o Sr. Armando Netto é mestre em Engenharia Mecânica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP - 1993) e doutor em Engenharia Mecânica pela Universidade da Califórnia em Berkeley (UCB - 1999). É Diretor Presidente da Fleetcor no Brasil desde junho de 2014, responsável por todos os negócios e empresas na região, o Sr. Armando Netto também já atuou na TIVIT, empresa brasileira multinacional de serviços digitais, como Vice-Presidente responsável pelos negócios e serviços de tecnologia de dezembro de 2006 até maio de 2014. Antes disso, foi Diretor da Unisys para serviços no setor bancário de agosto de 2004 até novembro de 2006 e consultor da McKinsey & Company nos escritórios de São Paulo e Londres de outubro de 1999 até janeiro de 2004. Nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial. Membro Independente, conforme a definição de "Conselheiro Independente" constante do parágrafo 1 do art. 40 do Estatuto Social da Companhia.					

3) Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco até o segundo grau

a. administradores da Companhia

Não há.

b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia.

Não há.

c. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia

Não há.

d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

Não há.

4) Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e:

a. Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia

Não há.

b. Controlador direto ou indireto do emissor

Não há.

c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não há.